

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Dissertação de Mestrado

Autor: Luiz Guilherme Mattos Braga

FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS JUVENIS:
estudo sobre uma proposta de ensino religioso

PPGSA – IFCS – UFRJ
Junho de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS JUVENIS:
estudo sobre uma proposta de ensino religioso

Luiz Guilherme Mattos Braga

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientador(es): Emerson Giumbelli

Rio de Janeiro
Junho de 2007

FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS JUVENIS:
estudo sobre uma proposta de ensino religioso

Luiz Guilherme Mattos Braga

Orientador: Emerson Giumbelli

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:

Presidente, Professor Emerson Giumbelli (PPGSA, UFRJ)

Professora Maria Lígia Barbosa (PPGSA, UFRJ)

Professora Sandra de Sá Carneiro (PPCIS, UERJ)

Rio de Janeiro
Junho de 2007

Braga, Luiz Guilherme Mattos.

Fórum permanente de estudos juvenis: estudo sobre uma proposta de ensino religioso / Luiz Guilherme Mattos Braga. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2007.

xi. 101f.

Orientador: Emerson Giumbelli.

Dissertação. UFRJ. IFCS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

Referências Bibliográficas: 100-101f.

1. Antropologia da Religião. 2. Sociologia da religião.

RESUMO

FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS JUVENIS: estudo sobre uma proposta de ensino religioso

Luiz Guilherme Mattos Braga

Orientador: Emerson Giumbelli

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

Esta dissertação propõe uma discussão sobre a relação entre religião e modernidade a partir dos debates gerados pela implantação do ensino religioso em colégios públicos de ensino médio do Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado, durante um ano, o acompanhamento de aulas de ensino religioso junto a dois professores de um colégio estadual da cidade do Rio de Janeiro. O acompanhamento do processo de implantação da lei e o trabalho etnográfico dentro da escola proporcionam construir uma nova relação entre religião e espaço público, na qual é possível compreender e aceitar a presença e atuação da religião na esfera pública de um Estado laico sem que isso cause a impressão de que a religião está fora de seu lugar.

Palavras-chave: Religião, modernidade, espaço público, ensino religioso.

Rio de Janeiro
Junho de 2007

ABSTRACT

PERMANENT FORUM OF YOUTH STUDIES:
study about a proposal for religious teaching

Luiz Guilherme Mattos Braga

Tutor: Emerson Giumbelli

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

This dissertation proposes a discussion about the relation between religion and modernity, taking into consideration the debates that arose during the implantation of religious teaching in public high schools in the State of Rio de Janeiro. During one year an ethnographic work was made in a public high school in the city of Rio de Janeiro. The process of implantation of the religious teaching law and the ethnographic work inside a public school allow us to build a new relation between religion and the public sphere, in which it is possible to understand and accept the religion in the public without the common impression that religion is out of place.

Key words: Religion, modernity, public sphere, religious teaching.

Rio de Janeiro
June 2007

DEDICATÓRIA

Aos Meus Pais, Luiz e Luiza:

Somente após escrever este trabalho é que me dei conta de como ele tem a ver comigo. Mais uma vez, estive envolvido em um ambiente escolar, lugar de onde parece que nunca vou sair e que vocês dois, como professores, fizeram questão de me colocar desde pequeno – ainda no maternal. Pela segunda vez retorno a uma escola: primeiro lá no colégio particular em Nova Iguaçu e, agora, neste colégio público da zona norte da cidade. Não posso deixar de concordar com o professor Roberto, protagonista desta pesquisa: há sim muitos pais que não ligam para seus filhos, praticamente os abandonam à própria sorte, no clima do “deixa a vida me levar”. São crianças e adolescentes que, em casos extremos, confiam e contam com a escola e com as pessoas que lá trabalham mais do que com seus próprios familiares. As escolas hoje assumem cada vez mais funções, inclusive de orientação, educação e cuidado com os estudantes. Há situações até de alunos que educam seus pais a partir do que aprendem no colégio. Vocês, ambos com mais de três décadas de magistério, conhecem perfeitamente esta realidade.

Fico feliz ao perceber que vocês fizeram o oposto comigo e com meus irmãos. Sempre atenciosos, dedicaram suas vidas à nossa criação, levando e buscando para o colégio, natação, piano, inglês, judô, capoeira, clube, dentista, médico... Foram pais de verdade, no sentido mais abrangente que esta palavra pode significar. Um cuidado que ainda hoje, com os filhos já crescidos, continua firme, sempre pronto para entrar em ação, às vezes sem nem precisar de um chamado. Foi assim nesses últimos dois anos que me dediquei ao mestrado, contando com o apoio de vocês em todos os momentos, especialmente nos mais exaustivos. É por isso que dedico esta dissertação a vocês e agradeço por tudo que fizeram e fazem por mim. Sei que não precisa agradecer, sei que cada gesto foi de coração, mas, assim mesmo, faço questão de dizer:

Muito obrigado. Muito obrigado mesmo!

Seu Filho,

Luiz Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, Ana Luíza e Luiz Augusto, pela contínua presença na minha vida. À Ana, também, pelas conversas e conselhos acadêmicos;

Ao orientador Emerson Giumbelli, pela atenção e dedicação que teve nesses dois anos. Sempre tranqüilo, com comentários positivos, respeitou o meu próprio tempo, além de me dar liberdade para expressar minhas dificuldades. Este trabalho só foi possível graças a sua ajuda e disponibilidade. Obrigado por tudo e espero continuar trabalhando com você.

Aos meus avós maternos, Áurea e José de Mattos, pelo cuidado na minha infância e pela ajuda e carinho que até hoje me dão. É bom poder contar com vocês. À Tia Avete, sempre generosa e disposta a ajudar, seja qual for a situação. Quando meu computador queimou no meio desta dissertação, ela não hesitou e me ofereceu o dela no mesmo instante. Obrigado por todo o apoio. À minha avó Dalva, pelo carinho que tem por mim.

Ao professor Roberto Mota, que me recebeu no Colégio Carlos Alberto de forma acolhedora e possibilitou o trabalho de campo. Sua generosidade e sinceridade me ensinaram coisas importantes. Pena não poder revelar seu verdadeiro nome aqui.

À professora Márcia Alves Mendes, pela disponibilidade com que me recebeu no Carlos Alberto e na escola em Duque de Caxias. Apesar do pequeno contato, fica aqui minha gratidão.

Às minhas tias Dalva Filha e Dalva Maria e meu afilhado Rodolfo, pela presença no meu cotidiano e carinho que guardam por mim.

À Débora Melo Ruch e Edinéia Crispim, que trabalham na nossa casa e me emprestam seus ouvidos sempre que quero contar uma história. Obrigado pela paciência e, principalmente, pelas comidas que vocês preparam.

Aos tios José Roberto e Denise, e meu pequeno primo Pedro. Não nos vemos muito, mas guardo muito carinho por vocês.

Ao Mauro Pereira, bolsista de iniciação científica do professor Emerson, que me ajudou a entrevistar a professora Márcia e a transcrever o material.

Ao amigo Marco Antônio Santos, ex-diretor do Colégio Estadual México, que me ajudou a estabelecer os primeiros contatos dentro da Metropolitana X.

Aos meus amigos e amigas que estão presentes no meu cotidiano. Gostaria de fazer um agradecimento especial aos amigos da turma de mestrado 2005. Foi ótimo conhecê-los. Um abraço para Clarisse Kubrusly, Fernando Cardoso Lima Neto, Isabel Junqueira, Jorge Antonio Correia, José Luiz de Oliveira Soares, Maria Claudia Pitrez, Rodrigo Marques, Rodrigo Viegas e Vinicius Fernandes Silva. Um abraço também para Júlio Naves Ribeiro e Regina Senna.

À Claudia e Denise, que trabalham na secretaria do PPGSA. Obrigado pela disponibilidade com que sempre me atenderam.

Aos professores que me ajudaram a chegar até aqui, em especial, aos professores do PPGSA. Um agradecimento também ao Luiz Fernando Dias Duarte, João Trajano, Maria Lígia Barbosa, Sandra de Sá Carneiro, Marco Antônio Gonçalves, Maria Laura Cavalcanti, Gláucia Villas Bôas, Emerson Giumbelli, Bila Sorj e Peter Fry.

SUMÁRIO

Capa	I
Folha de rosto	II
Folha de aprovação	III
Ficha Catalográfica	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Dedicatória	VII
Agradecimentos	VIII
Sumário	X
Introdução	1
Capítulo 1: O ensino religioso no Colégio Estadual Carlos Alberto	29
Capítulo 2: Etnografia das aulas	61
Considerações Finais	94
Bibliografia	100

Introdução:

Ao iniciar a pesquisa sobre o ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro, percebi, aos poucos, que a presença dos professores de religião nas escolas públicas estaduais era apenas um aspecto de uma rede de conexões repleta de desdobramentos e com abrangência de temas e possibilidades de pesquisa muito maiores do que inicialmente podia imaginar. Em um primeiro contato, um sentimento de repulsa à idéia de agregar aulas de religião ao currículo regular de uma escola pública. Sentimento que não era só meu, mas de muitas pessoas com as quais conversava sobre esta pesquisa e que em sua maioria afirmavam ser contrários ao ensino de religião nos colégios do Estado. É fato que essas pessoas pertencem quase todas ao meu círculo de amizades e, portanto, possuem formação e oportunidades semelhantes às minhas. São amigos e colegas que receberam uma educação escolar de qualidade, quase todos de classe média, com pais com bom grau de instrução. Pessoas que, em um primeiro olhar, não são muito religiosas.

No entanto, contrariamente ao que esperava encontrar, ao iniciar o acompanhamento de uma aula de ensino religioso, conheci um professor evangélico também avesso ao ensino da religião doutrinária e ao modelo confessional vigente no Estado do Rio de Janeiro. Na primeira semana de aula, ainda na segunda metade do mês fevereiro de 2006, foi interessante observar a reação dos alunos do 1º ano do ensino médio que chegavam de diversas escolas municipais e iriam travar contato com o professor de religião e com suas propostas pela primeira vez. Percebi a mesma reação de distanciamento, não por parte de todos, mas por um número razoável entre aqueles que optaram por freqüentar a primeira semana mesmo com o feriado de carnaval logo adiante, na semana seguinte. Alguns deixaram a sala, outros ouviram o que o professor tinha a dizer. Em entrevista, o professor, que chamarei no decorrer deste trabalho pelo nome fictício de Roberto Mota, me contou que todo ano é a mesma situação. Ao entrar em sala pela primeira vez ocorre o seguinte: “Agora, 1º ano sempre é aquela questão: ‘Ih, religião’. É a cara que fazem, entendeu? Se você for chegar em sala de aula e logo que você chega não cortar esse bloqueio, você vai ser um professor bloqueado por todos eles”. Pude perceber, em boa parte dos alunos, esta má vontade com a aula de religião descrita pelo professor Roberto, que inclusive teve muita habilidade e êxito para desfazer o que ele chamou de bloqueio. Ainda em relação às opiniões dos alunos, não acredito que a má vontade com a aula seja por questões ideológicas e sim por considerarem que a disciplina é chata.

Se é verdade que conheci pessoas de posição contrária ao ensino religioso, algumas delas até mesmo com opiniões surpreendentes e inesperadas, também é fato que circulei por

alguns meios que são completamente favoráveis à implantação da disciplina. Na própria escola que acompanhei nunca notei alguém com opinião desfavorável ou depreciativa. Inclusive, no primeiro dia em que fui ao colégio, ainda na fase de levantamento de escolas que poderiam me abrir espaço para pesquisar, fui recebido pela diretora adjunta do turno da manhã que, logo após ouvir o que eu desejava, apresentou-me a imagem de sua “santinha” em cima da mesa de trabalho e disse que era católica e devota da santa. A diretora do colégio, que conheci algum tempo depois do início das aulas, também está de pleno acordo com o trabalho que o professor Roberto desenvolve. Tive contato com muitos professores de religião, com a coordenadora do Departamento de Educação Religiosa da Secretaria Estadual de Educação, com a representante evangélica deste mesmo departamento, com a coordenadora de ensino religioso da Arquidiocese do Rio de Janeiro, entre outras pessoas que conheci. Chama a atenção, entre esses últimos que são favoráveis à disciplina, a certeza de que a religião é fundamental para a sólida formação dos jovens em idade escolar e sua vontade de contribuir na vida dos alunos.

Creio, então, que lidei com as mais variadas opiniões e tipos de pessoas: algumas envolvidas diretamente com a questão, outras que nada sabiam sobre o assunto. Curiosamente, sempre que conversava com alguém sobre a pesquisa, recebia algum tipo de informação. Às vezes, sem nem ao menos explicar direito do que se tratava esta pesquisa, ouvia um enfático “Não!”, geralmente proveniente de colegas recém graduados ou em final de graduação. Ouvi também muito “Sim!”, normalmente por parte de professores e representantes ligados ao ensino religioso. Contudo, o impressionante mesmo é que todas as pessoas sempre tinham algo a dizer sobre a questão da religião na escola, independentemente com quem eu conversasse. Outra peculiaridade foi perceber que as opiniões polarizavam-se no “sim” e no “não”, jamais conheci alguém sem opinião ou que disse não saber.

Isto me levou a pensar em duas idéias distintas: a primeira referia-se a uma possibilidade de encaminhamento desta pesquisa; a segunda tratava de uma reflexão geral que há algum tempo cultivo a respeito. Com relação à primeira, a polarização de opiniões que notei me possibilitou enxergar a possível discussão teórica sobre a legalidade, os benefícios ou os malefícios da presença religiosa no espaço público em um Estado laico. Aliás, este é um debate que de fato existe e que abordarei brevemente, pois julguei que deveria conduzir a pesquisa em outra direção. Em relação à segunda idéia, esta se refere ao fato de todas as pessoas com as quais conversei terem uma opinião para dar. Sempre me impressionou bastante a opinião firme e segura que ouvia com relação ao ensino religioso. Todos sempre dizem algo, seja lá o que for. Talvez isso ocorra por pesquisarmos temas que, naturalmente,

fazem parte do dia-a-dia das pessoas e com os quais há muitos graus de familiaridade e apreço sentimental. Em pesquisas realizadas na área de ciências naturais é provável que isso não aconteça com tanta frequência, uma vez que os temas tratados guardam um maior afastamento da vida cotidiana – ou pelo menos achamos que existe este distanciamento (Latour, 1994). No entanto, nas ciências sociais, as temáticas que estudamos facilmente são tratadas em jornais, revistas, televisão, conversa de amigos, discussões familiares, etc. A religião, que é tão importante na vida da maioria da população e está sempre na pauta dos debates nacionais e mundiais, é um desses temas pesquisados sobre os quais as pessoas têm uma opinião e estão muitas vezes dispostas a dizer o que pensam. Por um lado, isso amplia bem as possibilidades de pesquisa. Por outro, complica muito o entendimento do que realmente se passa no campo e dificulta a escolha do que deve ser priorizado. Isso ocorreu nesta pesquisa.

Como já afirmei, os professores em sala de aula são apenas um aspecto diante da questão da presença da religião no espaço público e em especial no ambiente escolar. Muitos meios foram e são mobilizados em torno da implantação do ensino religioso nas escolas públicas: a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) com seus deputados de bancadas católica e evangélica (Birman, 2003), os meios de comunicação, os professores de religião com opiniões e trabalhos bem diferentes uns dos outros, as coordenadorias de região chamadas de Metropolitana, a coordenação de educação religiosa da Secretaria Estadual de Educação, as diversas representações religiosas que orientam seus professores, colegas pesquisadores que também estudam a questão, alunos da rede pública, pais, população em geral, etc. Tenho a certeza de que esta lista de agentes envolvidos poderia seguir em frente e apenas se tornaria cada vez mais complexa. Diante de tantas pessoas e instâncias, assim como maneiras de pensar e agir, foi difícil compreender a real dimensão de todas as articulações do ensino religioso e absorver as opiniões e explicações que me eram dadas por um incontável número de pessoas.

Mas, passado o primeiro contato e vencidas as minhas próprias idéias preconcebidas sobre o tema, iniciei o acompanhamento de reuniões de ensino religioso da coordenação de educação religiosa e, também, o aprofundamento da trajetória da implantação da disciplina nas escolas. Assim, notei que, entre as várias possibilidades de pesquisa, a que mais me agradaria seria, de fato, a imersão em um colégio estadual para fazer o acompanhamento de uma experiência de trabalho de ensino religioso entre os muitos que hoje estão em prática. Esta opção se mostrou proveitosa, pois me permitiu ter contato com o cotidiano do colégio, com alunos, professores e com problemas que são enfrentados, os quais transformam consideravelmente o trabalho de cada professor da disciplina em experiências bem diferentes

e que, em muitos casos, se afastam bastante do que está previsto na lei. Além disso, a permanência na escola junto ao professor Roberto não me afastou das articulações políticas que estão em curso para institucionalizar a disciplina. Descobri que o professor Roberto Mota é um professor articulador, ou seja, uma pessoa que comparece às reuniões das coordenadorias e é responsável pela divulgação das orientações recebidas em cada encontro. Desta forma, pude monitorar o movimento político fora das escolas, mesmo não estando presente a todas as reuniões na Metropolitana X – coordenadoria das escolas da zona sul e parte da zona norte – e aos encontros de maior porte com a coordenação estadual de ensino religioso. Estive sempre informado de quase todos os eventos e, mesmo àqueles aos quais não pude comparecer, tive acesso ao material que foi distribuído. Assim, ao definir com precisão o trabalho de campo e vencer o excesso de informações que o contato com as pessoas proporciona, pude estudar os grandes temas a serem discutidos a partir do ensino religioso e também procurar por outros casos marcantes de presença religiosa nas escolas públicas e nos diversos setores da esfera pública.

Creio ser oportuno, antes mesmo de apresentar o processo que implantou o ensino religioso nos colégios estaduais, recontar, rapidamente, dois casos fora do Brasil nos quais a interação entre religião e escola pública provocou discussões e levantou questões semelhantes à situação no Estado do Rio de Janeiro – questões de que tratarei adiante. O primeiro deles ocorreu na França e é conhecido mundialmente; o outro caso é um movimento a favor do criacionismo que pode ser encontrado em muitos países, mas aqui relatarei apenas algumas ocorrências nos Estados Unidos.

O problema na França aconteceu há algum tempo, em 1989. Naquele ano, em Creil, que fica a 60 quilômetros de Paris, três alunas secundaristas – duas delas eram irmãs – foram para o colégio usando um véu na cabeça. Segundo Moruzzi, no ano anterior, em 1988, o diretor da escola reclamou que diversos alunos se manifestaram a favor de exclusivismos coletivos, como, por exemplo, uma manifestação de alunos judeus que se recusavam a ir ao colégio nas tardes de sexta-feira e aos sábados. A escola, que fica em uma área de prioridade educacional, o que significa que se trata de uma zona problemática e com diversidade cultural, autorizou o uso dos véus desde que os mesmos fossem retirados dentro da sala de aula. Uma das três alunas foi persuadida a cooperar – Samira –, enquanto as duas irmãs – Leila e Fátima – insistiram em usar o véu e ganharam o apoio de sua família e da comunidade

islâmica (Galeotti, 1993:585). Vale lembrar que o véu, na verdade, era um lenço que elas usavam na cabeça (Moruzzi, 1994). O diretor proibiu o uso do véu e as alunas deixaram de freqüentar o colégio. Este episódio ganhou notoriedade na França e todo o país se envolveu no debate. Por se tratar de uma escola pública de um Estado que não professa religião, a presença do véu foi vista como capaz de abalar a neutralidade da república francesa, uma vez que a escola pode ser vista como parte integrante da esfera pública do Estado francês. Políticos de direita e esquerda defenderam posições semelhantes, condenando o uso do véu para proteger o Estado (Moruzzi, 1994:658). No entanto, para o Conselho de Estado, foi possível aceitar e compatibilizar o uso de símbolos religiosos nas escolas públicas, desde que os mesmos não fossem utilizados com fins proselitistas. Assim, as alunas puderam retornar ao colégio. Entretanto, no ano de 2003, mais de uma década depois do episódio com as três alunas secundaristas, uma nova polêmica reacendeu o debate sobre o uso do véu na escola pública. Duas irmãs de família não-muçulmana foram expulsas do colégio por se recusarem a retirar o véu. Esse último episódio colaborou para a promulgação de uma lei, em 2004, que proíbe o uso ostensivo de signos religiosos que manifestem o pertencimento do aluno a uma religião (Giumbelli, 2004:52).

A outra situação que relaciona religião e escola não envolve a questão da presença de símbolos, mas o problema do conteúdo programático que é ensinado a todos os alunos, independentemente de sua religião, classe social, estilo de vida, concepção de bem, preferência cultural, etc. A questão, que não se localiza apenas nos Estados Unidos, diz respeito ao criacionismo. Em poucas palavras, o termo criacionismo se relaciona com o grupo de pessoas que a partir da interpretação bíblica explicam o tema do surgimento da origem da vida e do universo (Carter, 1994:157). Segundo Sandra Carneiro, o principal ponto de convergência dos criacionistas se dá na crítica e rejeição às idéias de Charles Darwin expressadas no livro *A origem das espécies*, no qual o autor constrói sua teoria da evolução. Ainda segundo Carneiro, os criacionistas se opõem principalmente a quatro idéias evolucionistas:

“a) à idéia de que todos os organismos vivos e mortos são os produtos finais de um processo natural de evolução a partir de umas poucas formas, e talvez em última análise a partir de materiais inorgânicos; b) à idéia de que os organismos diferem entre si de modo aleatório em resultado de erros no material hereditário (a idéia de que há ‘mutações nos genes’); c) à idéia de que a luta e a variação conduzem a uma forma natural de seleção, sobrevivendo e reproduzindo-se alguns,

ao passo que outros se extinguem; d) à idéia de que a consequência final de tudo isto é a evolução, em direção a organismos bem adaptados” (Carneiro, 2006:12).

As idéias revolucionárias de Darwin foram criticadas até mesmo por cientistas, que na época contestaram a teoria porque a mesma não explicava como surgiam as variações entre as espécies. Naturalmente, a teoria da evolução ia de encontro às explicações teológicas para o surgimento da vida no planeta. O problema com os criacionistas surge quando a teoria da evolução começa a ser aceita no meio científico e penetra na escola como parte do conteúdo das aulas de ciências e biologia. O que as crianças e adolescentes aprendem nessas aulas pode estar diretamente em oposição ao que seus pais acreditam e procuram construir como verdade e como concepção geral de mundo. O que fazer? Aceitar a solicitação para que algumas crianças sejam dispensadas das aulas em que se ensina o evolucionismo ou impor um currículo independentemente da crença de cada um?

Acredito que, de certa maneira, estamos diante de questões semelhantes ao do caso francês. Se na questão dos véus a reivindicação era apenas pela permissão para usar a indumentária que faz parte de uma crença religiosa e que em nada altera a rotina das aulas, no caso do criacionismo a reivindicação parece ser mais delicada, pois a exclusão do evolucionismo do currículo afeta toda a comunidade escolar. Como então absorver essas particularidades sem ferir a neutralidade e laicidade do Estado? A situação nos Estados Unidos se desenvolveu através de diversas disputas judiciais entre criacionistas e evolucionistas em vários estados americanos. Nestas divergências, há casos de exclusão do evolucionismo dos livros didáticos e das aulas de biologia, assim como vitórias judiciais sobre os criacionistas e suas intenções de incluir o ensino do criacionismo junto com o evolucionismo de Darwin. Não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa, o movimento criacionista ganha força e em alguns casos já é capaz de influenciar políticas públicas. Por isso, como alerta Carneiro, mesmo no século XXI, “não podemos subestimar a sua força social e política” (Carneiro, 2006:20).

A situação que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro traz algumas particularidades, mas também boas semelhanças com o problema na França e Estados Unidos. O Estado do Rio de Janeiro, desde setembro de 2000, na gestão do ex-governador Anthony Garotinho, se encontra diante de uma situação delicada que envolve diretamente as diversas religiões e o espaço

público. Foi no governo Garotinho que começou a ser delineada a lei que implantou o ensino religioso nas escolas estaduais. De autoria do ex-deputado estadual Carlos Dias, filiado na época ao PPB, a lei 3459, apoiada na legislação federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trouxe para dentro das escolas públicas, na legislatura da governadora Rosinha Garotinho Matheus, quinhentos professores de ensino religioso, pertencentes principalmente aos credos católico (342) e evangélico (132). Antes mesmo da realização do concurso, surgiram oposições, apoios e polêmicas sobre a nova lei e seu modelo. A proposta de Carlos Dias se baseava no modelo confessional, o qual define que as aulas são ministradas por credo religioso e que os alunos, que têm o direito à matrícula facultativa, podem freqüentar os cursos que correspondam à sua religião, no caso de maiores de 16 anos, ou à religião de seus pais. É importante ressaltar que a nova lei exige que os professores de ensino religioso tenham diploma de terceiro grau com título de licenciatura plena. Além disso, a lei concede às entidades religiosas o direito de planejar o conteúdo programático e credenciar seus professores. Estes últimos, no texto do edital, em caso de perda da fé, poderiam ser afastados pelos dirigentes responsáveis de seu credo. Com relação ao credenciamento dos professores pelas entidades religiosas na Secretaria de Educação, é pertinente comentar que a Federação Espírita, por não concordar com o ensino religioso remunerado nos colégios públicos, se recusou a credenciar os poucos professores que passaram no concurso. Em comunicado oficial, o Conselho de Unificação do Movimento Espírita resolveu o seguinte:

“b) Não credenciar Professores Espíritas para participar do ensino religioso confessional remunerado pelo fato de os Espíritas terem como norma de conduta em todas as atividades exercidas ‘O dai de graça o que de graça recebestes’, recomendado por Jesus, podendo, entretanto, atuar como Voluntário em todas elas...” (Giumbelli e Carneiro, 2004:130).

A solução encontrada pelos professores espíritas foi pedir ao centro ao qual há a vinculação para fazer o credenciamento.

Como é possível notar, o custo de toda a implantação e pagamento de professores de religião, pela lei, fica integralmente sob a responsabilidade do estado. Curiosamente, o custeio do ensino religioso pelo estado tem amparo legal na constituição federal. A redação do artigo sobre ensino religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/1996), de

1996, não abria a possibilidade para o estado custear aulas de religião, estabelecendo que não haveria “ônus para os cofres públicos”. A seguir, reproduzo o artigo:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecida sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou seus responsáveis, em caráter:

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas, ou

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa”.

Entretanto, em 1997, no mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o artigo acima citado foi reformulado e sua redação passou a incorporar a possibilidade de custeio do ensino religioso, o que abriu a chance para que as leis estaduais seguissem direção. Além disso, também é importante notar que as palavras confessional e interconfessional foram retiradas no novo texto, o que sugere um possível reforço para o pluralismo religioso. Também foi aberta a possibilidade de dialogar sobre o conteúdo da disciplina com as entidades religiosas. Assim, o novo artigo estabelece o seguinte:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”.

Naturalmente, a lei fluminense 3459 gerou repercussão regional e nacional. Grupos religiosos, deputados de diversos partidos, sociedade civil, acadêmicos e meios de comunicação se manifestaram e interagiram a favor e contra a lei. É nesse contexto plural de

opiniões e desentendimentos que surge, ainda em 2000, um projeto de lei alternativo de autoria do deputado petista Carlos Minc. De opinião contrária à implementação de qualquer tipo de ensino de religião em uma escola que pertence ao Estado laico, Minc elabora um projeto que busca suprimir o caráter da confessionalidade ao dar ênfase no diálogo interconfessional. Apoiado por entidades como o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro (MIR), que reúne diversas lideranças de grupos religiosos, e alguns deputados, Minc propõe um projeto de lei que retira a autoridade dada aos credos religiosos de elaborar o conteúdo e coordenar os professores e transfere para o estado esta função. Além disso, ao eliminar a confessionalidade, os alunos não seriam mais divididos por religião, pois o conteúdo a ser ensinado teria como objetivo enfatizar as diferentes religiões e seus valores em comum. Apesar de aprovado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), o projeto de Minc sofre veto da então governadora Rosinha Garotinho Matheus. Depois disso, uma articulação política da ex-governadora com sua base aliada na Assembléia garante a manutenção do veto e assim o modelo confessional foi definitivamente implantado. Vencida a disputa política que consagrou a confessionalidade do ensino religioso, foi realizado o concurso para professores em janeiro de 2004, que contou com 3154 candidatos para as já mencionadas 500 vagas oferecidas. Apenas 26 vagas foram destinadas aos representantes das religiões não-católica e não-evangélica, como espiritismo, judaísmo, umbanda e outras religiões afro-brasileiras. A divisão do número de vagas para professores por religião foi feita com base em uma pesquisa realizada pela comissão de planejamento do ensino religioso confessional, que levantou com as escolas os credos predominantes dos alunos, chegando ao seguinte resultado: 65% católicos, 25% evangélicos, 5% espíritas e outras crenças e 5% sem religião. Entretanto, é importante destacar que, como reconhece a própria ex-coordenadora de ensino religioso, Ediléia Santos, a pesquisa não contou com a participação de diversas escolas da rede estadual. Nas palavras de Ediléia:

“Em 2001, fizemos um levantamento em todo o Estado. (...) Sabemos que nem todas as escolas responderam o questionário, fizemos um quadro, um levantamento e mandamos para todas as coordenadorias, para todas as escolas. Todas as coordenadorias nos devolveram. Uma, em branco, porque não tinha quem fizesse a pesquisa. Outras mandaram preenchidos alguns, outros não. Então foi assim, dentro do que conseguimos, que foi mais da metade, não foi só a minoria que respondeu, tabulamos os dados” (*apud* Giumbelli e Carneiro, 2004:66).

É interessante notar como algumas alianças pouco usuais se formaram ao longo de todo esse processo de implementação do ensino religioso. O ex-deputado Carlos Dias esteve sempre ligado à Igreja Católica. Esta, por sua vez, divergiu internamente com relação ao modelo de educação mais adequado ao ensino religioso: os conservadores, entre eles o próprio Carlos Dias, defenderam o modelo confessional; no entanto, a ala progressista, na qual podemos incluir o deputado estadual Chico Alencar, foi a favor da proposta interconfessional de Minc. As demais religiões também tiveram comportamentos variados. Os evangélicos, e dentro deste termo podemos incluir metodistas, presbiterianos, luteranos e “iurdianos”, foram enfaticamente contra a implantação de qualquer tipo de ensino religioso dentro da escola, com o argumento de que a religião deve ficar restrita à família e à igreja. Houve, assim, uma convergência de idéias com espíritas e representantes de religiões afro-brasileiras, o que para a prática normal de denominações evangélicas é algo bem inusitado e incomum. O curioso é que a ex-governadora Rosinha Matheus e o ex-governador Anthony Garotinho, que são evangélicos presbiterianos, foram dois grandes protagonistas e incentivadores do ensino religioso, contrariando as lideranças do seu próprio credo. O que então estaria por detrás de posicionamentos tão diferentes? Com relação à disputa entre o modelo confessional e interconfessional, pode-se perceber que a questão da diversidade e da tolerância está em debate. Mas, por que a Igreja Católica se posiciona a favor da confessionalidade? E os evangélicos, com estratégias tão agressivas de utilização de espaço público, por que estariam neste ponto contrários ao ensino religioso? Há ainda o deputado Carlos Minc, de origem judaica, que é contra o ensino religioso, mas propôs um projeto alternativo.

Por parte da Igreja Católica, podemos supor que a ala conservadora, que dá apoio ao ensino confessional, o faz com o intuito de deixar o catolicismo em vantagem. A Igreja Católica possui tradição de ensino religioso e já esteve, por diversas vezes, à frente do setor de ensino religioso na Secretaria Estadual de Educação. Além disso, devido à sua tradição e aos diversos colégios particulares católicos no Rio de Janeiro, a igreja dispõe de uma estrutura voltada para o ensino religioso. Seu sistema hierárquico e sua coesão também favorecem a implementação do ensino confessional e a coloca numa posição de liderança em relação aos demais credos. Para os evangélicos, por exemplo, não é tão fácil organizar um curso de religião voltado para o nível médio, visto que existe uma dispersão entre as denominações e até mesmo pouca coesão dentro de uma mesma denominação. Além disso, não há material didático disponível para o credo evangélico. Os católicos, por exemplo, podem contar com muito mais material didático para a sua religião, apesar das primeiras observações indicarem

que os professores recém-contratados não estão seguindo um modelo pré-estabelecido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Como exemplo da maior capacidade católica em organizar material didático e mobilizar pessoas, podemos mencionar os livros que estão em fase de produção de primeira à quarta série do ensino fundamental, que contam com ilustrações do cartunista Ziraldo. Talvez por essa razão, os católicos tenham optado pelo ensino confessional e os evangélicos tenham se posicionado contra o ensino religioso. Seja como for, ainda fica a dúvida do motivo pelo qual o casal de ex-governantes Anthony Garotinho e Rosinha Matheus fez tanto esforço para aprovar uma lei que as principais denominações evangélicas rejeitaram. É realmente difícil compreender qual a lógica que moveu esses dois atores, visto que a própria IURD, que costumeiramente utiliza estratégias ousadas para estar em evidência, também esteve contra o ensino religioso.

O deputado Carlos Minc também está no centro desta polêmica. O deputado é contra o ensino religioso nas escolas públicas, pois acredita que a religião deve ficar a cargo das famílias e não do Estado. Minc argumenta ainda, em dois artigos veiculados em jornais cariocas, que o Estado do Rio de Janeiro possui um desfalque de 15.000 professores, principalmente nas disciplinas de matemática, química e física. O deputado acha que é um contra-senso contratar 500 professores de ensino religioso se há falta de profissionais de matérias tradicionais e que são exigidas nos concursos de vestibular. Além disso, Minc repete sempre que um dos fatores-chave para a formação das modernas repúblicas democráticas está exatamente na separação da igreja e do Estado laico. A gestão do público deve estar separada dos credos confessionais, o que, para Minc, abriu espaço para o respeito e a tolerância à diversidade de religiões. O deputado é contrário à lei 3459 que coloca sob o custeio do estado todas as despesas do ensino religioso, com o agravante do mesmo não poder coordenar o conteúdo de cada credo. Sendo assim, o projeto de lei interconfessional teve o objetivo de minimizar os danos causados pelo projeto de modelo confessional.

Apesar de todas as tentativas de impedir a implantação da lei 3459, procurando demonstrar na justiça seu caráter inconstitucional, as forças a favor do ensino confessional, até o presente momento, tiveram maior influência, conseguindo derrubar todas as oposições que surgiram. Liderados pela ex-governadora, pelo ex-governador e pela ala conservadora católica, o grupo que suporta o ensino confessional se defende das contestações feitas por Minc e outros opositores. Entre outras coisas, a questão da laicidade do estado e de sua incompatibilidade com o ensino de religião é um tema recorrente entre os que dão apoio à lei 3459. Geralmente há uma tentativa de construir um argumento capaz de provar a constitucionalidade da lei estadual de ensino religioso publicada no ano 2000. Para tal

finalidade, recorre-se à constituição federal e à legislação do Estado do Rio de Janeiro. Para este grupo, o ensino religioso é assegurado pela constituição como disciplina regular na grade curricular. Além disso, a liberdade de lecionar religião deve ser entendida como consequência da liberdade religiosa vigente na constituição brasileira. Assim, a separação prevista entre Estado e religião não exclui a possibilidade do ensino religioso nas escolas e não significa perda do caráter laico do estado. O Estado, segundo essa visão, deixaria de ser laico caso fosse o responsável por organizar e ministrar o conteúdo programático das aulas. Como são as diversas religiões que se ocupam desta tarefa, não há conflito com a laicidade do Estado. Geralmente, ressalta-se que o modelo confessional implica, necessariamente, em um pluralismo, visto que a pluralidade do ensino ocorre a partir do momento em que as escolas disponibilizam o ensino de todas as religiões demandadas pelos seus alunos. Ao tentar defender o modelo confessional, observa-se ainda que a constituição brasileira não abre possibilidade para disciplinas como história ou sociologia da religião, o que possivelmente o deputado Minc não concordaria, pois, para ele, o modelo interconfessional estaria voltado exatamente para o ensino da história das religiões, origem das crenças comuns e suas concepções filosóficas. A educação religiosa, para o grupo que defende a confessionalidade, oferece pontos de referência seguros para nortear a vida de crianças e jovens, estabelecendo com clareza as fronteiras entre o certo e o errado na tarefa de formar cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de atuar na sociedade.¹

Independentemente das divergências entre os dois principais grupos e suas visões, o fato concreto é que o ensino religioso é hoje uma realidade nas escolas públicas estaduais e 500 professores tentam, precariamente e em conjunto com outros 230 professores que já exerciam esta função por conta de deslocamentos, cobrir o maior número de escolas possível. A rede estadual conta com 1882 colégios para todo o Estado do Rio de Janeiro. Naturalmente, não há professores para todas as escolas. Na verdade, é muito grande a deficiência de profissionais. Não é comum uma única escola ter mais de um professor de ensino religioso e assim fica quase impossível atender à pluralidade de demanda por vários credos. O argumento de quem defende a lei em vigor ao afirmar que a diversidade religiosa é contemplada na oferta

¹ As apreciações feitas sobre a implantação do ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro foram baseadas no trabalho dos pesquisadores Emerson Giumbelli e Sandra de Sá Carneiro, que elaboraram o número 60 da revista *Comunicações do ISER*.

de aulas de diferentes credos não funciona no cotidiano da maioria das escolas. Muitos professores se deparam na sala de aula com alunos de várias religiões. Certamente, em uma aula do credo católico é possível encontrar evangélicos, espíritas, umbandistas e outras crenças. Tudo isso transforma o interior da sala de aula em um ambiente delicado e muito rico.

Como afirmei, minha opção por conduzir a pesquisa essencialmente dentro da escola não me afastou completamente das articulações políticas das coordenadorias e lideranças do ensino religioso. Venho, desde 2005, acompanhando reuniões feitas pela coordenação de educação religiosa, atualmente representada pela professora do Estado Valéria Gomes Lopes. Acredito ser correto afirmar que o ensino religioso já é uma disciplina institucionalizada nas escolas, apesar das grandes dificuldades que muitos professores enfrentam para trabalhar. Em julho de 2006, por exemplo, visitei uma escola estadual em Duque de Caxias, no bairro de Gramacho. Quem me levou lá foi a professora que chamarei de Márcia Alves Mendes, do credo católico, que tem quatro tempos à tarde no colégio que acompanhei, e por isso, procurarei relatar seu tipo trabalho de forma a mostrar uma opção ao projeto que o professor Roberto desenvolve. Neste colégio em Duque de Caxias, por exemplo, a diretora da escola proibia a professora Márcia de informar aos alunos que o ensino religioso é facultativo. A justificativa da direção é compreensível: o colégio é muito pequeno para deixar um grupo de alunos no pátio. De fato, a escola tem mesmo uma área muito pequena e qualquer turma fora de sala atrapalha as outras. A professora Márcia, mesmo ciente de que os alunos não são obrigados a freqüentar as aulas, optou por não contrariar a direção e não avisar os alunos quanto à possibilidade de não comparecer às aulas. Essa mesma professora me contou um caso de uma colega, também do credo católico, que trabalha em uma escola no Rio de Janeiro e que simplesmente está impossibilitada de dar aulas porque a direção do colégio é contra o ensino religioso. Eu mesmo presenciei um depoimento de uma professora católica de um colégio em Copacabana que reclamava não ter apoio da direção e, por isso, se sentia sozinha para realizar seu trabalho. São dificuldades como essas que muitos professores encontram na realidade das escolas e que proporcionam experiências bem distintas de ensino religioso.

No intuito de diminuir a dispersão e tentar superar as dificuldades encontradas, a coordenação de educação religiosa procura, com razoável freqüência, marcar encontros oficiais e dar algumas orientações aos professores, firmando algum tipo de unidade aos trabalhos que estão em curso nas escolas. Há, assim, uma clara movimentação do corpo dirigente para melhorar as atuais condições e consolidar alguns aspectos básicos. Em 2005, participei de dois encontros que confirmam o rumo que toma a atual coordenação. No

primeiro deles, chamado de 1º Seminário de Ensino Religioso do Leste 1, sob o tema “As diretrizes do ensino religioso da Secretaria de Estado de Educação”, diversas lideranças religiosas da atual gestão, como a própria professora Valéria Gomes Lopes e o Bispo dom Filippo Santoro, estiveram presentes para expor e debater os trabalhos que são realizados. Na platéia estavam, principalmente, professores concursados. Vale a pena destacar os principais temas que foram discutidos: aspectos legais do ensino religioso, fundamentos epistemológicos do ensino religioso, formação de docentes, produção de material didático e experiências de professores.

É interessante constatar, com relação à formação de docentes, como a Igreja Católica e o segmento evangélico já estão mobilizados para qualificar os atuais professores. Ambos estabeleceram parcerias com universidades para oferecer cursos de pós-graduação em formação de professores de ensino religioso. A produção de material didático também ganhou enfoque destacado no seminário, com a presença e exposição da professora Vera Lúcia Santiago Cruz, coordenadora de ensino religioso da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A professora Vera foi breve em sua participação e apresentou os livros didáticos elaborados para o ensino fundamental I. São eles, de primeira à quarta série, respectivamente, *As obras de Deus criador*, *O fato cristão*, *Os sinais do espírito* e *A igreja de Cristo*. O último volume, na época, ainda estava em fase de produção de imagem. Tive acesso aos dois primeiros volumes e posso afirmar que ambos estão muito bem diagramados e coloridos pelo cartunista Ziraldo. O conteúdo é vasto, trata de dar importância à vida em família com todos os seus membros, a história da criação do mundo por Deus, o valor que têm os amigos, o olhar para o próximo, o natal e a história de Jesus, as várias religiões mundiais, etc.

Não é minha intenção aqui mostrar detalhadamente as abordagens dos livros. Apenas desejo chamar a atenção para a preocupação e movimentação dos católicos com a produção de material para professores e alunos. Essa movimentação, como parte de uma extensa rede interconectada, se reflete nas políticas públicas, como no projeto de lei nº 1538/2004, de autoria do deputado Fabio Silva, que propõe em seu projeto que o estado forneça o material didático de ensino religioso. Compareci à votação na ALERJ, em agosto de 2006, e lá encontrei um grupo de pessoas a favor da aprovação da lei, com faixas penduradas. Entre os participantes estava novamente a senhora Vera Lúcia S. Cruz, defendendo o projeto original de Fabio Silva, que passara por duas comissões e fora revisto. Entretanto, no decorrer da sessão, houve o adiamento da votação em virtude de um outro projeto que entrou em seu lugar em caráter de emergência. O importante mesmo é ressaltar a atitude dos coordenadores de

trabalhar pela solidificação do ensino religioso, tanto no seminário em 2005 como na Assembléia Legislativa em 2006.

Em um outro encontro de que participei, também no segundo semestre de 2005, pareceu-me clara a razão pela qual o corpo dirigente trabalha para dar unidade e orientação ao corpo docente. Batizado de “troca de experiência”, o encontro foi realizado com o intuito de possibilitar a troca entre professores. Ouvi-los foi enriquecedor, pois ficou claro que não havia uma centralização dos conteúdos que os professores ensinavam em sala de aula. Cada professor que contou a sua experiência relatou um trabalho diferente. Houve relatos de trabalhos realizados a partir das letras de músicas de cantores e conjuntos da música popular brasileira – no caso, o cantor Renato Russo foi mencionado; um professor disse ter usado em sala a parábola do bom samaritano; outro contou para a platéia que trabalhou com os alunos filmes clássicos como *BenHur*, *Os dez mandamentos* e a série francesa *Jesus*; houve ainda uma professora que exibiu um vídeo sobre violência e agressividade no cotidiano da família e no ambiente de trabalho. Diante destes depoimentos, parece que, apesar das orientações da coordenação religiosa, os professores estão elaborando seu próprio conteúdo e material de ensino e não estão seguindo as recomendações da coordenação.

Além disso, mesmo pertencendo a um credo específico, os professores aparentaram não conduzir as suas aulas com a rigidez que o modelo confessional estabelece. Talvez isso ocorra por causa da presença de alunos de diversas religiões, pois, como já foi dito, é difícil uma escola oferecer duas opções de aula. Outra possível interpretação é que isto acontece devido a uma iniciativa pessoal do professor, que simplesmente não deseja falar de apenas um credo em especial, mas das religiões em geral. E, sem dúvida, todas as iniciativas dos professores são influenciadas pela participação e pelos questionamentos que são feitos por parte dos estudantes. A impressão que se tem ao ouvir os relatos dos professores é a de que há por parte do corpo docente uma preocupação em transmitir aos alunos valores morais e éticos compatíveis com o mundo em que vivemos, trabalhando em sala de aula temas que hoje em dia causam inquietação e polêmica.

Em 2006, as reuniões promovidas pela coordenadoria continuaram a acontecer com boa frequência. A primeira delas foi o “II fórum de ensino religioso: inclusão para todos”, realizado na Universidade Bennett e que teve como objetivo “Lançar a C F [Campanha da Fraternidade] / 06 no mundo da educação...”. O segundo evento foi um encontro com os professores-articuladores para discutir os processos de avaliação do ensino religioso. Foi distribuído um material com algumas reflexões e orientações de avaliação para a disciplina. Fui a este encontro acompanhando o professor Roberto Mota. No entanto, o último encontro

do ano, ao qual infelizmente não pude comparecer, mas recebi o material distribuído, parecer ter sido realmente o mais interessante. A coordenação de educação religiosa é sensível às dificuldades que os professores enfrentam e vem procurando cooperar na solução de alguns problemas para os quais não existe ainda orientação oficial. Segundo o material a que tive acesso, pela primeira vez foi elaborado um projeto para o ensino médio, sob o tema “A nossa opção religiosa: convivência respeitosa, solidária e cidadã”, na busca de resolver o impasse dos alunos que optam por não assistir as aulas de religião. Trata-se de um estudo dirigido. Abaixo, reproduzo alguns trechos da apresentação e metodologia do material:

“Um dos problemas que o gestor enfrenta nas escolas com o Ensino Religioso é o fato de a disciplina ser facultativa. Isso tem provocado, muitas vezes, atitudes completamente ilegais, como, por exemplo, tornar a disciplina obrigatória para o aluno, uma vez que todos os alunos são encaminhados à sala de aula. Uma das consequências desse equívoco é a indisposição do aluno em participar positivamente das aulas.

Entendemos que o gestor, quando assume a não obrigatoriedade de participação discente nas aulas de Ensino Religioso, tem a intenção de proporcionar ao aluno uma formação mais completa e que, na maioria das vezes, o que ele deseja evitar é a ociosidade do educando. Até porque o aluno é dispensado da aula de Ensino Religioso, mas não da carga horária correspondente a essa disciplina”.

“Acreditamos que essa iniciativa venha a atender o desejo de ajuda, por parte dos professores, aos **alunos não optantes**, para que estes conheçam melhor a religião dos colegas, tendo, como horizonte, um diálogo sincero e aberto na busca de um mesmo objetivo: **o respeito à confessionalidade de cada um e uma vida digna**”.

“**É um estudo dirigido, onde a construção do aluno é fator imprescindível para a aquisição do saber proposto**”. “Ele deverá ser utilizado com os alunos não optantes, em qualquer espaço da escola”.

O reconhecimento da coordenação, de maneira objetiva, da situação ilegal de obrigatoriedade para o ensino religioso é algo novo. Pelo menos nas reuniões a que compareci jamais recebi um material ou ouvi alguma liderança falar de um problema com a clareza que possuí o trecho acima. A elaboração de um estudo dirigido para não deixar o aluno sem ter atividade também é novidade. Creio que é a primeira vez que a coordenadoria fornece um material para ser aplicado diretamente ao aluno. Contudo, o estudo dirigido é quase que inteiramente de conteúdo religioso, com textos e atividades que a todo o momento abordam algum tema da religião. Está explícito no trecho acima que o aluno não está dispensado da carga horária da disciplina, mas, então, o que ele deve aprender? Se o estudante pede para não participar do ensino religioso, este estudo dirigido não parece ser a solução para resolver a situação, pois, mesmo sem o caráter confessional, ainda assim há o ensino de religião, o que fica nítido a partir dos subtemas: *Amadurecendo à luz do sol*,

Formando imagens reais com óculos corretos, Vivendo na unidade, pela qual Jesus orou, na luta pelos princípios de paz e fraternidade universal e O caminho da paz mundial passa pelo diálogo entre as religiões. De qualquer forma, o importante mesmo é conseguir demonstrar, a partir do acompanhamento das reuniões, que os dirigentes do ensino religioso estão sensíveis às situações de dificuldade da disciplina e procurando ajudar e orientar os professores para que, cada vez mais, o ensino religioso possa se consolidar.

Todos os três casos que apresentei – França, Estados Unidos e Brasil – guardam mais semelhanças entre si do que pode aparentar um primeiro contato. Apesar das particularidades de cada uma das situações, as grandes questões teóricas que buscam compreender o que se passa e, também, procuram uma solução para as divergências que vêm ocorrendo, são similares. Há razões para as semelhanças. Primeiramente, todas as três situações ocorrem no mesmo espaço, que é a escola pública de cada país, peça chave na construção de qualquer nação que, como o Brasil, deseja melhorar a vida da população e diminuir a desigualdade cada vez maior entre aqueles que estudaram e aqueles não puderam frequentar uma escola. Em segundo lugar, todas as situações nos mostram problemas que ocorrem a partir da presença da religião dentro deste espaço de pluralidade. Mesmo reconhecendo as grandes diferenças de contextos entre os países, especialmente no que diz respeito a investimentos em educação pública, e também no que toca à questão religiosa, ainda assim é possível encontrar inúmeras semelhanças. Mencionei minha percepção de que, no caso do ensino religioso, as opiniões em geral se polarizam no “sim” ou no “não”. Esse debate de permitir ou não a religião na escola também aparece nos embates políticos e nas discussões do meio acadêmico. O envolvimento da religião com o espaço público normalmente provoca polêmica e divide opiniões. O interessante é que até mesmo as pessoas religiosas muitas vezes se posicionam contra a presença da religião na esfera pública, como se a religião apresentasse uma ameaça à ordem. Os dois professores que acompanhei são bons exemplos disso, pois ambos são favoráveis à separação entre Igreja e Estado e contrários ao modelo confessional do Estado do Rio de Janeiro. Em entrevista realizada com o professor Roberto, perguntei se, em sua opinião, a religião pode ocupar o espaço público. Ouvi o seguinte:

“Não e sim. Não porque eu não vejo exatamente essa ligação do estado com a religião, a religião tem que estar à parte. Sim porque se a comunidade quiser

realizar um culto ecumênico, chamar os representantes religiosos de cada grupo da escola para participar desse encontro, não vejo problema nenhum. (...) Agora, por isso que eu te falei, desde o início eu não concordei com o concurso. Entrei para cumprir e montar um outro tipo de trabalho. Baseado nisso, eu creio que não, o estado não deve se envolver, não deve ter nenhuma religião envolvida, eu acho que religião é para cada um escolher e seguir o que quer de acordo com os seus pensamentos, com a tradição, com a família, dentro da sociedade, dentro de uma instituição que escolheu para isso.”

A professora Márcia, que foi entrevistada meses depois com as mesmas perguntas, disse o seguinte: “De jeito nenhum! Não acho, acho até perigoso isso, acho até perigoso. A gente na história, a gente sabe de vários episódios que as pessoas ficam meio assim, sem razão, tá? Usam só a fé e esquecem da razão. E fé é fé e razão. A gente não pode perder. (...) Mas, absolutamente, eu acho que Estado e Religião tem que ser separados sim! Tem que ser!”.

A noção de que o lugar da religião é longe de qualquer esfera pública parece estar mesmo consolidada e enraizada no pensamento geral. É comum a associação de que a religião no espaço comum pode causar guerras, conflitos e perseguições, abalando a estabilidade pública (Bader, 1999:598). Há, sem dúvida, razões históricas para se pensar desta maneira – a própria professora Márcia fala de “vários episódios” do passado. Não cabe aqui aprofundar estes episódios ou tentar construir argumentos a favor ou contra a atuação religiosa no meio público de uma república que se apresenta como neutra e, portanto, não religiosa. Contudo, conforme mencionei, há uma ampla discussão acadêmica sobre o estatuto da presença religiosa no espaço público e creio que apresentá-la é interessante.

No caso específico das escolas a situação se torna ainda mais delicada, uma vez que a natureza da escola é de exercer influência e orientação sobre crianças e adolescentes, preparando-os para a inserção social (Durkheim, 1978). As escolas, cada vez mais, têm influência na vida do estudante, representando, às vezes, um papel tão importante quanto a própria família do aluno. Ao definir educação em seu livro *Educação e Sociologia*, Émile Durkheim diz que “A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine” (Durkheim, 1978:41). Certamente, a ação da escola sobre o

jovem se encaixa com perfeição na definição de Durkheim. A escola é um dos lugares onde se forma o futuro cidadão que estará apto para se inserir produtivamente na vida social. Hoje, como nos lembra Durkheim, diferentemente do passado, a educação dada às crianças e adolescentes é essencialmente científica, restando pouco ou nenhum espaço para outras influências. Na Idade Média, por exemplo, a educação tinha caráter cristão (Durkheim, 1978:40). Essa diferença no caráter da educação nos permite perceber que não existe uma fórmula educacional ideal, universal e válida para todos os períodos históricos. Ao contrário disso, o sistema de educação de uma sociedade está intimamente ligado ao seu passado e às diversas instituições que compõem a sociedade, como a própria religião, a ciência, a política, indústrias, mercado de trabalho, etc (Durkheim, 1978:37). Em conjunto com as famílias, é a educação escolar formal uma das responsáveis por construir uma base comum de diálogo entre todos os cidadãos, ressaltando as homogeneidades de um povo através do ensino da história, da língua, das celebrações de festas, dos valores sociais, etc. Enfim, a função da educação em geral e, especificamente da escola, é a de formação dos jovens, buscando construir uma integração social ao transmitir o conhecimento de uma geração adulta para uma geração de crianças e adolescentes. Para Durkheim, a educação básica de um colégio deve estar de acordo, inicialmente, com as expectativas sociais da maioria e, em seguida, com as expectativas do pequeno grupo ao qual atende.

A religião na escola provoca reações polarizadas ao romper com a crença comum de que religião e Estado devem permanecer separados para que haja imparcialidade. O princípio que estabelece a neutralidade do Estado, formulado pela teoria liberal, consiste em afastar do jogo político e da esfera pública muitas das esferas particulares às quais os cidadãos são participantes ou têm apego sentimental. Segundo John Rawls, um dos principais teóricos do liberalismo contemporâneo, para promover a cooperação entre os indivíduos e promover um sistema justo e capaz de proporcionar a convivência é preciso que as chamadas “doutrinas abrangentes” estejam fora do cenário público. Nas palavras do autor, “As doutrinas abrangentes de todos os tipos – religiosas, filosóficas e morais – fazem parte do que podemos chamar de “cultura de fundo” da sociedade civil. É a cultura do social, não do político” (Rawls, 2000:56). Os indivíduos podem manter suas particularidades e têm liberdade para praticar suas ações, desde que na esfera pública renunciem a seus gostos particulares. Ao afastar todas as doutrinas abrangentes, o Estado alega ser imparcial e justo diante de todos os cidadãos. De acordo com essa construção da teoria liberal, a religião fica definitivamente afastada de qualquer possibilidade oficial ou legal de atuar na esfera pública, restrita apenas à

vida privada de cada um. Esse lugar não é somente reservado à religião, mas, teoricamente, a todas as demais concepções de mundo e estilos de vida.

Assim, quando o fenômeno religioso surge nas escolas, os debates entre aqueles que sustentam a possibilidade de presença da religião no espaço público e os que rejeitam esta mesma possibilidade vêm à tona. Os que a defendem, como Stephen Carter, autor de *The culture of disbelief*, chamam a atenção para a grande importância que a religião tem na vida particular das pessoas, servindo como guia moral e de conduta nas mais diferentes ações. É também comum um ataque ao suposto caráter de neutralidade que a teoria liberal alega possuir. Para alguns autores, a imparcialidade do Estado não existe e a conceituação de que o Estado é neutro mascara um preconceito contra a religião ao impedi-la de se manifestar (Carter, 1994:13). O afastamento da religião dos debates públicos se torna assim uma situação de injustiça com as religiões e seus fiéis (Bader, 1999:608). Contudo, os que são contrários à presença da religião no público, como Stephen Macedo, até admitem que o Estado laico não é neutro, mas ainda assim acreditam que a religião deve ser mantida afastada do espaço público, principalmente dos colégios, uma vez que estes têm a função de abrigar estudantes de diversas raças, classes e religiões para moldá-los como seus futuros cidadãos com valores e comprometimentos básicos que devem ser compartilhados por todos. Além disso, ainda segundo Macedo, é preciso homogeneizar os cidadãos com alguns conceitos para que a diversidade possa conviver, já que a ordem liberal que pressupõe indivíduos livres e cooperativos que aceitam a diferença é uma conquista política.

Este debate de teoria política que visa permitir ou não a atuação da religião na esfera pública fica bastante acirrado quando o campo de disputa é a escola. Isso ocorre por diversas razões, como a importante função da educação em formar as novas gerações e construir suas crenças e comprometimentos. Além disso, como já afirmei, o sistema de educação mantém estreita ligação com a sociedade em que se insere, cabendo ao colégio complementar coerentemente a educação transmitida pela família e pela sociedade de maneira geral. A religião na escola suscita problemas por se inserir exatamente em um meio que, por natureza, irá influenciar o pensamento de toda uma geração, podendo alterar consideravelmente a forma de pensar de boa parte da sociedade no futuro. Na sociedade de hoje, o sistema de educação tem uma enorme força e qualquer alteração no sistema público de ensino pode resultar em grande mudança social no futuro. Talvez seja por isso que os casos do véu, do criacionismo e do ensino religioso tenham provocado tanta preocupação, especialmente por parte dos estudiosos. No embate pelo criacionismo dentro das aulas de ciências, ocorre outra situação: os pais, preocupados com a maneira como as aulas de evolucionismo podem

contrariar a percepção de mundo que desejam transmitir aos seus filhos, é que lutam pela exclusão do evolucionismo e pela inclusão do ensino do criacionismo. Na França, os políticos é que expressaram sua preocupação com a manutenção do Estado laico francês. E no Rio de Janeiro, houve manifestações contrárias de vários grupos, alguns deles alegando a mesma ofensa ao princípio de separação de Igreja e Estado.

Toda a discussão acadêmica da teoria liberal sobre a separação entre Igreja e Estado, a compatibilidade legal da religião com os Estados laicos e, também, do caráter positivo ou negativo desta possível relação, nos impede, muitas vezes, de perceber que a separação não se realiza plenamente na prática cotidiana. Há, no projeto da modernidade, um lugar para a religião na esfera privada e um afastamento do domínio público. Entretanto, podemos perceber, no dia-a-dia, a clara presença da religião nas diversas esferas públicas. A questão da religião na escola é um exemplo concreto de manifestação e atuação do religioso no público, contrariamente à expectativa de que movimentos religiosos estariam reduzidos à esfera particular ou que iriam gradativamente desaparecer. Segundo o sociólogo Peter Berger, os trabalhos acadêmicos produzidos nas décadas de 1950 e 1960 sobre a teoria da secularização estavam equivocados. A idéia central da teoria afirmava que, com o avanço da modernidade, haveria um declínio da religião nas suas manifestações públicas e também na mentalidade das pessoas (Berger, 1985:10). Entretanto, como argumenta José Casanova em seu livro *Public Religions in the modern world*, na década de 1980 a religião chamou a atenção de cientistas sociais por suas manifestações públicas, obrigando os pesquisadores a rever a teoria da secularização e rediscutir o papel da religião na construção do mundo moderno (Casanova, 1994:3). Ainda segundo o autor, alguns eventos que ocorreram naquela década, como a revolução islâmica no Irã, a reemergência pública do fundamentalismo na política americana e o grande aumento de evangélicos na América Latina, mostraram com maior clareza aos pesquisadores que a teoria da secularização precisava mesmo ser revista diante dos novos acontecimentos, nos quais a religião não se apresentava marginalizada como previsto, mas como movimento com força própria. Rever a teoria da secularização, contudo, não significa descartá-la de vez como se fosse um mito, conforme alguns preferem atualmente percebê-la (Casanova, 1994:6). O trabalho, então, deve ser de revisar seu conceito e questionar parcialmente sua validade, separando aquilo que de fato ainda é possível afirmar daquilo que se mostrou estar equivocado. Só assim poderemos buscar construir uma nova relação entre religião e modernidade, que, sem preconceitos, possa reconhecer o fenômeno religioso como presença marcante na construção de mundo da maioria das pessoas, capaz de influenciar o curso da história através de movimentos sociais e políticos.

Secularização, segundo Berger, é “... o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico...” (Berger, 1985:119). Já Casanova, ao perceber a secularização como conceito, afirma que este processo histórico significa uma expropriação massiva, geralmente empregada pelo Estado, de monastérios, propriedades e riquezas da igreja após a reforma protestante. Secularização, então, viria a designar a “passagem” ou transferência de pessoas, coisas ou funções de uma esfera religiosa para uma nova esfera secular (Casanova, 1994:13). As duas definições são bastante semelhantes e parecem concordar com a mudança de posição da religião a partir do desenvolvimento da modernidade. Entretanto, de acordo com Casanova, para que este significado faça sentido é necessário aceitar que a visão européia estava dividida em um sistema de classificação que separava “este mundo” – o mundo terreno, imanente – em dois reinos diferenciados, o religioso e o secular. Naturalmente, esta divisão entre sagrado e profano não se realizava plenamente e, por isso, os reinos se interpenetravam mutuamente. Além desta divisão imanente, que o autor chama de “este mundo”, havia concomitantemente uma outra classificação que separava “este mundo” do “outro mundo” – o transcendente. A divisão de “este mundo” em religioso e secular e a outra divisão entre “este mundo” e o “outro mundo” provocavam, no sistema pré-moderno, um duplo dualismo, e cabia à Igreja fazer a mediação entre todas essas divisões (Casanova, 1994:14). Para Casanova, o conceito de secularização se refere exatamente ao processo histórico no qual o dualismo “deste mundo” e o processo de mediação entre “este mundo” e o “outro mundo” começam a se romper. Agora haverá apenas um “este mundo”, o secular, no qual a religião terá que encontrar seu espaço. Antes, ocorria o contrário, o mundo religioso englobava o secular, que procurava se ajustar a esta norma. O dualismo vigente na Idade Média entre o religioso e o secular era comandado primordialmente pela Igreja Católica, que construía uma sociedade sob uma perspectiva essencialmente religiosa. Assim, a esfera secular permanecia como um todo indiferenciado, impossibilitada de apresentar suas características internas. A teoria da secularização surge então para estudar esta nova configuração na qual a religião vai ganhar um novo lugar, desta vez em um mundo não mais com uma perspectiva religiosa, mas sim secular (Casanova, 1994:15). Segundo o autor, este conceito central da teoria da secularização, que se sustenta sobre a idéia de uma emancipação e diferenciação da esfera secular – principalmente do Estado, da economia e da ciência – da esfera religiosa, ainda

permanece válido. São as interpretações e sub-teses deste processo que se mostraram erradas. A partir da emergência da esfera secular, uma teoria acadêmica afirma e prevê o declínio da religião no espaço público e na vida das pessoas em geral, chegando até mesmo ao desaparecimento em alguns casos. Uma outra interpretação do processo prevê a privatização e marginalização da religião no mundo moderno (Casanova, 1994:20). Na verdade, nenhuma das duas sub-teses ocorreu como previsto e ambas se mostraram equivocadas, apesar de terem causado grande influência no mundo, especialmente no meio acadêmico. Como mostra Berger, pensadores iluministas e religiosos rejeitaram a relação entre modernidade e religião, como se ambas fossem incompatíveis e incapazes de conviver em harmonia (Berger, 2001). No entanto, enxergar a relação religião e modernidade desta maneira, na qual há incompatibilidade, declínio e privatização do religioso frente ao secular, significa reproduzir uma percepção de história como um processo evolucionário que parte da superstição à razão, da religião à ciência (Casanova, 1994:17). Na verdade, a humanidade não caminha para uma direção determinada, como se tivéssemos todos envolvidos em um grande enredo com uma finalidade última. Se quisermos compreender o papel da religião no mundo moderno e a modernidade em si, será necessário deixar de lado o pensamento evolucionista e perceber como os diversos fatores interagem e constroem situações específicas para a religião nas diversas sociedades.

Como nos alerta o sociólogo Anthony Giddens, “Deslocar a narrativa evolucionária, ou desconstruir seu enredo, não apenas ajuda a elucidar a tarefa de analisar a modernidade, como também muda o foco de parte do debate sobre o assim-chamado pós-moderno. A história não tem a forma “totalizada” que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias (...). Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação” (Giddens, 1990:15). Assim, se buscamos construir uma nova relação entre religião e modernidade, como também entender os erros cometidos na interpretação desta relação, é necessário compreender o conceito de secularização como processo histórico desvinculado de qualquer fim último. Somente desta forma perceberemos que os fatores específicos que desconstruíram o sistema medieval na Europa e provocaram uma mudança no papel da religião poderiam nunca ter se conjugado, ou então poderiam ter interagido com outros fatores bem distintos, com resultados imprevisíveis. A emergência de novas esferas, a perda de poder da religião e seu deslocamento para uma nova posição, com menor capacidade de influência, não a predestina de forma alguma ao declínio ou desaparecimento. Ao contrário disso, o que percebemos nos dias de hoje é que a religião não recuou e está

presente em quase toda a parte. A sociedade americana, que é bastante religiosa e ao mesmo tempo uma grande potência econômica altamente industrializada e educada, pode funcionar como um contra-exemplo a uma teoria da secularização que prevê um lugar marginal para a religião. Assim, diferentemente do que muitos esperavam, a industrialização, a urbanização e a educação científica não acarretam necessariamente no declínio da religião (Casanova, 1994:27). A modernidade se instalou de muitas maneiras em várias sociedades, sofrendo adaptações e gerando novas experiências que abrem inúmeras possibilidades para a expressão religiosa. Mesmo se desconsiderarmos as adaptações à modernidade e observarmos apenas os elementos comuns presentes de maneira geral em todas as experiências de modernização, perceberemos que ainda assim a religião não deixa de ter um papel.

Um desses elementos comuns é o constante rompimento com a tradição e o novo ritmo de introdução de práticas renovadas na vida social de uma determinada sociedade. Como mostra Giddens, as diversas culturas possuem o hábito de alterar sua rotina a partir da revisão de práticas do dia-a-dia e de novas descobertas. Mesmo em culturas em que a tradição é o fator determinante para a organização social, aos poucos, lentamente, algumas práticas estão sujeitas a alterações (Giddens, 1991:45). O que ocorre no mundo moderno é uma ruptura brusca com este pensamento. Na modernidade, “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (Giddens, 1991:45). Ou seja, é um hábito do sistema moderno rever todos os seus conceitos e aplicar essas revisões no seu cotidiano. Essa condição reflexiva, que indicava nos levar para uma situação de maior certeza e controle sobre o mundo, não traz nenhum conhecimento sólido, imutável ou durável. Pelo contrário, devido ao fato de que tudo pode ser revisado, de que vivemos num mundo de “conhecimento reflexivo aplicado” (Giddens, 1991:46), nada mais é para sempre e conhecer não é mais sinônimo de estar certo (Giddens, 1991: 46). A ciência, um dos elementos secularizantes, é uma das responsáveis pela imensa inserção de novos conhecimentos no mundo social moderno e pela constante revisão de todas as práticas (Latour, 1994). Não é fácil lidar com a incerteza trazida pela modernidade. Como afirma Berger, “a modernidade, por razões muito compreensíveis, solapa todas as velhas certezas; a incerteza é uma condição que muitas pessoas têm grande dificuldade em assumir; assim, qualquer movimento (não apenas religioso) que promete assegurar ou renovar a certeza tem um apelo seguro” (Berger, 2001:14).

A modernidade, mesmo com seus elementos secularizantes, pode ser compatível com a religião e pode inclusive proporcionar um espaço de destaque para movimentos religiosos. Na verdade, é mais plausível aceitar isto do que pensar no desaparecimento da religião, visto

que a incerteza produzida pela modernidade permite o florescimento de instituições e manifestações religiosas, não apenas na esfera privada como também na pública. Vale notar que muitas dessas manifestações e explosões religiosas ocorrem em países desenvolvidos nos quais as populações têm acesso à instrução, afastando assim qualquer hipótese de associar manifestações religiosas com subdesenvolvimento industrial. O que deve então causar estranhamento aos cientistas sociais e que merece estudo e explicação não é a presença da religião, mas sua ausência em um mundo que sempre foi e permanece religioso. Para Berger, no mundo “fortemente religioso” de hoje existiriam apenas duas exceções: a primeira delas é a Europa ocidental, onde de fato todos os elementos secularizantes – reforma protestante, estado absolutista, capitalismo e ciência – estiveram presentes e atuando em conjunto, o que aparentemente provocou o declínio religioso. No entanto, mesmo neste caso, creio que a religião esteve longe de ser plenamente afastada da esfera pública e da vida das pessoas. Basta lembrar que, na Inglaterra, a Igreja Anglicana esteve vinculada ao Estado, situação que atualmente se mantém inalterada (Bader, 1999). A segunda exceção trata-se de um grupo muito reduzido de pessoas, chamado por Berger de “sub-cultura internacional”, que possui uma formação acadêmica baseada no modelo ocidental, geralmente da área de ciências humanas. São pessoas e intelectuais que juntos não são muito numerosos, mas é grande a sua influência, pois são responsáveis pelas instituições definidoras da realidade, como os meios de comunicação, a educação fundamental e superior, o sistema jurídico, etc (Berger, 2001:17). Por controlarem a educação, sua capacidade de influenciar as novas gerações de crianças e adolescentes é enorme, o que causa grande impacto no futuro de uma sociedade. Inclusive, para Berger, a teoria da secularização foi plausível por tanto tempo, sem nunca ao menos ser questionada, graças a esta sub-cultura que por consenso de seus participantes não sentiu a necessidade de revisá-la. Creio que esta sub-cultura é de fato secularizada e por muito tempo colaborou para permanência das sub-teses da teoria da secularização que anunciavam o declínio da religião e sua privatização.

A teoria da secularização não pode mais tratar o fenômeno religioso como força marginal ou sem importância. O cotidiano do mundo está repleto de religião. Difícil é encontrar algum movimento social que não tenha nenhuma relação com alguma instituição religiosa (Casanova, 1994:4). Mesmo os grandes debates públicos nacionais e mundiais, que aparentemente nada têm de religioso, guardam conexões com a religião. Quando nos

deparamos com a questão do ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro, aí sim, fica clara a participação religiosa na vida pública, seja através das aulas de ensino religioso, da presença na Assembléia Legislativa ou na própria coordenadoria de educação. O desafio que se mostra pertinente diante de um mundo de construção marcadamente religiosa é o de desenvolver pesquisas capazes de reconhecer a religião presente em todas as esferas da sociedade sem que isso nos deixe a impressão de que há algo fora do lugar normal (Casanova, 1994:39). Creio que não é função de uma teoria tentar predestinar o lugar da religião na modernidade e dizer como a mesma vai se comportar. Existem muitas maneiras de vivenciar a modernidade e as diferentes adaptações do sistema moderno no mundo abrem grandes possibilidades para a manifestação do religioso em cada país, seja ele democrático ou não. O caso dos Estados Unidos, que não contou com a presença do Estado absolutista na construção de sua nação, gerou uma configuração distinta da européia, pois os americanos são seculares e religiosos ao mesmo tempo (Casanova, 1994: 38). Cada país tem a sua história e, a religião, naturalmente, como parte da construção de qualquer nação moderna, ocupa um determinado lugar que só é possível entender se estudarmos uma situação específica. É claro que, como alerta Berger, é possível fazer generalizações capazes de explicar grandes movimentos religiosos e também traçar uma visão geral do papel da religião no mundo moderno. No entanto, se as generalizações ajudam a direcionar um trabalho, podem também nos dificultar a perceber a situação específica com a qual estamos lidando. Por isso, é preciso associar as generalizações com um estudo de caso que leve em conta os diferentes fatores históricos. Assim, será possível contribuir para consolidar uma teoria da secularização suficientemente aberta ao reconhecimento do religioso na esfera pública e particular, sem que isso cause o medo de ofensa às instituições democráticas e deixe aquela tão comum impressão de que a religião no espaço público se manifesta de forma indevida (Casanova, 1994:39).

A opção por acompanhar as aulas de ensino religioso em um colégio estadual tem como uma das motivações exatamente contribuir para esclarecer ou explorar como se desenvolvem relações entre religião e modernidade, o que envolve as diversas possibilidades de participação do religioso na esfera pública. Há, além disso, o interesse em dar início a um mapeamento das muitas práticas vigentes em sala de aula. Graças à impossibilidade de cumprir na prática o caráter confessional da lei e às idéias particulares de muitos professores, os colégios apresentam hoje incontáveis formas de trabalhar a disciplina em sala de aula. Como mencionei, qualquer conhecimento transmitido pela educação escolar a adolescentes e crianças tem capacidade de influenciá-los de maneira profunda e imprevisível – o que transforma o mapeamento das práticas de ensino religioso em algo essencial. Então,

acompanhar as aulas de religião foi um trabalho de campo que me permitiu alcançar vários objetivos ao mesmo tempo. Primeiramente, perceber o discurso do professor Roberto dentro de sala e a influência nos alunos do trabalho que busca “orientar jovens para a vida”. Mesmo ao afirmar que não ensina religião doutrinária em sala, as aulas do professor têm motivações religiosas e ocupam na grade horária um espaço que é destinado ao ensino religioso. Desta forma, o relato das aulas e a idealização do projeto de ensino religioso para este colégio são formas de expressão da religião na esfera pública que colaboram para o entendimento da relação entre religião e modernidade. A interação do professor na escola, com a direção e outros professores, ocupando aos poucos posições muito próximas do corpo gestor, ajudando inclusive a tomar decisões importantes, permite enxergar que a presença religiosa não está apenas na disciplina ensino religioso, mas, de uma forma geral, em todo o colégio. Em segundo lugar, em relação ao mapeamento dos trabalhos que hoje estão em curso, creio que somente dentro das escolas poderemos realmente entender o que ocorre, como o professor de religião se posiciona, que lugar ocupa na instituição, como é visto pelos colegas de trabalho e pelos alunos, quais as modificações que trouxe para a dinâmica do colégio, de que forma essas mudanças foram absorvidas, etc.

A imersão na escola se faz necessária, pois apenas com o convívio diário podemos ganhar a confiança das pessoas e entender aspectos que um levantamento estatístico, por exemplo, jamais revelaria (Elias, 2000). Tecer uma relação de proximidade com o professor de ensino religioso e demais integrantes da escola só foi possível com a presença contínua, semanal, na escola, participando não somente das aulas nos dias que acompanhava, mas das palestras extra-classe, dos passeios com os alunos, da reunião geral de professores, jogos de basquete e futebol fora do horário escolar, etc. Enfim, estar lá, no campo, uma ou duas vezes por semana, fazendo o trabalho etnográfico, foi importante para permitir uma relação de informalidade com as pessoas na escola.

No capítulo 1 apresentarei detalhadamente o trabalho elaborado pelo professor Roberto Mota, assim como algumas de suas idéias e visões de mundo que julgo terem influenciado na elaboração do projeto que recebe o nome de “fórum permanente de estudos juvenis”. Apresentarei também o colégio estadual, sua estrutura física, a rotina de seu funcionamento, as regras e o ambiente peculiar que colabora para o desenvolvimento das idéias de Roberto e de sua visão da disciplina ensino religioso. O projeto do professor Roberto Mota será ainda colocado em comparação com o trabalho e as idéias da professora Márcia Alves Mendes, que assumiu quatro tempos no período da tarde no segundo semestre de 2006 e que em 2007 está com quase toda a sua carga horária dedicada exclusivamente ao colégio.

Será feita uma breve comparação com o trabalho que Márcia desenvolveu na escola em Duque de Caxias, buscando não apenas perceber as diferenças, mas também as semelhanças. Esta escola na qual fiz o acompanhamento das aulas localiza-se na zona norte do Rio de Janeiro e é bem conceituada na região. No capítulo 2 buscarei relatar as observações das aulas que acompanhei no ano de 2006, tanto do professor Roberto como da professora Márcia. A aula é um momento especial, pois, além de ser o espaço destinado na grade curricular para a religião manifestar-se na escola, é ali que boa parte do discurso é produzido e recebido pelos alunos. Por isso, foi feita a gravação de todas as aulas acompanhadas e este capítulo é repleto de transcrições, falas dos professores e alunos, a partir de atividades propostas por Roberto e Márcia ou de situações que surgiram espontaneamente, que ocorriam principalmente quando os alunos colocavam suas dúvidas e faziam perguntas. Finalmente, após exposição desses dois capítulos, retomarei, nas considerações finais, alguns debates teóricos que já discuti, para depois aplicá-los à situação do ensino religioso e do trabalho de campo que desenvolvi.

Capítulo 1: O ensino religioso no Colégio Estadual Carlos Alberto

As escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro, de uma forma geral, aparentam estar em estado de má conservação da estrutura física. Ouvi relatos reclamando da falta de infra-estrutura em duas reuniões da coordenação de educação religiosa. Em uma delas, após ouvir reclamações dos professores, a própria coordenadora de educação religiosa da Secretaria Estadual de Educação, senhora Valéria Gomes Lopes, disse a todos que esse é um problema generalizado em todo o Estado do Rio de Janeiro. Não possuo dados oficiais que comprovem ou não o estado de abandono que muitas pessoas acreditam estar as escolas públicas estaduais. Contudo, quando optei por acompanhar uma aula de religião e percorri alguns colégios para encontrar um que se adequasse a esta pesquisa, pude perceber na prática aquilo que as pessoas imaginam e muitos professores reclamam. Visitei um colégio em Copacabana, outro na Tijuca, um em Botafogo, um na zona norte da cidade – o qual optei por acompanhar – e uma escola em Duque de Caxias. Coincidência ou não, todos esses colégios apresentam problemas aparentes de infra-estrutura e corroboram as queixas dos professores e a triste realidade pela qual passa o ensino público no Brasil. Sem dúvida, este é mais um obstáculo para os professores de ensino religioso desenvolverem os seus trabalhos.

Curiosamente, o colégio que acompanhei, que chamarei de Colégio Estadual Carlos Alberto (CECA), apesar de apresentar as marcas da falta de cuidado com a manutenção, ainda assim se destaca diante das outras escolas que visitei. Dentro da realidade vigente, creio ser correto afirmar que o colégio está com a manutenção de sua estrutura em razoável estado. Entre os colégios que conheci no Rio de Janeiro, esta foi a última escola que visitei e, de imediato, gostei do lugar. O ambiente agradável, a boa infra-estrutura e manutenção do colégio certamente contribuíram para que eu permanecesse na escola. No entanto, não era isso que procurava em uma escola para realizar o trabalho de campo. Buscava um colégio grande da rede pública que se localizasse na zona sul ou zona norte da cidade e que, antes de tudo, tivesse os credos católico e evangélico convivendo no mesmo espaço. Julguei que seria mais simples ir até a Metropolitana X e tentar mapear lá um colégio que disponibilizasse os dois credos que procurava. As Metropolitanas são coordenadorias ligadas à Secretaria Estadual de Educação (SEE) e representam zonas ou bairros nos quais os colégios estão localizados. Diretores, professores, pais e alunos se reportam a essas coordenadorias para resolver os mais variados tipos de questões. Praticamente tudo é resolvido em uma Metropolitana. É o lugar que gerencia o ensino das escolas, cuidando da parte legal, da fiscalização dos colégios e prestando atendimento a pais e alunos. Há também uma espécie de

gerência administrativa, que cuida da lotação de pessoal, transferências, licenças, contratação, etc. Popularmente, as Metropolitanas são chamadas apenas de Metro, acrescido o número da região que representam. No caso da Metro X, os colégios da zona sul, zona oeste e dos bairros da Tijuca e Vila Isabel reportam-se a esta coordenadoria. Já havia feito contato, em uma reunião, com a responsável de ensino religioso na Metro X e, portanto, a maneira mais rápida de conseguir o que queria era mesmo a partir da Metro. Entretanto, segundo a listagem que me foi apresentada, havia apenas uma escola nesta região que oferecia dois credos, no caso catolicismo e umbanda. Esta listagem não me pareceu ser digna de muita confiança, pois eu mesmo corrigi a responsável com relação ao professor de umbanda, que ela acreditava estar em outro colégio. Pareceu-me que a listagem havia sido feita há certo tempo e não sofreu atualizações. No entanto, acredito que a maioria dos professores ali listados ainda permanecia nas escolas indicadas, o que me mostrou que não seria fácil encontrar um colégio com o credo católico e evangélico. Foi neste contexto que a pessoa que me atendia disse que no Colégio Carlos Alberto haveria em 2006 os dois credos, pois, além do professor Roberto Mota, um professor católico que estava em um colégio na Barra da Tijuca viria atuar na escola. De fato, o professor veio, mas ele não havia feito o concurso para professor de ensino religioso, atuava na disciplina por conta de um deslocamento de uma de suas duas matrículas de língua portuguesa. Por algum problema a que não tive acesso, este professor não conseguiu atuar no Carlos Alberto na disciplina ensino religioso e teve que lecionar português. Posteriormente, segundo ele mesmo me disse, conseguiu manter o deslocamento de uma das matrículas e até o final de 2006 lecionava religião no Colégio Estadual Equador, em Vila Isabel. De qualquer forma, se este professor conseguisse dar aula de religião no Colégio Carlos Alberto, algum tipo de re-arrumação teria que ser feita com o professor Roberto, pois o projeto que está em vigor no CECA não contempla o caráter confessional da legislação. A escola se organizou de tal maneira que cada professor de religião tem na grade horária as suas turmas fixas para as quais leciona, sem a possibilidade de dois professores lecionarem para a mesma turma em salas de aula diferentes – apesar do colégio ter espaço para esta divisão.

Ao perceber que a promessa de dois credos no CECA não se concretizaria, já estava envolvido no acompanhamento do projeto que o professor Roberto desenvolve desde 2004, quando assumiu seu cargo na escola. Deixei então minha idéia de lado sem saber que, futuramente, a escola receberia uma professora católica e que a situação que inicialmente buscava iria se formar espontaneamente. Após algumas idas ao colégio e alguns desencontros, finalmente conheci o professor Roberto no dia da reunião geral de professores,

realizada todo o início de ano letivo. Sempre receptivo e aberto, conversei com ele rapidamente após a reunião e expliquei o trabalho que queria desenvolver. Prontamente, Roberto concordou com o acompanhamento e gravação das aulas e demais atividades que fossem realizadas na escola. Naquele dia mesmo ele me disse que fazia um trabalho diferente com os alunos e que não estava ligado à sua religião. No primeiro dia de aula, Roberto me disse que procurava se vestir de maneira jovem para estar mais próximo dos alunos. Em seguida sugeriu que eu também não usasse roupas muito rebuscadas e que seguisse este estilo jovial. Isso já havia me ocorrido e, portanto, apenas mantive a maneira que havia decidido me vestir para ir ao colégio, que era a mesma do professor. Roberto estava sempre com uma calça jeans azul e uma camisa pólo, geralmente colocada para dentro da calça. Normalmente calçava um tênis ou um sapato esportivo, desses feitos de camurça. Simples, arrumado e jovem: este é o estilo do professor Roberto, um homem alto, com pouco mais de um metro e oitenta, magro, usa óculos, tem cavanhaque, cabelos castanhos sem fios brancos que dão a ele uma aparência bem mais jovem do que os 46 anos completados em 2006 revelariam. Até mesmo os alunos se espantaram em uma aula em que ele contou a sua idade. Roberto não apenas tem aparência jovem como também possui um linguajar bem adequado para lidar com os alunos, sem nunca perder o respeito e certo distanciamento que deixa clara a sua figura de professor e autoridade. Ao mesmo tempo, o professor é uma pessoa informal como os alunos, acessível aos estudantes e bastante popular na escola – creio que não há quem não o conheça no turno da manhã. Em parte, é graças ao seu carisma e sua popularidade que o projeto do professor Roberto vem se consolidando no decorrer dos últimos anos, desde que ele assumiu seu cargo no CECA. Por outro lado, a formação acadêmica e religiosa do professor também contribui para o desenvolvimento do trabalho de ensino religioso na escola. Entre os professores de religião que conheci e conversei, Roberto sempre se destacou pelas suas idéias e exposição oral. Nas duas reuniões em que estivemos juntos, uma com os professores articuladores e outra na Metro X com os professores da região administrativa, o professor Roberto Mota sempre que tomou a palavra chamou atenção pelos argumentos que colocou e também pela facilidade de se expressar, o que provavelmente se deve ao fato dele ser pastor batista há mais de vinte e dois anos e ter o hábito de falar em público. Hoje, Roberto é pastor e frequenta a Igreja Batista do Méier, fato que ele procura não comentar muito e não revelar aos alunos, apesar de uma aluna ter feito essa pergunta em aula – o professor disse a igreja a qual pertence sem se prolongar no assunto. Roberto tem uma formação acadêmica que me surpreendeu bastante, pois esperava que, de uma forma geral, os professores de ensino religioso não tivessem muita consistência acadêmica na sua formação. De certa forma, isso se

confirma sempre que travo contato com outros professores da disciplina. No entanto, no caso de Roberto Mota, há uma diferença neste aspecto da formação. O professor é bacharel em teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul, tem licenciatura plena em pedagogia cursada na Universidade Gama Filho, graduação completa em direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado na área de humanas feito na Luther Rice College, nos Estados Unidos, na cidade de Atlanta. Em relação ao mestrado, o próprio Roberto me contou que levou quase cinco anos para concluir a pós-graduação, pois fazia o curso aqui e ia para lá como uma forma de extensão do curso. De alguma forma, acabou finalizando o mestrado nos EUA e revalidou-o aqui pela PUC-Rio. Além disto, o professor disse-me ainda que tem uma pós-graduação em liderança feita durante um mês em Singapura, a qual só foi possível graças ao apoio de uma instituição americana. Acredito que é o seu carisma, liderança e formação acadêmica mais consistente que tornam o professor Roberto uma pessoa a cada dia mais influente e adaptado na escola com o seu projeto para a disciplina ensino religioso, que recebeu apoio total da direção do colégio.

Não tenho dúvidas de que o professor Roberto encontrou o lugar ideal para desenvolver suas idéias e para que suas características pessoais como o carisma e a liderança pudessem aflorar. Talvez, se ele estivesse em outro colégio, nada do que imaginou para a disciplina teria se tornado realidade. O Colégio Estadual Carlos Alberto é muito democrático, liberal e agradável. Inicialmente até me espantei com a liberdade que os alunos têm para circular pelo colégio sem ninguém para olhar por eles, como ocorre em outras escolas em que existem inspetores que mantêm a ordem e colocam os alunos para dentro da sala de aula. No CECA há apenas dois funcionários que poderíamos chamar de inspetores, apesar deles não exercerem plenamente esta função, pois apenas controlam a entrada e saída dos alunos e são responsáveis pela ordem do lugar. Contudo, mesmo sem controle ou qualquer outra forma de repressão, a escola funciona muito bem e não presenciei nenhum problema grave de disciplina enquanto estive lá. É claro que “matar aula” é muito fácil e certamente ocorre, mas, de maneira geral, os alunos vão para as salas e a liberdade dos estudantes não se transforma em indisciplina. Soube, através do professor Roberto, que houve um dia em 2006 em que aconteceu uma briga entre dois garotos do colégio e que foi necessária uma intervenção para acabar com a confusão. Entretanto, isso pode acontecer em qualquer colégio e não creio que o caso seja significativo. Nem mesmo o professor Roberto, que a pedido da direção já assumiu a condução de casos delicados como este, estava neste dia e, portanto, também não presenciou a briga. Naturalmente, há alunos que não querem entrar em sala, fazem o que podem para permanecer do lado de fora. Certamente, por essa razão, vi por diversas vezes a

diretora adjunta da manhã colocando-os para a sala, expulsando-os do pátio em voz alta e reclamando com os dois funcionários que deveriam auxiliar nesta tarefa. Apesar dos incidentes de indisciplina, o Colégio Carlos Alberto é organizado e funciona bem. É interessante ver que uma escola deste porte da rede pública, de caráter liberal e que valoriza o diálogo com os alunos, possa ter um cotidiano tranquilo e sem perturbações sérias com a disciplina da maioria. O colégio é um bom exemplo de que uma escola com liberdade, sem excesso de regras, sem fiscalização forte, com respeito às diferenças – na forma de vestir e nos estilos juvenis – e muita ênfase no diálogo, não é de maneira alguma inimiga de um contexto ordeiro e bem organizado. No Colégio Carlos Alberto a flexibilidade na combinação dos uniformes deixa isso bem claro. Há três possibilidades de camisas: uma camisa de malha branca com o símbolo da escola estampado no lado esquerdo do peito, uma camisa pólo branca com o símbolo bordado no peito e um jaleco curto feito em brim azul escuro com o mesmo bordado em cima de um bolso localizado também no lado esquerdo. No caso do jaleco, os alunos podem usar por baixo a camisa de sua preferência, o que proporciona uma grande variedade de estilos. Além disso, as calças jeans, que devem ser nas cores azul ou preta, podem seguir diversos tipos de cortes, lavagens e tonalidades. Não é difícil imaginar que esses uniformes podem ser combinados de muitas formas e com vários estilos. No CECA, nunca vi esta liberdade de combinações se transformar em estilos de roupas extravagantes ou que chamem a atenção. Cada um se vestia como queria e ninguém se incomodava. Às vezes, alguns alunos tiravam seus jalecos e os colocavam em cima do ombro sobre sua própria camisa, o que não é permitido, mas também não gerava problemas. De fato, é mesmo notável que um colégio com esse grau de liberdade não apresente questões significativas de indisciplina, especialmente por se tratar de uma escola grande que funciona nos turnos da manhã, tarde e noite e que contava em março de 2006 com 2857 estudantes. Existem problemas, desentendimentos entre alunos e professores e bagunça em sala de aula. Presenciei em uma aula a reclamação de uma aluna com relação a uma professora que, na versão da aluna, teria apagado uma resposta na sua prova. Contudo, essas coisas ocorrem em todas as escolas, seja da rede particular ou pública, e no CECA não é diferente. A diferença está na forma de lidar com essas questões.

Colégios com um número tão grande de alunos deveriam sempre ter uma estrutura compatível e capaz de absorver esta quantidade de estudantes. No caso do CECA, a escola é grande o suficiente para abrigar os pouco menos de três mil alunos que lá estudam. Conforme afirmei, o colégio se localiza em um bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, próximo a uma grande avenida e a um grande hospital público. Apesar desta proximidade, a

escola mantém certa distância do barulho e da confusão da avenida movimentada, pois para chegar à escola é preciso sair da avenida e subir a ladeira de uma pequena rua estreita com calçamento em paralelepípedo. Ao final da rua, lá em cima da ladeira, fica o Colégio Estadual Carlos Alberto, uma construção antiga, que data do século XIX. Na frente e na lateral da escola há uma área para estacionamento dos carros dos professores. A entrada ou saída de pessoas é feita pela lateral, que dá diretamente no pátio central. No entanto, se entrássemos pela porta principal, hoje não mais utilizada, nos depararíamos com um saguão, ao lado esquerdo do qual há uma pequena capela que ainda é usada em celebrações como o aniversário da escola e dia das mães. À direita há uma escada feita em madeira que leva a um amplo ambiente onde hoje fica a sala dos professores, bem acima do saguão de entrada e com uma varanda que faz parte da fachada frontal do colégio. Não investiguei qual era a finalidade da construção antes de virar colégio estadual, que em 2006 completou 131 anos. Mas, valeria a pena a pesquisa para entender porque o espaço foi projetado desta maneira. Ao sair da atual sala dos professores e percorrer o interior da construção da fachada chega-se no centro do colégio, onde há um grande pátio retangular, aberto e arborizado, para o qual toda a escola converge na sua circulação. É um espaço de passagem, conversa e movimentação, pelo qual todos circulam, pois para chegar a qualquer dependência da escola é necessário cruzar o pátio. Há bancos de concreto ao redor das árvores e na hora do recreio muitos alunos ficam ali, sentados, em pé, lanchando e conversando. Na verdade, é graças ao pátio que o ambiente na escola é tão agradável, pois lá é o coração do colégio, lugar de encontro de professores, alunos, funcionários administrativos e direção. De cada lado do pátio, no sentido do comprimento, há “blocos” de salas de aula no pavimento térreo e no primeiro e único andar superior, ao qual se chega através de escadas. Ao cruzar o pátio, já mais próximo dos fundos da escola, há ainda uma pequena área aberta e pavimentada que dá passagem para a quadra de esportes e para mais salas de aula, algumas das quais são utilizadas exclusivamente pelos cursos de pós-médio. No total, o colégio conta com 38 salas divididas da seguinte forma: 21 salas de aula para ensino médio, 4 salas de aula para pós-médio (administração), sala do grêmio, laboratório de química, sala de recursos (crianças especiais), sala de artes, sala de vídeo e informática. Há ainda um auditório – no andar superior –, um refeitório, uma biblioteca, banheiros-vestiário masculino e feminino, a quadra esportiva, a capela e salas para a direção, orientação pedagógica e secretaria. As salas de aula são equipadas com quadro negro, quadro branco e carteiras. A condição de conservação das salas é ruim, as carteiras estão velhas e os quadros também. Vale ressaltar que o colégio conta com uma sala especialmente dedicada à disciplina ensino religioso – uma conquista do professor Roberto

junto à direção. Havia um espaço vazio e sem utilização na escola que a partir de 2006 foi transformado na sala de ensino religioso. O refeitório também foi inaugurado em 2006. Por tudo isso, o Colégio Estadual Carlos Alberto é uma escola conceituada e com reputação de boa qualidade. Conversei aleatoriamente com algumas pessoas conhecidas e não envolvidas com a pesquisa, todas com mais de cinquenta anos. Elas foram unânimes ao afirmar que o CECA foi uma das melhores escolas da cidade na época em que o ensino público era de qualidade no Estado do Rio de Janeiro. Aparentemente, então, o bom conceito do colégio se deve também ao seu passado. Quando buscava encontrar um colégio na Metro X, também ouvi da senhora que me auxiliou que o CECA era um excelente colégio. Ao longo do ano letivo, diversas entidades procuraram o colégio para realizar trabalhos com os alunos. Este foi o caso da Fundação MUDES, especializada em recursos humanos, que propôs ao colégio uma palestra para ensinar e qualificar os alunos sobre como fazer um currículo e se comportar em entrevistas e dinâmicas de grupo. A Fundação MUDES escolheu o CECA exatamente pela sua boa reputação e qualificação dos alunos, que segundo a palestrante são muito preparados para estágios de nível médio. Tive vários indícios, no decorrer da pesquisa, de que a comunidade local, de fato, tem uma boa percepção da escola.

A proposta do professor Roberto para o ensino religioso só funcionou e se transformou em um dos principais projetos do colégio porque encontrou um ambiente muito favorável para este tipo de trabalho. Ouvi o relato de uma professora católica na Metro X que dizia se sentir sozinha na escola em que atuava, sem nenhum apoio da direção e tentando, sem recursos, realizar seu trabalho da maneira como era possível. A professora Márcia Alves Mendes, que também leciona no CECA, me contou a história de uma colega de ensino religioso, também do credo católico, que enfrentava muitas dificuldades para ensinar sua matéria porque a direção do colégio era contrária às aulas de religião. Sem o suporte da escola é mesmo difícil conduzir qualquer tipo de trabalho, não apenas na disciplina ensino religioso. Esse problema Roberto nunca enfrentou, pois o CECA é acolhedor e possui espaço para o diálogo, além de uma estrutura física compatível com o número de alunos e que, apesar da falta de investimento público, ainda é capaz de fazer certa diferença. O próprio professor já admitiu várias vezes em público que seu trabalho recebeu total apoio da direção, fazendo elogios à diretora geral, professora Marta. Não foi possível aprofundar a pesquisa a ponto de descobrir como foi o início do trabalho do professor Roberto na escola, como ele se

estabeleceu, como propôs e expôs suas idéias, de que forma conquistou os alunos, professores e direção até se tornar o personagem tão popular que é hoje. As informações que levantei me foram quase todas contadas pelo próprio professor em entrevista e em muitas conversas particulares que tivemos quase semanalmente. No entanto, diante do que vi e vivenciei dentro da escola, o relato do professor me parece bem plausível e condiz com várias outras opiniões, com as quais pude confirmar o que ele me dizia.

A escolha da escola pelo professor, primeiro lugar no concurso do credo evangélico na Metro X, foi, segundo ele, uma ponderação com Deus, pois Roberto não conhecia escolas públicas e não sabia para onde ir. Como ele mesmo conta:

“Eu não conhecia colégios e instituições públicas estaduais. Eu não sabia aonde que eu ia realmente. E aí vem a questão também mística minha em que eu ponderei com Deus e pedi orientação a ele no local que eu deveria ir, que fosse um local viável para desenvolver este trabalho. E quando eu cheguei na Metropolitana para escolher o local, eles me deram uma série de listagens. ‘Eu não vou saber aonde que eu vou, eu moro em uma região, zona norte e próximo ao Grajaú’. Eu podia escolher Grajaú, podia escolher Tijuca, Méier. Só que eu pensei: ‘Eu tenho que escolher um colégio que... Já que Deus na minha experiência mística me chamou para esse trabalho diferenciado, eu tenho também que recorrer a Ele para uma ajuda em termos da escolha do local em que eu vou trabalhar’. E foi quando eu, como eu não sabia, não tinha informação nenhuma a respeito, e até interado no que a Bíblia diz que o espírito de Deus só fala quando a gente tem conhecimento, então eu passei a bola para a pessoa que estava me dando as escolas. Eu disse para ele: ‘Qual é o melhor colégio que eu devo escolher?’ E eu senti que ele naquele momento parou e disse: ‘Olha, um bom colégio para você ir é o Colégio Estadual Carlos Alberto’. ‘Então é esse que eu vou, pode botar ele aí’”².

De fato, conforme demonstrei, a escola escolhida foi fundamental para a realização do trabalho de Roberto. E a orientação de Deus que ele alega ter recebido para a escolha do colégio não foi um fato isolado, pois Roberto conta que sua motivação para realizar o concurso para professor de ensino religioso foi, na verdade, um “comando divino” que

² Quando não indicado, transcrição refere-se à entrevista realizada com o professor Roberto Mota no dia 03/05/2007.

recebeu para realizar e implantar o projeto que desenvolve. Nas palavras dele: “... eu senti isso até em termos de, uma espécie, talvez você não entenda, mas um comando divino nesse sentido. Eu senti isso, eu sabia que eu ia passar, eu tinha a certeza. Eu fiz já com o intuito: ‘Eu vou passar, e vou desenvolver esse trabalho’”. Tentei explorar melhor esta motivação mencionada por Roberto e perguntei em uma conversa informal gravada como foi que ocorreu este “comando divino”. Ele disse o seguinte: “Eu tive um insight, foi Deus que me colocou ele. (...) Porque se eu não tivesse feito isso, até mesmo influenciado outros colegas em relação a este trabalho, a gente teria criado um caos muito grande em vários colégios. (...) Então na realidade o meu trabalho foi um trabalho apaziguador. E é um trabalho divino”.

O trabalho ao qual o professor se refere é o projeto que ele consolidou no CECA. Logo que nos conhecemos, para minha surpresa, Roberto me informou que realizava um trabalho diferenciado com os alunos e que era contra o ensino religioso nas escolas públicas, pois a religião deve ser vivenciada na igreja e na família. Mesmo contrário, ele decidiu fazer o concurso e colocar em prática suas idéias, aproveitando uma oportunidade de atuação que se abria para realizar o que desejava, sem discutir religião dentro da escola. É claro que, para isto, teve que percorrer todo o processo que o concurso exigia para poder, antes de tudo, passar e assumir seu cargo de professor do estado. Como ele diz: “A primeira questão foi que a forma como estava sendo feito eu não concordava, mas eu creio que algumas questões, exemplos até de Jesus Cristo, ele teve que cumprir muitos parâmetros da época judaica para quebrar os paradigmas. Eu acho que eu tive que cumprir as etapas, formalidades, apesar de não concordar como a coisa estava sendo feita, eu tive que cumprir os atos, os editais, documentação, encaminhar documentação, corri atrás, passei inclusive em primeiro lugar. Aqui na Metropolitana X eu fui o primeiro lugar dos evangélicos. E escolhi o Carlos Alberto, mas porque eu quis exatamente desde o primeiro dia inovar e colocar uma forma diferente de lidar com o aluno”. É interessante notar que Roberto é um professor de ensino religioso que se coloca contra o ensino de religião na escola pública, independentemente de o modelo ser confessional ou interconfessional. Muitos professores não concordam com o modelo confessional vigente, até por terem noção da dificuldade de aplicá-lo no cotidiano das escolas, mas normalmente são favoráveis à disciplina ensino religioso. No caso do professor Roberto a situação é diferente, pois ele utiliza a chance aberta pelo concurso para desenvolver um outro tipo de trabalho com os jovens. É, como tentarei mostrar, uma construção interessante para viabilizar a atuação dentro da escola, pois, ao mesmo tempo em que nega o ensino da religião, tem motivações claramente religiosas e que são assumidas abertamente.

Entender todas as dimensões que levaram o professor Roberto a realizar o concurso e conceber seu projeto para ser aplicado via a disciplina de ensino religioso é um pouco difícil. Contudo, durante um ano de observação, percebi que havia algo que norteava todas as idéias do professor dentro do colégio. Roberto apresenta uma grande e sincera preocupação com as questões que hoje afetam e afligem a juventude. É como se ele percebesse que os adolescentes estão em uma fase rápida de mudanças e crescimento, se preparando para assumir novos papéis sociais de uma vida adulta, mas sem ninguém que os oriente para um determinado rumo, sem ninguém com quem eles possam contar para resolver seus problemas e suas angústias (Elias, 2000:139). A entrada na vida adulta e o enquadramento em papéis pré-estabelecidos socialmente começam, em sociedades como a nossa, exatamente na adolescência, quando surgem muitas questões e escolhas que os jovens terão que enfrentar para um dia se tornarem adultos com identidade própria e socialmente integrados (Elias, 2000:143). E não são poucos os desafios dos jovens: precisam lidar com o desempenho escolar, com escolhas de profissão, com sua mudança de corpo e sexualidade, entrada no mercado de trabalho, relacionamento com os familiares, etc. Enfrentar tudo isso, como sabemos, não é nada fácil. Os alunos de ensino médio hoje têm entre 14 e 18 anos de idade e são ainda muito novos para terem uma visão clara do que querem de seu futuro e de que forma vão lidar com os desafios que todo jovem vive e precisa ultrapassar. Pude observar, quando o professor Roberto buscou dar orientação profissional aos alunos, que muitos nunca haviam pensado no que fazer após o término do ensino médio e não tinham idéia de que profissão seguir caso fossem para a universidade. Tive contato mais próximo com duas alunas do terceiro ano que também não sabiam o que fazer de suas vidas. Ambas queriam fazer faculdade, mas estavam indecisas com relação à área e ao curso de graduação que iriam buscar. Uma delas, inclusive, perdeu a inscrição do vestibular da UFRJ por estar desinformada quanto à data final. Houve um dia em que conversei bastante com uma aluna do primeiro ano que veio comentar e reclamar de uma palestra sobre drogas que ocorreu no colégio. Estávamos todos jogando basquete na quadra neste dia e, quando me sentei do lado de fora do campo, esta estudante começou a falar e ficamos quase duas horas conversando. Ela me contou muitas passagens de sua vida, disse que o Colégio Carlos Alberto era a quarta escola pela qual passava naquele ano. Disse ainda que após o colégio não tinha nada para fazer e por isso ficava as tardes em casa assistindo televisão ou então ia para a casa da irmã. A aluna me disse também que fazia um curso de espanhol, mas decidiu parar e seus pais não a obrigaram a continuar – fato que ela achou estranho, pois na sua forma de entender seus pais deveriam tê-la forçado a continuar o curso. Enfim, foram alguns os exemplos que

percebi de situações nas quais os estudantes precisavam tomar uma decisão, resolver um problema ou enfrentar algo novo pela primeira vez – às vezes sozinhos, sem orientação de ninguém. São situações como estas que sensibilizam e preocupam o professor Roberto, fazendo-o desenvolver o projeto voltado para orientar a juventude. Como já notei, a preocupação do professor é mesmo verdadeira, pois se manifesta da mesma maneira na forma de cuidar e orientar seu filho mais novo, que era aluno do CECA e estava em uma das turmas que acompanhei. Foram inúmeras as conversas nas quais Roberto me contou que tinha planos para o futuro do filho, que queria que ele entrasse para uma faculdade para cursar direito. Houve um dia, inclusive, que Roberto me disse que alguém na família precisava se sacrificar para que os filhos pudessem estudar e que ele não se importava em se sacrificar pelos seus filhos. Observei a forma cuidadosa e zelosa com a qual Roberto acompanhava o cotidiano de seu filho, sempre conversando com ele na escola, muitas vezes levando-o e trazendo-o de casa, participando da sua vida, orientando-o.

O projeto que Roberto implantou no Colégio Carlos Alberto guarda muita relação com a sua maneira de enxergar as dificuldades da juventude e seu desejo de ajudá-la. Na opinião do professor, as famílias de hoje não estão mais em condições de orientar seus filhos e transmitir valores morais. Roberto acredita que os valores devem ser passados em casa, pela família, e não é função da escola fazer isso. Mas, diante da situação em que a família “está largada”, a escola pode atuar como “pronto-socorro” conjuntamente com a Igreja, outra instituição que, para o professor, transmite valores às pessoas. Nas palavras do próprio professor:

“Eu acho que a família está perdida, sem foco, sem norte, sem referencial para ninguém. Então, o jovem quando criança olha o pai e a mãe, o pai como super-homem. Depois que ele começa a ter uma certa consciência da coisa e percebe que a família não tem mais condição de dar o norte para ele, ser o referencial para vida dele, ele vai procurar em outros lugares. Ele vai tentar encontrar em outro lugar. A escola, diante dessa situação em que família se encontra, porque eu creio que o lugar de se passar valores é na família, esse é o princípio. Mas hoje a família não está mais em condição de fazer isso. Não está em condição porque ela está perdida. Vamos colocar que grande parte das famílias brasileiras e mundiais, com exceção de poucas culturas, tem condição de passar valores para os seus filhos. Então a igreja e a escola estão fazendo isso”.

A partir desta visão de mundo, que é ligada à sua religiosidade, o professor Roberto buscou implantar através da disciplina ensino religioso um projeto que busca dar “orientação para a vida” do aluno, assumindo o papel de transmitir valores morais e éticos que hoje as famílias estariam com dificuldades para desempenhar. Roberto percebe os problemas relativos à juventude e procura ajudar a melhorar estas questões, como os “desajustes” de alguns alunos, problemas de saúde como obesidade, mau desempenho escolar, vícios em drogas, questões ligadas à sexualidade, à escolha e encaminhamento profissional, violência familiar, entre outras dificuldades por que passam os estudantes. Certo de que os jovens estão sem orientação em casa, o professor acredita que é preciso haver uma disciplina na escola que atue exatamente orientando os alunos nestes diversos aspectos das suas vidas. Então, nas palavras de Roberto:

“Agora, eu creio que deve existir uma cadeira, uma disciplina que prepare os nossos alunos para a vida. Informações para uma formação para a vida, não uma formação acadêmica. Uma formação para vida que eu digo é o seguinte: trabalhar a ética, trabalhar comportamento, trabalhar questões emocionais, questões de problemática de trabalho, de saúde, da violência, e é isso que a gente está tentando realizar com eles. Dentro dessa perspectiva, eu já vim com essas idéias dentro da minha cabeça, não vou pregar doutrina, seja qual ela for, não vou falar de religião alguma dentro da minha sala de aula, eu vou trabalhar a questão ética-comportamental, ajudar meus alunos a se entenderem, a buscarem o entendimento de si próprio, para crescerem e se desenvolverem e quem sabe se tornarem até melhores do que são, até mesmo em termos da própria formação acadêmica, em sala de aula. E fiz isso uma proposta para mim mesmo e junto aos alunos eles aceitaram, tanto é que a recepção em 2004 quando eu tomei posse junto a direção do colégio, junto aos alunos, foi excelente. Todos quiseram participar porque eu não vim discutir religião, eu vim trabalhar com eles, no sentido da máxima, da máxima de vida”.

Não discutir religião de forma alguma não significa que não existem motivações religiosas nas idéias do professor. Ao contrário, Roberto é uma pessoa claramente religiosa e que segue a sua doutrina. Existe uma sensibilidade do professor para as questões da juventude e integração social do jovem atuando conjuntamente com sua crença religiosa, a qual estabelece conceitos morais, éticos, de justiça, de liberdade, de igualdade e de bem, que

direcionam o trabalho proposto no Colégio Carlos Alberto. Na verdade, é provável até mesmo que este olhar de sensibilidade para a juventude tenha se desenvolvido devido à sua religião. O projeto do professor Roberto Mota, que a partir de 2006 ganhou o nome de “fórum permanente de estudos juvenis”, associa ao mesmo tempo a fé e a doutrina do professor com a sua percepção da necessidade de ajudar os jovens com seus problemas cotidianos e com os desafios que o crescimento e a preparação para a entrada na vida adulta requerem. Trata-se de uma atuação simultânea em vários problemas juvenis para tentar traçar um “projeto de vida” a longo prazo que reserve um futuro melhor para cada estudante. É uma tentativa de “ajudar a construir o caminho juvenil” de estudantes que, para o professor, não contam com a família para fazer este tipo de orientação. O planejamento da disciplina, elaborado por Roberto no final de 2006, é bem esclarecedor para entender o que é o “fórum permanente de estudos juvenis”. Na introdução e conclusão Roberto escreve o seguinte:

INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso dentro do Estado do Rio de Janeiro, possibilitou um trabalho junto aos educandos da Educação Básica de uma forma a ajudá-los a encontrarem ou reencontrarem o caminho para uma vida moral e ética nos moldes da Palavra de Deus. Tenho por este motivo entendido que o Ensino “*Religare*” é para trazer a tona o encontro em primeiro lugar do educando com ele mesmo, com seus familiares, a sociedade e Deus, possibilitando o seu crescimento e o seu amadurecimento intelectual, emocional, físico e espiritual, na busca de propósitos pertinentes a eles, **CONSCIENTIZANDO-OS** e despertando-os a uma vida melhor e feliz, através de discussões contemporâneas e contextualizadas nesse tempo e também os ajudando através de aconselhamentos pessoais, dentro de uma Capelania Estudantil.

REEEDUCAÇÃO CIDADÃ: “SEJA MELHOR DO QUE VOCÊ É!”.

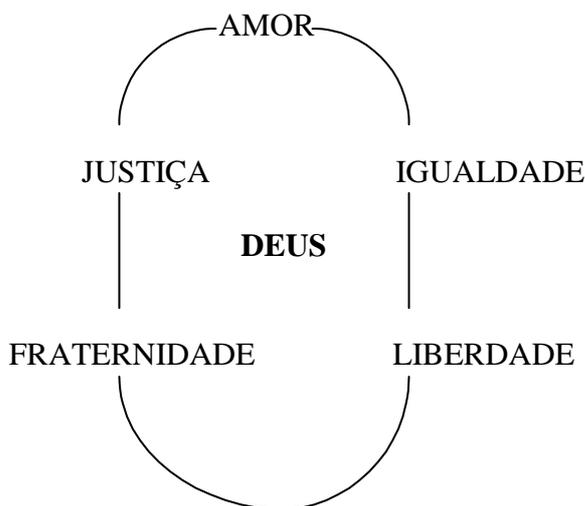
CONCLUSÃO

Precisamos dialogar com os nossos próprios conceitos e valores adquiridos, para saber se o que construímos até agora tem haver com a atual visão planetária do mundo, onde o bem deve ser a regra das nossas decisões, não visando exclusivamente a nós mesmos, a nossos próprios interesses egoístas, mas a tudo que é o bem de todos. Reinos caíram porque não olharam o bem de todos, políticos caem porque só visam seus próprios bolsos. Um esforço contínuo da valoração do que é o bem de todos, sem distinção de raça, sexo, cor ou situação social é imprescindível para que possamos

amadurecer como seres humanos, como indivíduos na busca da nossa felicidade e da felicidade da nossa sociedade brasileira e mundial.

O dia-a-dia de vocês é o que estará construindo os seus valores. Antes de escolherem, antes de decidirem, olhem para dentro de vocês e ao redor e vejam o que precisa ser mudado para melhorar. Perguntem a vocês mesmos o que eu preciso fazer para ajudar a levar a felicidade a todos? **DEUS É O NOSSO SENTIDO, O NOSSO NORTE INICIAL E ÚLTIMO, O MEIO DEVE PERMEAR DENTRO DA VONTADE DE DEUS PARA QUE POSSAMOS ALCANÇAR A VISÃO E A MISSÃO DE DEUS PARA O MUNDO ONDE VIVEMOS.** Precisamos sempre fazer uma releitura do Ensino Religioso nas escolas, pois a nossa idéia desde que nos integramos à comunidade do Colégio Estadual Carlos Alberto, a sua diretoria, seu corpo docente e discente, funcionários e pais e conhecendo o seu projeto político pedagógico foi e continua sendo o da **RECRIAÇÃO** dessa comunidade, com todos os seus participantes. É uma dinâmica contínua e progressiva de desenvolvimento e amadurecimento em prol do Bem Maior – **DEUS** e a salvação da Sua criatura, mostrando o Seu grande **AMOR**.

VALORES VERDADES E VIRTUDES TEOLOGAIS



ANCORA DO AMOR: Justiça, Igualdade, Fraternidade, Liberdade com Responsabilidade.

Alguns aspectos que já mencionei ficam bem claros a partir da leitura do planejamento da disciplina feito por Roberto. Primeiro, a motivação religiosa para a

concepção do projeto na escola é evidente, pois o encontro da vida moral e ética dos estudantes deve ser feito “nos moldes da palavra de Deus”. Além disso, Roberto destaca a importância de olhar para o bem coletivo e felicidade de todos, tendo Deus como norte e referencial. E, no diagrama apresentado, Deus está no centro dos conceitos de justiça, amor, igualdade, liberdade e fraternidade, como eixo principal em torno do qual os conceitos estão em órbita. É importante destacar esses pontos porque o projeto do professor é muitas vezes compreendido como não religioso por “não discutir religião”. Devido ao “fórum” ser um projeto voltado para as questões juvenis e ao fato de não haver discussão de doutrina religiosa em sala de aula, a imagem que as pessoas têm é de que não é aula de religião, apesar de todos saberem que o tempo é de ensino religioso e os alunos se referirem à disciplina como “aula de religião” e ao Roberto como “professor de religião”. É uma construção curiosa porque o “fórum” tem motivações religiosas, mas não se apresenta como tal no dia-a-dia. Quando entrevistei Roberto também estava confuso com essa forma que a disciplina se apresenta e por isso perguntei a ele o que o levou a não ensinar religião. Ele respondeu que ensinava religião, apenas não ensinava a religião do seu credo: “A religião tradicionalmente dita, doutrinária, eu não ensino. A religião etimologicamente falando, de busca de si próprio, até ligada a que eu acredito, isso eu faço”. Retornarei a este ponto adiante. Gostaria apenas de mostrar neste momento que esta imagem de apresentação do “fórum” – ser religioso, mas não aparentar isso – permeia todo o projeto. Outro aspecto importante é o que o professor chama de “ensino religare”. A palavra religare aparece muito no discurso do professor Roberto, mas nunca há clareza com relação ao seu real significado. Tentei por diversas vezes compreender o que ele quer dizer com isso, contudo consigo apenas definir uma noção aproximada do que a palavra significa. Para Roberto, “O termo etimológico da palavra religião é religare”. Assim, um “ensino religare” é um ensino de religião, no caso não ligado a uma doutrina específica. “Ensino religare” também propõe um auto-conhecimento ou conhecimento de si. Roberto acredita que é importante o “indivíduo se conhecer, saber quem ele é”, para poder verificar seus problemas ou dificuldades e procurar trabalhá-los da melhor maneira, encontrando assim soluções que “tornem a pessoa melhor do que ela é”. O auto-conhecimento é então uma forma da pessoa entender melhor a sua vida, a sua família e seu meio social, respondendo à questão “qual a sua posição no mundo, qual o sentido da sua vida” e como ela se insere na sociedade. Creio que se trata de uma tomada de consciência para o mundo em que se está inserido, buscando conhecer as dificuldades e limitações para alcançar algum sentido maior de vida – que o professor chama de “máxima da vida”. Em outras palavras, é um “despertar” do aluno para o mundo em que vive, o que

permitiria a ele “enxergar” e atuar na sua realidade, traçando metas, vencendo dificuldades, acertando os “desajustes” e alcançando algo melhor para a sua vida, aqui representada pela “construção da cidadania”, que pode significar um bom enquadramento social. Roberto insistiu muito neste assunto com os alunos durante as aulas, dizendo que eles deveriam identificar suas competências, trabalhar não apenas naquelas que eles tinham facilidade, mas também desenvolver novas competências. Realizou com os estudantes uma orientação profissional que buscava levantar questões familiares, como profissão dos pais, escolaridade dos pais, além de preferências e aptidões dos alunos. Foram inúmeras as vezes em que Roberto conversou com os alunos sobre a importância de pensar nas escolhas do presente que irão definir o futuro, sobre a oportunidade de fazer um curso universitário ou sobre as dificuldades que eles iriam encontrar na vida, dizendo frases como: “na vida de vocês nada vai ser mole, nada vai ser fácil”. Roberto falou sobre estes temas na reunião geral de professores de 2007, quando apresentou o projeto do “fórum” para muitos professores que ainda não conheciam o trabalho. Ele disse o seguinte:

“Boa tarde pessoal. Eu queria falar um pouquinho sobre o projeto. O projeto se iniciou ano passado, inclusive ligado diretamente ao ensino religioso. Por que? Porque desde de quando nós entramos aqui, em 2004, apesar de eu ser religioso, creio que todos nós aqui somos religiosos, eu não liguei a questão do ensino religioso com a minha religião. Pelo contrário, eu dinamizei com o religare deles mesmos com eles mesmos, com a sua família, com a sociedade, com os professores, com o colégio. Ou seja, o nosso direcionamento está ligado ao religare deles com eles mesmos, no sentido de fortalecer a cidadania, de tentar fazer com que eles reencontrem a cidadania, construindo a cidadania deles. Vocês percebem que nas salas de aula é onde às vezes coisas horríveis acontecem. Por que? Porque essas pessoas, esses jovens não foram instruídos a serem verdadeiramente cidadãos. E o nosso trabalho é exatamente esse. O nosso objetivo em relação ao fórum está ligado exatamente a um projeto de vida. Ou seja, na realidade a gente trabalha um projeto de vida com eles. Eles escolhem aquilo que eles precisam fazer para se tornarem verdadeiros cidadãos no nosso país. O objetivo geral é ajudando a construir o caminho juvenil deles. E eu tenho certeza que vocês, no lidar com eles todos os dias, tentam passar isto através da própria experiência que vocês têm. Até mesmo quando um aluno não quer nada, quando um aluno está brincando na hora da aula, você tenta passar um pouco

dessa informação de vida para eles. A nossa tentativa é construir uma formação para a vida deles. Desenvolver a conscientização e o despertar dos nossos jovens através de estudos éticos-morais-comportamentais para o seu amadurecimento”.

O “religare”, então, pode ser entendido como uma busca de auto-conhecimento para que os alunos tenham clareza do mundo em que vivem e do lugar que ocupam, possibilitando-os, assim, fazer escolhas que irão proporcionar um futuro melhor para cada um. Isso fica mais evidente quando o professor usa a expressão “projeto de vida”, ou seja, um planejamento para os alunos em várias áreas de suas vidas, proporcionando que as metas traçadas sejam alcançadas. Para Roberto, um projeto de vida tem alguns questionamentos básicos: “quem sou eu, o que sou eu, para que sou eu. E também, qual o sentido dessa minha busca toda. Ou seja, como tem sido meu preparo, os meus objetivos, o que eu quero profissionalmente da minha vida”. Vale insistir que esta visão de auto-conhecimento e projeto de vida tem conexão direta com a crença religiosa do professor e, portanto, todo o projeto do “fórum” possui um fim último, que é Deus e sua missão para que possamos viver de acordo com a “Sua palavra”.

O “fórum permanente de estudos juvenis” ganhou um contorno bem delineado e teve seus objetivos registrados em forma de projeto apenas em 2006, embora as idéias que hoje estão formalmente em prática já estivessem em desenvolvimento desde o ano de 2004, quando o professor Roberto começou a trabalhar no CECA. Ele mesmo conta que chegou ao Colégio Carlos Alberto com um pré-projeto elaborado na sua cabeça, propondo em seguida o trabalho à direção e aos alunos. O professor sempre afirmou ter sido muito bem recebido na escola e disse que jamais passou pela situação de rejeição ao ensino religioso que existiu e ainda ocorre em outros colégios. Segundo Roberto, em 2004 houve uma polêmica com os pais em torno da disciplina, alguns foram ao colégio se informar e reclamar, mas o problema não perdurou e a polêmica se dissipou. Para o professor, os próprios alunos informaram aos seus responsáveis e professores da escola que não havia aula de religião, dizendo frases como: “Não, o professor Roberto não ensina religião”. Roberto diz que alguns professores o procuraram para falar de seu trabalho e diziam o seguinte: “Você não dá religião não, né?”. Apesar de não ter acompanhado o trabalho nos dois primeiros anos, tudo o que o professor

Roberto me contou parece ser plausível e se confirma com o que pude observar. Acompanhei a primeira aula em 2006 do primeiro ano do ensino médio e o discurso do professor é coerente com o que ele conta que ocorreu em 2004. Como os alunos do primeiro ano sempre chegam de várias escolas municipais e travam contato com o professor de religião pela primeira vez, é natural que em todo o início de ano haja uma reprodução muito semelhante da situação que ocorreu na implantação do ensino religioso. Surgiram na aula inicial perguntas como: “Isso é aula de religião?”, “Você vai ensinar religião?”. A posição do professor foi clara e objetiva ao dizer aos alunos que ele não ensinaria religião e que sua aula era facultativa e a mesma não reprovava. Pediu apenas que os alunos ficassem um pouco em sala de aula para ouvir o que ele iria propor. A grande maioria dos alunos ficou em sala, talvez um pouco hesitante, sem ter certeza do que iriam escutar do professor. Poucos alunos optaram por sair da sala e ficar no corredor do andar superior ou mesmo no próprio pátio. Alguns dos alunos que inicialmente preferiram não ficar em sala, ao perceberem que a maioria estava atenta e ouvindo o que o professor dizia sobre mercado de trabalho e elaboração de um currículo, resolveram deixar de observar o que acontecia pela janela e pediram para entrar e assistir a aula. Todos os que chegaram depois foram sempre bem recebidos por Roberto, que apenas ressaltou que deveriam permanecer em silêncio e não atrapalhar a aula. Creio que a entrada de Roberto no CECA em 2004 tenha ocorrido de maneira semelhante, apenas com a diferença da polêmica ser bem maior e de ocorrer com todas as séries do ensino médio. Com um discurso claro ao dizer que não ensinaria religião e ao não forçar ninguém a participar de sua aula, Roberto provavelmente ganhou a simpatia e apoio dos alunos, professores, diretores e pais, que aceitaram as idéias do “fórum” que iriam se consolidar formalmente em 2006. O próprio professor Roberto conta como foi sua entrada nas turmas em 2004 em duas passagens de uma entrevista. Na primeira passagem ele diz o seguinte:

“Eu acho que você já deve ter percebido. No primeiro dia em que eu entrei na sala do 1º ano, foi a mesma forma como eu entrei em 2004. Eu acho que teve evolução na forma de falar, mas as coisas foram ditas da mesma maneira: ‘A minha disciplina não é obrigatória e não reprova’. Você ouviu eu falar isso. E venho dizendo isso desde o primeiro dia, dia 19 de Abril de 2004. Quando eu entro, falo e exponho isso: ‘Não, vocês não são obrigados a assistir e não reprova a minha disciplina’. ‘Ah, se eu não assistir, não participar, não vou ficar reprovado?’. ‘Não, não vai. Só tem uma vantagem: você assistir, participar e

ganhar uma nota boa. É o teu CR, teu conceito de rendimento, vai aumentar, isso é bom para você, além do aprendizado que você vai ter em sala’. Com esse discurso bem aberto, bem honesto com eles desde o primeiro dia, eu ganhei, tive praticamente 95% de participação dos meus alunos. Os que não queriam nem vinham na aula, nem chegavam no colégio desde o primeiro tempo. No último tempo iam embora. Em turmas de 40 alunos, minha disciplina no último tempo, eu tinha participação de mais de 90%”. Já na segunda passagem, o professor continua a falar sobre o mesmo assunto: “Então eu cheguei logo dizendo: ‘Não, não vou dar religião para vocês, eu vou fazer um outro trabalho com vocês’. Não dei tempo nem deles pensarem. Fui logo dizendo o que eu ia fazer. Aí eles aceitaram e participaram. Um ou outro não...”.

De tudo o que o professor contou apenas um aspecto não ocorreu no ano que acompanhei as aulas. Trata-se do comparecimento dos alunos no último tempo. Ouvi muitos comentários de que as aulas de ensino religioso não acontecem no primeiro e no último tempos de aula. Isso ocorreria devido à condição facultativa da disciplina, o que possibilita aos alunos a escolha de participar ou não da aula de religião. Muitos estudantes optam por simplesmente aproveitar o dia da aula de ensino religioso para chegar mais tarde ou sair mais cedo do colégio caso sua turma tenha ensino religioso no primeiro ou último tempo. No primeiro tempo de aula do professor Roberto isso jamais ocorreu. A grande maioria da turma sempre estava lá, mesmo com a aula começando às sete horas da manhã. E os alunos atrasados iam entrando aos poucos. Contudo, no último tempo a situação era a oposta, pois no dia que acompanhei raramente houve aula de ensino religioso. Lembro de somente uma aula ter ocorrido durante todo o ano e não há como precisar qual foi o comportamento dos alunos em 2004 e 2005. Com relação ao conteúdo ensinado em sala de aula, Roberto diz que levantou os temas que foram trabalhados com os próprios alunos dentro de sala de aula, privilegiando as temáticas mais votadas, que foram: sexualidade, drogas, família, profissão e violência. A avaliação foi feita a partir do resumo de dois livros e redações. O professor diz que o índice de leitura dos livros foi muito baixo, mas que as redações foram feitas por quase todos os alunos. Em 2006 não houve avaliação, apenas foi dada presença aos que compareceram.

O trabalho que foi realizado desde o início do “fórum” é um pouco diferente do que ocorreu nos dois anos anteriores. Passada a fase experimental o projeto no CECA foi mais bem planejado. O plano geral do que seria ensinado aos alunos ao longo de todo o período

letivo foi traçado antes das aulas começarem. Três grandes temas foram planejados para 2006: “trabalho, violência e saúde integral”. Como cada turma tem apenas um tempo de aula por semana, o professor precisa ser rápido e direto na transmissão do conteúdo. A baixa carga horária de ensino religioso é inclusive motivo de reclamação do professor, que gostaria poder contar com dois tempos semanais. Ao longo do primeiro semestre de 2006, repleto de dias sem aula por causa de paralisações e de uma longa greve, muitas turmas ficaram até duas semanas sem ter aula de religião – o que fragmentou um pouco a proposta que buscava despertar o interesse do aluno para começar a pensar nas suas habilidades e na escolha de uma profissão. De qualquer forma, o professor procurou construir um trabalho com aulas encadeadas, buscando também manter as turmas no mesmo ritmo, sem defasagens de umas em relação às outras. A metodologia das aulas seguiu sempre o mesmo padrão, ou seja, ao chegar à sala, os alunos se acomodavam da sua própria maneira e a aula começava com a exibição de um vídeo. A sala de ensino religioso foi inaugurada em 2006. Nos dois primeiros anos de trabalho era o professor que se deslocava até cada turma para dar a sua aula. Agora, são os alunos que saem de sala e deslocam-se até a sala de ensino religioso. Creio que isso facilitou muito o trabalho do professor, pois o espaço é equipado com uma televisão, vídeo e dvd, o que é um facilitador para a exibição de material áudio-visual. Além disso, tirar os alunos do ambiente cotidiano da sua própria sala e proporcionar-lhes uma sala diferente e mais agradável foi um dos objetivos de Roberto. Dois grandes tapetes foram colocados no chão da sala e os alunos podem sentar em cima enquanto assistem à aula. Alguns até mesmo optam por deitar com a cabeça em cima da própria mochila, no colo de uma colega – no caso das alunas – ou encostar-se relaxadamente contra uma das paredes. Durante a exibição do vídeo, que tem duração média de vinte minutos, a luz da sala fica apagada, o que confere à mesma um ambiente diferenciado e que parece agradar os alunos. Após o vídeo, o professor dá uma explicação expositiva sobre o assunto que foi tratado. Geralmente os alunos participam com contribuições pessoais e perguntas, o que torna a aula mais dinâmica. Apenas uma vez foi exibido um vídeo que durou toda a aula. Foi o caso de uma fita que tratava do tabagismo e dos malefícios de fumar na juventude. As aulas de ensino religioso podem ter ainda a presença de um palestrante convidado para falar com os alunos sobre um tema proposto pelo professor. No primeiro semestre foi realizada uma palestra que foi parte da temática trabalho, assunto este que foi o mais importante de março até julho. Já no segundo semestre duas palestras ocorreram: uma sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis e outra sobre drogas. O “fórum permanente de estudos juvenis” conta ainda com dinâmicas em sala de aula, passeios e convênios com algumas instituições, como o

Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Fundação MUDES, Centro Filantrópico do Hospital Italiano, Grupo Biologia e Saúde e Universidade Veiga de Almeida.

O “fórum” é um projeto que ainda está em fase de implantação e consolidação, aberto a mudanças e agregando novas áreas de atuação dentro da escola. Em 2007, com a entrada definitiva da professora do credo católico Márcia Alves Mendes, é provável que o “fórum” ganhe ainda mais destaque nas atividades pedagógicas e extracurriculares do CECA. No ano que acompanhei, percebi que o projeto se expandiu bastante desde que foi formalizado no início de 2006. De uma certa forma, o professor Roberto conseguiu colocar em prática suas idéias e construiu um projeto de ensino religioso que lhe possibilitou ser fiel às suas crenças sem provocar oposições por parte de alunos, pais, professores e corpo diretor. O que vi acontecer no Colégio Carlos Alberto foi o que provavelmente ocorreu nos dois primeiros anos da implantação da disciplina sob o comando do professor. Chama a atenção o fato de uma pessoa religiosa ter se estabelecido tão harmonicamente na escola e ser capaz de construir um trabalho que a cada dia ganha mais espaço e atribuições. Somente em 2006, presenciei vários exemplos da consolidação do “fórum”. No início do ano, Roberto me contou que a diretora Marta o convidou para fazer parte do corpo diretor do colégio – o convite foi recusado pelo professor, pois aceitá-lo significaria afastar-se da sala de aula. Em agosto de 2006 Roberto deu-me a notícia de que a direção havia informado aos professores que o “fórum” era o principal projeto pedagógico do CECA e que, portanto, todas as atividades extracurriculares deveriam passar pelo professor, uma vez que ele era o coordenador do projeto. Tive confirmações disso na reunião geral de professores, em fevereiro de 2007, quando o “fórum” foi apresentado a todos pela diretora geral, afirmando que em 2007 o projeto teria continuidade. Além da palavra da diretora Marta, pude perceber a maior influência que Roberto passou a ter em muitas áreas dentro do colégio. Durante muitos recreios, íamos juntos tomar café na sala dos professores e algumas vezes Roberto pediu a palavra e anunciou atividades ligadas ao “fórum”, como a palestra de DSTs, a visita à Universidade Veiga de Almeida, mudanças de horários, etc. Além disso, o professor agregou ao “fórum” duas outras atividades: a primeira delas é um projeto que substitui o que se chamou de “Escolas de Paz”, uma tentativa, segundo Roberto, de abrir a escola aos sábados para que os alunos pudessem ter uma atividade prazerosa de lazer. Com o fim do “Escolas de Paz”, o professor assumiu e propôs jogar basquete com os alunos todos os sábados pela manhã. Roberto mesmo conta como foi:

“Não é o Projeto de Escolas de Paz, desde o ano retrasado não é mais. Eu assumi, também para poder trazer jovens para cá que gostem de basquete e tem a sua vida meio ociosa e vem pra cá, dinamiza. Agora a minha idéia é pegar um professor de educação física e iniciar uma escolinha de basquete aos sábados. Eu ficaria só como observador. Por enquanto eu estou jogando, estou brincando com eles. A idéia é trazer um professor de educação física para poder trabalhar com eles e livrá-los da rua. Começar com basquete e depois quem sabe uma tarde joga vôlei”³.

A segunda atividade diz respeito ao ENEM e a organização e orientação dos alunos para as inscrições. Roberto assumiu toda a coordenação para ajudar nos procedimentos de inscrição no ENEM, distribuindo formulários, avisando sobre a data final, ajudando no preenchimento dos formulários, etc.

Conforme já demonstrei, cresceu o escopo de abrangência do “fórum” e conseqüentemente a influência do professor Roberto no Colégio Carlos Alberto. Quando cheguei ao colégio, no início de 2006, já encontrei uma situação de bastante proximidade do professor com o corpo diretivo. Não é possível entender com total precisão como ele fez para conquistar o espaço que ocupa hoje na escola. Somente posso sugerir uma explicação e alguns caminhos. Na verdade, já mencionei os dois principais fatores que permitiram o “fórum” se desenvolver. O primeiro deles diz respeito ao caráter liberal e aberto do colégio, que acolhe as pessoas e dá liberdade para que elas se expressem. É uma característica particular desta escola. O segundo fator também foi mencionado: trata-se da construção particular em que se sustentam as idéias de Roberto e o “fórum permanente de estudos juvenis”, que é religiosa, mas não aparenta isso. Sempre me causou estranhamento o fato de Roberto ser contra o ensino religioso em escola pública, em qualquer tipo de modelo. E isso ficava ainda mais estranho quando percebia que Roberto é uma pessoa bastante religiosa. A pergunta que me colocava era: porque uma pessoa religiosa e que fez o concurso seria contra o ensino de religião na escola pública? O professor Roberto certamente responderia essa questão dizendo que “aproveitou uma oportunidade para desenvolver um outro tipo de trabalho”. Podemos pensar também, e isso é bem plausível, que o professor tem internalizado o que muitas pessoas hoje também acreditam: que o lugar da religião é na esfera privada e não na pública. Há razões históricas para acreditar nisso, algumas das quais já discuti quando

³ Entrevista realizada com o professor Roberto Mota em 02/02/2007.

apresentei a teoria da secularização e as sub-teses que previam a privatização e o desaparecimento da religião. Isso pode estar operante nas idéias de Roberto e na sua decisão de não ensinar religião. Contudo, ao mesmo tempo, o acompanhamento semanal das aulas deixa evidente a motivação religiosa e a presença da religião. O próprio professor disse em uma entrevista que ensina religião. Mas, isso não aparece com clareza para as pessoas. Há apenas uma referência explícita e regular à religião nas aulas do professor Roberto. Trata-se do momento da oração que ocorre ao final de cada aula. O professor diz que isso é uma questão particular dele, que decidiu oferecer uma oração básica aos alunos, geralmente pedindo que Deus os abençoe e os proteja. A oração raramente não ocorreu ao final das aulas. Houve outras referências à religiosidade de Roberto, mas nenhuma constante e recorrente. Permanece então a impressão de que o professor Roberto não ensina religião – o que no meu entendimento não corresponde à realidade.

É preciso entender como funciona a construção do “fórum” para assim percebermos de que maneira foi possível o sucesso e o desenvolvimento do projeto. Por um lado, o professor Roberto afirma que não ensina religião, entra em sala de aula e diz: “Não, não vou dar religião para vocês, eu vou fazer um outro trabalho com vocês”. Segundo o professor, os alunos informam os pais que ele não ensina religião, o que evita a polêmica e transtornos. Não podemos esquecer de mencionar os colegas de trabalho que o procuraram dizendo “Você não dá religião não, né?”. Além disso, o professor não quer ser visto como um representante religioso dentro da escola, ele quer ser visto como professor, exatamente como os outros professores das demais matérias. Há uma passagem em uma entrevista que deixa essa posição clara:

“E esse ano eu fui escolhido também para dar a aula magna, quer dizer, não é um professor só de ensino religioso, é todo um trabalho que está sendo feito. Eu não estou aqui para rezar missa, rezar pastoral, não estou aqui para celebrar culto ecumênico, tanto é que foi dito isto para direção: ‘Olha, não é a minha função, eu sou professor’. Se quiser chamar um pastor, eu sou pastor também, mas não é minha função. Se quiser chamar um pastor para dar um culto ecumênico, um padre para fazer uma missa, faça isso sem problema nenhum, não vou ficar..., eu não sou o dono da localidade espiritual para poder definir o que tem que ser feito. Eu sou professor de ensino religioso dentro de um ensino religare horizontal, ou seja, os jovens com eles mesmos, com as famílias deles, com a sociedade. Ou seja, trabalha-se a questão ética, comportamental, de crescimento deles individual,

emocional, essa trajetória tem sido até importante para eles. Tanto é que eles têm reconhecido isso”.

Por outro lado, através do projeto escrito do “fórum” percebemos a presença da religião e de Deus nas idéias do professor. Já notamos também que a expressão “ensino religare” tem relação direta com a religião. E, além da oração ao final das aulas, há muitas opiniões e exemplos do professor, dados em sala, que nos remetem à religião evangélica. Como já afirmei, os próprios alunos se referem à disciplina como aula de religião e ao Roberto como professor de religião. Mesmo assim, acredita-se que não se ensina religião, que o “fórum” trata somente de questões da juventude como o trabalho, a sexualidade e a saúde. Quando a diretora do colégio falou abertamente sobre o “fórum”, por exemplo, enfatizou que o mesmo era não confessional: “E temos também na responsabilidade do fórum permanente de estudos juvenis, foi um projeto novo, a gente implantou agora em 2006 e vai ter continuidade em 2007, professor Roberto Mota está sentado ali e juntamente com a professora Márcia Alves Mendes. A Márcia é de religião e o professor Roberto também, mas eles fazem um trabalho não confessional, os alunos gostam bastante, tem sido bem interessante”⁴. Há então na construção do “fórum” uma conjugação de aspectos que dão ao projeto um ar não religioso, apesar de ser comandado por um professor de religião – e todos sabem e reconhecem isso.

Essa construção particular do “fórum” fica mais fácil de entender a partir de uma resposta que Roberto me deu em uma entrevista. Perguntei a ele o que acontecia com os alunos que de maneira alguma aceitavam participar da aula de ensino religioso. A resposta foi reveladora para compreendermos como funciona o “fórum”:

“Na época eles nem apareciam no colégio. Um ou outro ficava lá fora, mas eram poucos alunos, no máximo dois alunos de cada turma ficavam lá fora. Às vezes era até casal de namorados, era pouca gente. Hoje, na realidade, com esse projeto, acaba o problema. Esse projeto se torna a opção que o colégio tem que ter para dar no lugar do ensino religioso. Então eles são obrigados a participar agora. Agora eles são obrigados a participar, então não pode ninguém... Eu não obrigo eles a participarem. Mas eles, nesse caso, vamos dizer assim, ensino religioso em sala de aula, entendeu a questão? Se você formaliza um projeto que é exatamente a opção ao ensino religioso, eles têm que participar. Entendeu? Não é obrigatório,

⁴ Reunião geral de professores do CECA, realizada em 02/02/2007.

não é reprovatório. Não reprova. Mas, na realidade eles são obrigados a participar como uma forma de atividade. Por isso que eu não faço nenhuma avaliação mais”.

A fala de Roberto é realmente esclarecedora. Pela lei, a escola tem que oferecer uma opção de atividade aos alunos que não querem participar das aulas de religião, os estudantes não podem ficar no pátio sem aula. Roberto, então, apresenta o “fórum” como uma opção ao ensino religioso, ou seja, como não sendo aula de religião. Dessa forma, todos são obrigados a participar, pois não há argumento contrário que se sustente, uma vez que é uma atividade que a escola propõe e faz parte da carga horária prevista e se adequaria a todos, independentemente da confissão. Entretanto, ao mesmo tempo, Roberto não obriga os alunos a participarem, pois admite que é o tempo de ensino religioso e ele precisa respeitá-los. Também não avalia e não reprova sob a mesma alegação. E, de fato, não obriga mesmo. Houve duas ocasiões em que duas turmas não foram à aula. Em uma delas, apenas um aluno compareceu, pois a turma não desceu para a sala de ensino religioso, nem mesmo depois que Roberto foi lá conversar e tentar convencê-los a assistir à aula. O professor não forçou, deu a aula para o único aluno que compareceu. Apenas me disse que, se na semana seguinte o mesmo ocorresse, ele iria subir para a sala de aula comum e daria a aula lá mesmo. Na outra situação em que boa parte de uma turma estava no pátio, a diretora adjunta queria que Roberto colocasse todo mundo para dentro de sala, o que ele se recusou a fazer e disse que não podia fazer isso, não podia forçar os alunos. Com essa construção de ser obrigatório, mas ninguém ser forçado a participar, Roberto mostra como funciona seu projeto. Há afirmações contrárias convivendo: Roberto diz não ensinar religião, mas reconhece que ensina; fala que eles são obrigados a participar, mas ele não os obriga; diz aos professores que não ligou a disciplina com a sua religiosidade, mas já vimos que há muitas referências a Deus e a sua crença evangélica. Desta maneira, Roberto consegue evitar muitos obstáculos e o “fórum permanente de estudos juvenis” pode progredir desimpedido, sem as oposições que fatalmente surgiriam caso o professor dissesse que ensinaria religião. O estabelecimento do professor e do “fórum” se deve então, em parte, ao ambiente do Colégio Carlos Alberto e ao carisma pessoal do professor. Por outro lado, é essa complicada construção de idéias que sustenta o “fórum” e que permite o projeto fluir livremente como se nada tivesse de religioso. Se Roberto tivesse chegado ao colégio sem o discurso de que é contrário ao ensino religioso, sem dizer que não ensina religião, sem o projeto de “orientação para a vida”, talvez jamais conseguisse o espaço que conquistou. Creio que foi necessário que a religião não aparecesse em primeiro plano e que houvesse o uso de afirmações contrárias para consolidar o projeto e

conquistar um espaço. Ainda hoje isso ocorre. Mas, certamente, o “fórum” tem motivações religiosas e algum conteúdo e fins também religiosos.

O trabalho de “orientar a juventude” é a experiência de ensino religioso que está em vigor no CECA. Não é a única forma de conduzir a disciplina, apenas uma maneira de concebê-la. O sucesso do “fórum” depende, em parte, da escola em que foi aplicado. Em um estado com as dimensões do Rio de Janeiro, é grande a diferença de realidades que podemos encontrar nas escolas. É claro que a semelhança proporcionada pelo sistema é bem maior do que as diferenças e diversidades vigentes. Entretanto, não é possível ignorar as diferenças quando as mesmas se expõem em quase toda a parte com tanta evidência.

Com exceção do Colégio Estadual Carlos Alberto, a única escola que fui visitar para acompanhamento das aulas por um dia inteiro foi o colégio em que trabalhava a professora Márcia Alves Mendes, hoje lotada com a maior parte de sua carga horária no CECA. Conforme já mencionei, este colégio fica no município de Duque de Caxias, em um bairro chamado Gramacho, aparentemente um lugar pobre. A realidade encontrada nesta escola é bem distinta da que existe no Colégio Carlos Alberto. Para ser mais preciso, em relação à infra-estrutura da escola, pode-se afirmar que a situação é quase a oposta. O colégio em Duque de Caxias é muito menor em número de alunos. Em 2006 atendia a apenas 542 estudantes nos turnos da manhã e da tarde, contando com alunos desde a 5ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio⁵. A estrutura física também é pequena: são somente oito salas de aula, uma sala de professores, uma sala para secretaria e direção, banheiros masculino e feminino, um refeitório, uma biblioteca e uma quadra esportiva central que também pode ser vista como um pátio central. Apesar de possuir os requisitos básicos que uma escola necessita para funcionar, tudo é muito pequeno, apertado, sem espaço para os alunos se espalharem como ocorre no CECA. Exatamente por esse motivo, o caráter facultativo do ensino religioso não é respeitado nesta escola, pois a diretora não permitia que a professora Márcia avisasse aos alunos sobre a possibilidade de não assistir às aulas. Realmente não há espaço para deixar alunos fora de sala neste colégio, pois a pequena quadra de esportes é ao lado de algumas salas e qualquer barulho atrapalha a aula – até mesmo as

⁵ De acordo com a nova classificação que entrou em vigor em 2007, o correto seria dizer que o colégio oferece desde o 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Uso neste texto a classificação antiga, que não considera a Classe de Alfabetização (CA) como 1º ano.

aulas de educação física dificultam os demais professores. Um projeto como o “fórum” dificilmente se realizaria nesta escola sem sofrer adaptações de formato. As diversas realidades das escolas, por si só, mudam as possibilidades de trabalho que são realizadas a partir da disciplina ensino religioso.

Uma comparação com o CECA exigiria uma imersão na escola de Duque de Caxias com profundidade e assiduidade, conforme foi feito para acompanhar o trabalho do professor Roberto. No entanto, mesmo superficialmente, creio ser válido uma apresentação geral da professora Márcia, visando dois objetivos distintos: o primeiro é de incluí-la no contexto do CECA, pois, afinal de contas, mesmo com uma baixa carga horária na escola, a professora lecionou algumas aulas e no fim de 2006 foi oficialmente integrada ao projeto do “fórum”, ajudando inclusive na elaboração do planejamento que será aplicado em 2007. Mesmo sem grande influência, Márcia fez parte do processo. O segundo objetivo é mostrar uma outra realidade, trajetória profissional e forma de conduzir a disciplina, mostrando diferenças e semelhanças e colocando assim o trabalho do professor Roberto como uma possibilidade para a disciplina entre as muitas que ocorrem no dia-a-dia dos colégios.

A primeira formação de nível superior da professora Márcia, diferentemente do professor Roberto, não se relaciona com a sua religião. Márcia tem graduação em química pela Fundação Técnica Educacional Souza Marques. Iniciou e concluiu também o curso de psicologia na Universidade Estácio de Sá, este sim, segundo ela, ligado à sua religiosidade, pois desejava entender o ser humano. A professora Márcia, após a graduação em química, prestou concurso público para o Instituto de Resseguros do Brasil e trabalhou neste emprego durante dezoito anos, iniciando como auxiliar de escritório até chegar ao cargo de técnica de seguro. No entanto, Márcia deixou seu emprego em 1996, quando aderiu ao chamado Plano de Afastamento Voluntário, que visava enxugar o quadro de funcionários e diminuir as despesas com pessoal. Foi somente após da demissão voluntária que a professora Márcia procurou uma formação religiosa, segundo ela, para conhecimento próprio e para se ocupar, uma vez que estava desempregada. Católica, com 51 anos de idade completados em 2006, freqüentadora há mais de vinte e cinco anos da paróquia Santo Afonso, a professora Márcia iniciou em 1997 o curso de terceiro grau *Matter Ecclesiae*, que é ligado à Arquidiocese do Rio de Janeiro. Não havia qualquer perspectiva de trabalhar como professora de ensino religioso quando Márcia começou seu curso que durou três anos e meio. Foi na própria paróquia em que trabalhava como professora da catequese especial – crianças excepcionais – que Márcia soube do concurso de ensino religioso do estado. Suas colegas, segunda a professora, sabiam que ela já havia concluído o *Matter Ecclesiae* e que preenchia os critérios do edital. Graças ao

incentivo que teve na paróquia, Márcia resolveu se inscrever e optou pela Metro V porque lá foram oferecidas mais vagas para católicos. No entanto, a razão principal que levou a professora a realizar o concurso foi financeira. Diferentemente do professor Roberto, que disse ter recebido um “comando divino”, Márcia respondeu a mesma pergunta sobre o motivo para participar do concurso de forma bem diferente: “Porque eu precisava trabalhar. Aí foi... eu vou ser bem sincera. Eu estava sem trabalhar, né? Só estudando e... eu comecei a ver que a grana tava curta. Um filho de... meu filho na época tinha uns dezessete anos, sabe? Muita despesa, aí eu falei: ‘Não! Tem que trabalhar, só o dinheiro do meu marido não dá, pô!’”. Aí, fui trabalhar”. As diferenças entre os dois professores, não somente com relação à motivação para se inscrever no concurso, chamam a atenção. Mas, com uma análise mais cuidadosa, podemos perceber também muitas semelhanças entre eles, principalmente no que toca à vontade de ajudar os estudantes transmitindo valores e servindo como referência aos alunos.

Segundo a professora Márcia, a receptividade na escola em Duque de Caxias foi muito boa e ela jamais teve problemas por ser professora de ensino religioso. Assim como no caso do professor Roberto, pude observar que a professora Márcia estava integrada ao corpo docente e que, na sala dos professores, participava de todas as conversas que presenciei no dia em que estive lá. Apenas uma vez, segundo Márcia, uma colega questionou a validade da disciplina, recebendo a seguinte resposta:

“Para não dizer que nunca ninguém deu alguma opinião contra, uma menina contratada, professora de matemática, assim que eu entrei, um dia mandou assim, uma pérola: ‘Ah, eu acho uma bobagem ensinar religião’. Eu falei: ‘Olha, eu não ensino religião. Eu dou aula de ensino religioso, eu não dou aula de religião, não. Cada um tem a sua’. Aí expliquei o que que era ensino religioso para ela, aí ela... entendeu e também nunca mais falou nada. Mas também foi a única que fez algum comentário. O resto, todo mundo me recebeu muito bem. Muito bem. Não tenho nada para reclamar”⁶.

Na explicação que Márcia deu à professora contratada há algo muito interessante: ela faz uma distinção entre aula de religião e ensino religioso. A aula de religião estaria relacionada com uma aula doutrinária confessional, enquanto o ensino religioso busca dar uma formação de religiosidade para o aluno, ligá-lo ao transcendente sem ensinar um credo

⁶ Quando não indicado, transcrição refere-se à entrevista realizada com a professora Márcia Alves Mendes no dia 04/10/2006.

específico, transmitindo os valores morais e servindo também como referência aos estudantes. Neste ponto, existe uma convergência de idéias entre o professor Roberto e a professora Márcia. Contudo, as semelhanças se apresentam de modo distinto. As aulas de Márcia são um exemplo disso: há referências recorrentes e constantes a religião. Ela ensina sobre a vida de Jesus, sobre o Cristianismo, dá aulas a respeito da polêmica das células tronco e a ética cristã, fala sobre líderes como Martin Luther King, ensina o budismo, islamismo, ensina como consultar a bíblia, etc. No colégio em Duque de Caxias, até a sétima série, havia também uma oração que os alunos repetiam todas as aulas e que dizia o seguinte: “Senhor, aqui estamos reunidos em teu nome. Ajuda-nos a não desanimar nas horas difíceis. Ensina-nos a confiar em ti. Queremos viver sempre junto a ti. Fica sempre conosco, Senhor! Amém!”. A presença da religião nas aulas é clara e neste caso indiscutível, diferentemente da situação no CECA, onde o “fórum” é apresentado como não religioso. O curioso é que Márcia diz que não dá aula de religião, mas de ensino religioso, mesmo com uma aula repleta de referências religiosas e com conteúdo religioso. Ela mesma explica a diferença entre uma coisa e outra:

“Agora, o que eu senti nesse concurso para o ensino religioso é que, ele não é uma aula de religião. Ele é uma aula, assim, que visa trazer o aluno para os valores, para as virtudes. É lógico que a gente fala muito de Deus, a gente fala da Bíblia, fala também da Torah, fala do Corão... Eu procuro mostrar que a salvação não é... é... somente entre os cristãos, somente entre... nada disso! Salvação é através do amor. Então é claro que eu falo muito em Jesus, mas eu falo muito em Jesus porque ele é muito presente na minha vida. Agora, falo também de Buda, falo de todos os avatares, falo de Ghandi, falo de pessoas inclusive que não estão nem ligadas diretamente à religião, como Luther King, Madre Teresa de Calcutá, e falo no amor. Eu faço com que os alunos pensem que eles não podem viver só naquele toma lá, dá cá; que existe algo por trás, tá? Por trás da matéria. E, inclusive, eu trato um pouquinho até da questão da física. Hoje na física quântica a gente está cansado de saber que tem as possibilidades das escolhas, a física das probabilidades, né? Então, eu faço eles pensarem que tem uma consequência nas escolhas, consequências espirituais e materiais”.

Para Márcia, aula de religião seria ensinar uma doutrina específica. Como ela não faz isso, não “fecha em uma verdade absoluta”, pois “a única verdade absoluta é Deus”, sua aula se transforma em um espaço onde se discute a pluralidade religiosa e os conceitos básicos da

religião. Creio que, por essa razão, Márcia diz que dá aula de ensino religioso e não de religião. Inclusive, a professora é favorável ao ensino religioso na escola pública se for lecionado nestes moldes, sem credo específico, sem o modelo confessional. Mesmo ao conceber a disciplina e seu conteúdo de forma diferente de Roberto, a professora Márcia tem opiniões parecidas com Roberto e algumas visões semelhantes sobre adolescentes, família e o papel do ensino religioso. A questão dos valores, um motivador para Roberto montar o “fórum”, apareceu na entrevista que fiz com a professora antes mesmo de perguntar a ela sobre este assunto. A questão das escolhas, forte no discurso de Roberto, também está presente nas idéias de Márcia, que acredita que escolhas cuja classificação poderíamos apresentar como “erradas”, “pecaminosas” e “egoístas” possuem conseqüência na vida e no futuro de cada um. Quando perguntada sobre a importância de dar uma formação religiosa aos alunos, Márcia deixou clara sua posição sobre as escolhas:

“Eu acho que a formação religiosa, sim. Essa ligação do homem ao transcendente. Isso eu acho muito importante. E não uma religião específica, mas a religiosidade, o religar ao transcendente, a Deus, no sentido daquele que é acima da gente, daquele... daquele Ser inefável, incomensurável; da gente pensar nessa possibilidade, da gente não ficar restrito aqui. Para a gente ter um pouquinho de... de temor pelas coisas que a gente faz, porque senão as pessoas ficam... se nada vai me impedir, então eu vou fazer tudo para me dar bem, entendeu? Então, as pessoas estão muito assim: nada é pecado, nada é errado, então eu vou me dar bem porque tudo é permitido e aí fica essa confusão toda. Então, eu procuro mostrar para eles que tem uma conseqüência sim, uma conseqüência não... não assim de pecado, mas de conseqüência na própria vida. Você mesmo se pune, você mesmo sofre. Então é mais uma reflexão”.

Mesmo concebendo o conteúdo da disciplina de outra maneira, algumas questões que a motivam são parecidas, como o “religar a Deus”, as “escolhas erradas” e as conseqüências das escolhas. Ainda com relação à questão dos valores, a professora Márcia também acha que hoje as famílias encontram dificuldades para dar valores morais e orientação para os jovens. A professora acredita que, em muitos casos, os próprios pais não têm esses valores morais e, por isso, não podem transmitir o que não possuem. Esses valores, naturalmente, pertencem a um conceito pessoal de Márcia, algo que ela acredita ser o “correto” ou “melhor” em termos de comportamento e educação, o que fica mais claro na seguinte passagem da entrevista:

“...muitas das vezes o pai e a mãe também não têm esses valores. Como é que eles vão dar? Olha, só para exemplificar isso que eu estou te falando, tem uma festa do dia das mães, lá no H. M., em maio. Era o sábado letivo. Se você visse os trajes das mães, você percebe que valores essas mães tão dando para suas filhas. Umas sainhas... uns topzinhos... umas barrigas... sabe aqueles corpinhos? Não que... Se fosse bonito, era para mostrar, mas nem assim, sabe? Uma coisa, gente! Uma coisa meio agress... sabe? Naquela hora do bolo, todo mundo avançando, toda aquela... Que valores, que educação... tá entendendo? Eu digo, é complicado... Aí, você vai querer ver uma aluna de nove, dez anos com educação, tendo essa família que também não tem educação?”.

Como o professor Roberto, Márcia também acredita que não é papel da escola dar valores para a juventude. As famílias é que deveriam fazer isso. No entanto, para ela, nos dias de hoje, esta tarefa acabou se tornando uma atribuição que também compete aos colégios, pois “os pais estão sem tempo” e “achando que o limite a escola tem que dar; educação a escola tem que dar”. Diante de tudo isso, a professora elaborou o conteúdo da disciplina com percepções semelhantes às de Roberto, apesar do formato final ser diferente e parecer, às vezes, totalmente distinto. A semelhança de idéias fica mais fácil de compreender quando Márcia define a proposta de ensino religioso: “É por isso que digo, eu acho que o ensino religioso, quando ele se propõe a isso, a dar... procura ser assim, um oásis para essas crianças, porque elas estão pelo menos com alguma referência, entendeu? Como eles... entenderem mais um pouquinho a vida, desabafarem... Sei lá. Eu procuro trabalhar assim. Procurando ser para eles, sabe, alguém que eles possam contar. Não sei nem se é o certo, mas é a realidade que eu me deparo”.

Coincidência ou não, a impressão que tive ao participar de vários encontros de ensino religioso foi a de que muitos professores compartilham essas mesmas idéias de “orientar”, servir de referência, “religar a Deus”, transmitir valores, estar atento às escolhas, etc. A diversidade de trabalhos na disciplina ensino religioso é real. Como vimos, isto ocorre devido à diferença estrutural entre as escolas, devido à diversidade de trajetórias dos professores, ao lugar ou comunidade em que o colégio se insere e à ausência de um currículo comum a ser cumprido. Mesmo assim, é possível que a semelhança de idéias que demonstrei existir entre Roberto e Márcia esteja também presente em muitos outros professores. Talvez eles possam ser exemplos representativos de uma gama maior de professores de ensino religioso que, graças as suas crenças religiosas, compartilham certos conceitos e desejam transmiti-los nas

aulas. É apenas uma hipótese e seria preciso realizar uma pesquisa de maior amplitude e em mais escolas para tentar comprovar isto.

Capítulo 2: Etnografia das aulas

As aulas de ensino religioso do professor Roberto Mota são bem diferentes das aulas da professora Márcia Alves Mendes. No ano de 2006, somente o professor Roberto utilizou a sala da disciplina de ensino religioso, onde antes ficava a coordenação do colégio. A professora Márcia, por ter ingressado na escola somente em Agosto de 2006, não utilizou o espaço do “fórum” e lecionou nas salas de aula comuns onde os alunos assistem todas as demais matérias. Desde o princípio do acompanhamento resolvi gravar as aulas de ensino religioso, o que facilitou minha observação e me permitiu retornar com calma à fala dos professores sem que houvesse perda de conteúdo. Ao retomar meus apontamentos e escutar novamente as aulas, percebi que a melhor maneira de apresentar o conteúdo das aulas seria mesclar meus comentários aos dos professores, inserindo também o material didático utilizado e as anotações feitas no quadro negro. Além disso, a participação dos alunos é um aspecto que sempre procurei dar atenção e levar em conta na sala de aula.

De uma maneira geral, os alunos participaram das aulas do professor Roberto na medida exata das minhas expectativas, ou seja, de forma mediana, com algumas perguntas isoladas e espontâneas, que às vezes tomavam conta da aula e abriam um debate para a turma. Em algumas ocasiões, o professor precisou incentivar a turma a falar sobre o assunto em questão para que a discussão ocorresse. As turmas de primeiro ano do ensino médio sempre estiveram mais interessadas nas aulas do que as turmas do segundo ano, o que se deve provavelmente à idade, pois os alunos de segundo ano já são claramente mais amadurecidos e ambientados na escola do que os alunos do primeiro ano. Não tive a oportunidade de acompanhar as aulas com turmas do terceiro ano, pois, nos dias em que freqüentava o colégio, o professor Roberto lecionava apenas para o primeiro e segundo anos. Entretanto, nos dias das palestras sobre sexualidade, uma parceria com o hospital italiano e do laboratório Eurofarma, e também da palestra sobre drogas do Grupo Biologia e Saúde, pude observar que as turmas de terceiro ano foram as que menos participaram. Uma das palestras nem chegou a acontecer por falta de alunos do terceiro ano. Isso me levou a pensar que esses alunos teriam um menor interesse nas questões propostas nas aulas do “fórum”, uma vez que estas já não teriam o mesmo apelo que possuem nos dois anos anteriores. Contudo, isso é apenas uma impressão sem comprovação. Houve momentos em que os alunos do terceiro ano participaram e procuraram o professor Roberto, principalmente para esclarecer questões sobre o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e para se inscrever no passeio na Universidade Veiga de Almeida, que criou um projeto em que os alunos passam uma manhã

ou tarde na universidade conhecendo os cursos e conversando com professores que os recebem e dão palestras a respeito de um determinado curso de graduação.

Em relação à professora Márcia, o interesse dos alunos nas aulas foi menor. Houve, inclusive, um dia em que a professora se aborreceu com a desatenção e a bagunça de uma turma. Mas, como a carga dela era pequena na escola e eu fazia o acompanhamento dos dois últimos tempos de quarta-feira, creio não ser correto afirmar que o trabalho dela desperta menos interesse nos alunos. É válido notar que os últimos tempos de ensino religioso são bastante complicados, pois, muitas vezes, os alunos querem ir mais cedo para casa. Como neste colégio os alunos sabem do caráter facultativo da disciplina, às vezes é difícil convencê-los a ficar. Isto ocorreu com o professor Roberto e com a professora Márcia.

Para tentar realizar uma comparação entre os estilos de aula de Roberto e Márcia seria necessário que a professora Márcia tivesse maior carga horária no CECA e que o acompanhamento tivesse sido feito com maior profundidade e assiduidade. Como este não foi o caso, apenas algumas diferenças e semelhanças podem ser apontadas. Em relação ao formato da aula, Roberto possui uma maneira de colocar seus temas de forma que a aula pode tomar qualquer rumo. A exibição de um vídeo, por exemplo, proporciona um ponto de partida para discutir um assunto, como tabagismo, drogas e violência. Entretanto, como Roberto não prepara sua aula e constrói seu discurso na hora da aula, é impossível prever exatamente o que será tratado, pois tudo pode vir à tona, basta apenas que o professor lembre de um assunto correlato ou que um aluno faça qualquer intervenção. No caso de Márcia, isso é diferente, pois a professora prepara a aula e segue os tópicos que coloca no quadro como um roteiro, tocando em cada tema conforme planejado. Desta maneira, a participação dos alunos não interfere tanto no rumo da aula.

Há diferenças entre os professores também no que diz respeito ao conteúdo. Conforme demonstrei, Roberto, através do “fórum”, aborda questões que, em um primeiro olhar, estão desatreladas da religião, enquanto Márcia ensina religião e suas aulas são repletas de referências ao religioso. Isso deixa a impressão ainda mais forte de que há, por parte de Roberto, um trabalho não religioso e, por parte de Márcia, um trabalho religioso. Apenas a oração ao fim de cada aula é uma referência religiosa recorrente na aula de Roberto. Entretanto, conforme procurei já procurei demonstrar, há presença e finalidades religiosas no “fórum”. Além disso, no acompanhamento das aulas, podemos encontrar semelhanças de objetivos do “fórum” e do trabalho de Márcia. Muitas vezes é difícil perceber esta semelhança dada a sutileza com que aparece. Mas, com atenção, percebe-se que orientar os

alunos e servir como referência, tendo a religião como forte amparo, são objetivos comuns aos dois professores.

É importante, antes de iniciar o relato das aulas e palestras, lembrar que o ano de 2006 foi marcado por uma longa greve de professores na rede pública estadual. Por isso, as aulas de ensino religioso começaram efetivamente no mês de maio. Houve uma aula inicial em fevereiro, antes do carnaval.

Aulas do professor Roberto Mota

Dia: 09/05/2006

2º Tempo – 7:50 h : Turma 1006 – 1º Ano

O professor Roberto inicia a aula com um vídeo educativo que vai tratar sobre a opinião que os jovens têm de si mesmo. Ele diz aos alunos que o vídeo irá exibir depoimentos de jovens de várias regiões brasileiras, todos na mesma faixa etária deles. Cada jovem vai dar sua opinião sobre a sua geração, procurando classificá-la. Após os depoimentos o professor alerta que os alunos vão ver imagens históricas e antagônicas de toda a humanidade. O vídeo inicia e a turma logo se cala para assistir aos depoimentos que se sucedem. Os jovens classificam a sua geração de muitas maneiras, como geração violência, perigo, paz, curtição, geração alienada pela mídia, geração realidade do Brasil, geração punk-rock, geração “nada com nada”, etc. Abaixo, a transcrição de três depoimentos: “A minha geração é dos alienados porque são muito influenciados pela mídia. A mídia é que controla os jovens de hoje”. “Geração perigo porque tem muita intriga de um com o outro, sabe. É jovem hoje fumando...”. “Geração violência porque hoje em dia a violência é muito grande. Tem jovem que ao invés de vir para a escola estudar, vem para bagunçar, até mesmo para praticar violência contra o próximo”. Logo após os depoimentos, imagens em preto e branco são exibidas com cenas de guerra e paz da humanidade. Termina o vídeo.

O professor Roberto inicia a conversa com os alunos afirmando que o que eles viram corresponde a nossa realidade de hoje. Roberto pergunta: “você quer esse tipo de geração na vida de você, no futuro de você?”. Pensar no futuro e nas escolhas que cada aluno faz no seu cotidiano é a mensagem que o professor deseja passar aos alunos, mostrando que as decisões do presente influenciam o futuro, não apenas de quem as toma, mas também das pessoas ao seu redor. Segundo o cronograma traçado para 2006, o primeiro tema de debates é a profissão. A orientação dos alunos para a escolha de uma profissão é um dos objetivos deste

bloco de debates. Por isso, Roberto pergunta aos alunos o que eles almejam, aonde eles querem chegar, enfatizando que eles podem escolher o que eles quiserem. Em seguida, o professor lembra as imagens de dor, tristeza e pobreza que foram exibidas no vídeo, assim como as de alegria, riqueza e poder. O melhor, para Roberto, é alcançar o equilíbrio entre os extremos, o que infelizmente não ocorre, pois as pessoas querem se aproveitar uma das outras. Segundo Roberto: “As pessoas não querem o equilíbrio. As pessoas querem se aproveitar. Por quê? Porque infelizmente a situação hoje no mundo é de usurpar as outras pessoas, de aproveitar-se das outras pessoas. Aquele comentário do jovem que disse ‘A mídia faz a cabeça do jovem’. Não é só a cabeça do jovem não, é de todo mundo. Hoje a mídia é chamada de quarto poder, ou seja, ela tem um poder muito forte de manipulação, de tentativa de globalização de todos os pensamentos do mundo todo. A imagem, quando você vê uma coisa distorcida, que na realidade não está se apresentando como ela realmente é, você grava aquela imagem e aceita aquela imagem. Muitas vezes ela vem com efeito sub-liminar, ou seja, efeito na consciência e subconsciência de vocês. Vocês vão aceitando aquilo como algo natural. A gente luta contra o racismo, luta pela igualdade, mas a mídia, a mídia vem e faz a cabeça de vocês. A gente luta para que as pessoas sejam iguais, para que as pessoas determinem o que é melhor para elas. Aí vem a mídia e distorce tudo. Porque há interesse com relação à escolha de vocês, que vocês escolham errado. Hoje vocês estão tendo uma oportunidade fabulosa, vocês estão no ensino médio, prestes a terminar o ensino médio vocês vão despertar para algum tipo de profissão. Agora, quem aqui que realmente já definiu sua profissão, definiu o que quer, definiu se vai realmente dar certo aquilo que está querendo desenvolver na sua vida?”. Roberto diz ainda aos alunos que o trabalho que ele está iniciando visa proporcionar “trabalhar o todo” dos alunos e não apenas as particularidades. O professor tenta mostrar aos alunos que cada passo dado gera conseqüências na próxima decisão. Será realizado um trabalho sobre as múltiplas inteligências com os alunos, permitindo que todos eles possam se conhecer melhor e com isso tenham mais facilidades para escolher o que querem para si. A aula é interrompida por um grupo de alunos que entra 15 minutos atrasado. É comum ocorrer isto, normalmente um grupo grande de alunos chega na hora certa e um pequeno grupo entra em sala apenas mais tarde. O professor Roberto sempre permitiu que os alunos entrassem no momento em que desejassem, jamais fechou a porta e deixou alunos do lado de fora. Após um breve tumulto com os alunos que entraram mais tarde, o professor Roberto retoma a questão das escolhas: “Hoje vocês têm as oportunidades que podem mudar o futuro de vocês. Como eu falei cada passo que vocês derem vai determinar o próximo passo, escolhas que vocês têm que decidir na vida de vocês. Isso é importantíssimo.

Vocês escolherem correto hoje para a vida de vocês, comecem a se destacar, estudar e se desenvolver, isso é importantíssimo pra vocês. Olha gente, menos de 10% da população jovem chega ao ensino superior. Porque as oportunidades são poucas. Eu não sei quantos de vocês vão chegar à faculdade, ou se querem fazer faculdade”. Roberto conta aos alunos a história de um amigo de sua prima, que fazia faculdade de comércio exterior e montou um projeto de exportação de carne para o Japão. O projeto foi muito bem aceito e hoje este jovem é presidente de uma multinacional. O professor mostra então aos alunos como idéias simples podem mudar a vida das pessoas. No entanto, para Roberto, há o problema da preguiça. Ele diz: “Brasileiro, é criativo, mas infelizmente é preguiçoso. Brasileiro é inteligente, mas é preguiçoso”. Pouco depois Roberto diz aos alunos que eles precisam vencer a própria preguiça se quiserem estudar. Colar na prova, para ele, é uma maneira de demonstrar a preguiça e tem relação também com a questão das escolhas que moldam o futuro da pessoa. Esse foi o momento da aula que mais contou com a participação dos alunos, que ouviam com atenção. Houve alguém que falou: “Que jogue a primeira pedra aquele que nunca colou!”. A turma toda se divertiu e o professor logo contornou a situação, dizendo que ele é a favor de provas que façam o aluno pensar e raciocinar. A aula foi encerrada com uma oração feita pelo professor Roberto: “Senhor, toma a vida destes jovens e de suas família. Abençoe, Senhor, as grandes mentes, que eles possam entender a Tua vontade, possam se desenvolver, isso em todas as áreas de suas vidas. Que a gente possa ter uma semana abençoada, na Tua presença, oramos em nome de Jesus. Amém. Deus abençoe vocês, uma boa semana”. Como sempre, a turma inteira respeita a prece. A maioria fecha os olhos enquanto escuta as palavras que são ditas.

3º Tempo – 8:40 h : Turma 2003 – 2º Ano

O vídeo exibido foi o mesmo apresentado à turma anterior. Novamente, o professor Roberto destaca a importância das escolhas, enfatizando que cada passo dado influencia o passo seguinte. Ele diz aos alunos que a profissão que eles vão seguir dependerá das escolhas feitas neste momento da vida deles. Esta turma é bem mais agitada que a anterior e, por isso, o professor precisa interromper diversas vezes a aula para chamar a atenção de alunos. Roberto volta a falar que as oportunidades são poucas, mas que existem. Ressalta novamente que o problema da cultura brasileira é a preguiça, diz aos alunos que o brasileiro é preguiçoso, especialmente o carioca, por causa do clima. O professor também conta para esta turma a história do jovem que elaborou um projeto para exportar carne de capivara para o Japão. Uma idéia simples que, segundo ele, deu ao jovem a oportunidade de crescer na vida e

se tornar presidente de uma multinacional. Roberto pergunta aos alunos quantos livros eles lêem por ano e a maioria dos alunos diz que não lê nem um livro anualmente. O professor, então, fala sobre a importância da leitura e do aumento do vocabulário. Diz que há faculdades que dão bolsas de estudo para alunos que fazem uma boa redação. A aula ganha um tom de uma conversa informal e aos poucos o professor passa a dar conselhos aos alunos. Ele recomenda o estudo da matemática e fala sobre as competências que cada profissão exige. Diz ainda como os alunos devem se comportar nas outras disciplinas: “Quando vocês tiverem a oportunidade do professor pedir a opinião de vocês, dêem a opinião de vocês. Mas, tentem... Na minha disciplina não porque a gente está trabalhando isso com vocês, mas nas disciplinas como português, física, química, que o professor está explicando o conteúdo lá, se alguém começar a falar, falar... Perturba. Tem professor que fica perturbado com isso. E já começa a ficar nervoso, tem professor que dá até grito em sala”.

“Grito, dá crise, dá crise!” – diz um aluno em voz alta.

“Eu não vou entrar em detalhes em relação ao procedimento do professor, isso é falta de ética. Mas eu quero dizer para vocês o seguinte: a forma como vocês controlam o lidar com o professor é muito importante... Então, se vocês souberem se controlar o máximo possível... Não é questão de ficar vigiando o outro não. Tem que vigiar a si próprio. (...) É importante você começar a se controlar da forma de ser, quando um professor tiver falando, dando explicação...”.

A aula se encerrou com essa conversa informal. Antes de liberar os alunos, o professor Roberto fez a oração. “Senhor, tome a vida destes jovens nas Tuas mãos, que possa estar abençoando tanto a eles quanto as suas famílias. Que eles possam se despertar para as áreas, infinitas áreas, que eles possam crescer, aprender o que é importante para a vida deles. Toma as suas vidas nas Tuas mãos, abençoe-os, livra-os do mal, que eles possam entender a Tua vontade e praticá-la em suas vidas. Tenham uma semana abençoada na Tua presença. Deus abençoe vocês, uma boa semana. Até semana que vem”.

4º Tempo – 9:50 h : Turmas 1003 e 2005 assistiram aula juntas. 1º e 2º Anos, respectivamente.

O quarto tempo inicia com os alunos perguntando ao professor como será a avaliação. A resposta foi a seguinte: “Eu não vou passar trabalho, a minha avaliação... Vocês participando aqui é dez pra todo mundo. Aumentar o CR de vocês”. Após isso, o professor exhibe o vídeo com os depoimentos de jovens sobre a sua geração. Após a exibição do vídeo

Roberto passa uma outra fita, que trata sobre as inteligências múltiplas. A aula praticamente se esgota com a exibição dos vídeos, que serão discutidos na semana seguinte.

Oração: “Senhor, toma a vida destes jovens em tuas mãos, toma cada vida, cada família aqui representada. Que possa estar abençoando, guardando-os, protegendo-os, livrando-os do mal, que possa estar a Tua vontade sobre a vida deles, que eles possam... E que, Senhor, eles possam se desenvolver em todas as áreas de suas vidas, escolher uma profissão adequada a cada um, crescerem e se desenvolverem ao saírem aqui do colégio. Possam ser excelentes profissionais no trabalho. Obrigado por tudo, que possa estar abençoando a eles durante o restante dessa semana. Em nome de Jesus. Deus abençoe vocês, Amém!”

Dia: 16/05/2006

1º Tempo – 7:00 h : Turma 1008 – 1º Ano

A aula inicia com a exibição de um vídeo didático que trata sobre as inteligências múltiplas dos seres humanos. O professor pede aos alunos que prestem atenção e que anotem em um papel com qual das inteligências abordadas eles mais se identificam. O vídeo inicia chamando a atenção para a importância da teoria das inteligências múltiplas na educação brasileira, pois permitiu aos professores desenvolver um novo olhar para os alunos, no qual os estudantes podem ser percebidos com diversas competências e não mais apenas pela tradicional capacidade de escrever ou fazer contas. A teoria procura demonstrar que o cérebro humano apresenta diversificadas inteligências, podendo operar para cada ação diferentes competências. Segundo o vídeo existem oito inteligências: lingüística: trata da capacidade de se expressar e construir sentenças com maior perfeição e que facilitam a comunicação; lógico-matemática: associada à capacidade de usar os signos geométricos e matemáticos como linguagem universal; espacial: capacidade de localizar referências e objetos no espaço; sonora: também chamada de inteligência musical, muito ligada a propriedade do ouvir; cinestésico-corporal: inteligência do movimento e ação, apresentada frequentemente por grandes esportistas que dominam o equilíbrio e o movimento em relação ao espaço; naturalista: “ligada ao viver no qual se busca compreender a linguagem que está ligada a natureza... e a compreensão de toda a interdependência que rege os ecossistemas”; inteligência intra-pessoal: inteligência do auto-conhecimento, auto-estima e da leitura que o indivíduo faz de si mesmo; inter-pessoal: inteligência do outro, voltada para as relações sociais, como a solidariedade. É a inteligência de pessoas com enorme capacidade comunicativa.

O professor Roberto interrompe o vídeo para conversar com a turma e pergunta aos alunos o que eles entenderam. Um aluno diz que se identificou mais com a inteligência cinestésica. Roberto lhe diz a ele que isso significa que a mente dele “domina mais o corpo do que outras áreas”, mas que outras inteligências também podem ser desenvolvidas, como a lingüística. O professor diz que o aluno poderia terminar o ensino médio e seguir adiante para fazer uma faculdade de educação física. No entanto, alerta Roberto, se ele quiser ser bem sucedido na carreira, precisará desenvolver outras inteligências também, uma vez que todas elas interagem. Outro aluno participa da aula e diz que se identificou com a inteligência mecânica, o que é englobado por Roberto na inteligência espacial. Este aluno apresenta clara deficiência visual, o que é perceptível pelo modo como ele anda e se comporta. Roberto diz a ele que é necessário desenvolver a inteligência intra-pessoal, pois ela permite nos conhecermos melhor para identificar nossa limitação e capacidades.

Ele pergunta o seguinte para o aluno: “L., você lê Braille?”.

“Muito pouco” – responde o estudante.

“Entenda uma questão: é importante você tomar essa consciência porque exatamente por causa da sua limitação visual, que não te limita em outras áreas, até te sensibiliza em outros sentidos, (...), você deve ter a sua sensibilidade auditiva mais aguçada que o normal, geralmente é assim. Mas não quer dizer você não venha a desenvolver também o tato”.

“É, o tato eu já me desenvolvi muito bem” – diz o aluno.

“Então, o teu esforço de buscar um maior desenvolvimento na hora de leitura do Braille é importante para o teu desenvolvimento, teu crescimento. Até para você adquirir novos conhecimentos, não forçar mais a vista, por exemplo, para ver uma tela de computador. Então, é interessante essas questões do desenvolvimento da inteligência intra-pessoal, que é a inteligência do auto-conhecimento, pra saber o que você pode e o que você não pode fazer”.

Roberto volta a falar sobre a inteligência cinestésica e dá alguns exemplos. Os alunos começam a conversar e um grupo faz algumas piadas em voz alta. O professor retoma o controle da turma com a seguinte fala: “A questão maior para vocês entenderem esse exemplo que a gente está dando: nada na vida de vocês vai ser mole, vai ser fácil. Alguns nascem com maior facilidade, alguns nascem com a vida já garantida, ou seja, há pessoas na Suécia, na Suíça e em alguns outros países do mundo que os pais quando têm seus filhos... Tudo daquele filho é cuidado, até a profissão que ele teve. Ele vai ter do início até o final bancado, subsidiado pelo governo, até o doutorado dele. Agora se os pais decidem ter mais de um filho, aí o estado diz: ‘Desse a gente cuida, do outro você vai cuidar’. É uma determinação logística, uma determinação local, daquele país. No nosso país não, você teve

filho você se vire, cuide do teu filho, faz o que você puder. E a gente faz das tripas corações e não consegue muita coisa. Porque a gente não tem subsídio para nada”.

Um aluno faz uma intervenção: “Se virar bandido a gente mata!”.

O professor continua: “É a expressão que as pessoas usam, mas eu acho que também é um exagero. Eu acho que o cuidar tem muito a ver exatamente com dar um pouco de si para outra pessoa. Você tem um filho..., se você fizer sexo com uma outra pessoa e ela engravidar, ou você engravidar, e aí colocar o filho no mundo e dar para os outros cuidar. Ou vai dar para tua mãe ou teu pai cuidar. Vai ser uma coisa que você não vai ter uma trajetória de aprendizado. Tem uma fita que a gente vai passar mais tarde para vocês, não agora, sobre um casal, eles novinhos, ela devia ter uns dezoito anos, lá no interior, mas eles assumiram, os dois. E acabaram ficando juntos, tiveram o filho e continuaram a estudar. Só que a dificuldade para manter os filhos e os dois estudarem é muito grande. Aqui eu já vi, é o terceiro ano que eu estou aqui, eu já vi meninas engravidarem e abandonarem o estudo, desistirem. Porque começa a cuidar da criança, falta de emprego, falta de apoio para estar com o seu filho. Aí o que acontece? Assume, vai ter que assumir, alguém vai ter que assumir esta criança ou então vai ter que dar. Já vi também moças dando os seus filhos, nem querem ver como nascem. Se apegam, aí não vão querer dar, ‘Ah, eu não vou dar...’. Nem querem ver, aí arrumam uma pessoa para cuidar daquela criança. Por quê? Porque não pensou. Eu não estou colocando aqui a idéia, porque não é o meu pensamento, se vocês vão praticar sexo, use camisinha. Também é uma furada, porque a camisinha também pode rasgar, pode arrebentar. Eu estou colocando muito maior, a questão da sua preocupação de estar desenvolvendo áreas na sua vida que infelizmente a mídia tem colocado na cabeça de vocês fazerem coisas que não vai haver o controle”.

Roberto, após conversar um pouco mais com os alunos, encerra a aula com a prece:

“Senhor, nós queremos pedir pela vida desses jovens e das suas famílias. Dê para eles tudo aquilo que eles precisam ter para o seu desenvolvimento. Oramos em nome de Jesus, Amém”.

Dia: 16/05/2006

3º Tempo – 8:40 h : Turma 2003 – 2º Ano

A turma 2003 geralmente demorava a chegar na aula de ensino religioso por ter no tempo anterior aula de educação física. Era comum, então, a aula ter aproximadamente dez minutos a menos. Os alunos, além de atrasados, costumavam chegar ainda muito agitados, muitas vezes discutindo os motivos de quem ganhou ou perdeu no futebol – no caso dos

garotos. O vídeo foi exibido e ninguém prestou atenção, a turma ficou conversando. Ao término, os alunos pediram para que o vídeo fosse exibido novamente. O professor Roberto concordou, mas, enquanto retrocedia a fita, começou a falar e não passou novamente o vídeo das múltiplas inteligências. Como a turma estava de fato agitada, a aula transcorreu com conversa paralela durante todo o tempo. Houve bastante participação dos alunos, especialmente quando o professor perguntou quem dos garotos era o melhor no futebol, aproveitando a ocasião para falar sobre a inteligência cinestésica e a necessidade de desenvolver as demais inteligências. Além disso, Roberto recomendou o livro *Escolher profissões*, da editora Scipione, que estava disponível para xérox na pasta do professor, que fica fora do colégio. Roberto disse que a leitura do livro os ajudaria a desenvolver seu auto-conhecimento e a começar a pensar na profissão que desejam seguir. Para o professor, os alunos deveriam definir sua área de interesse no ensino fundamental e o ensino médio não deveria ser de formação geral como é o atual modelo no país. O professor avisa que na semana seguinte os alunos vão preencher alguns formulários para orientação vocacional.

O encerramento é feito com a oração: “Pedimos por cada um desses jovens aqui, que possa estar dando entendimento a eles, desenvolvimento mental, sabedoria, desenvolvimento emocional, intelectual, que eles possam crescer na Tua presença e na presença de (inaudível). Oramos em nome de Jesus. Amém”.

Dia: 16/05/2006

4º Tempo – 9:50 h : Turma 2005 – 2º Ano

A aula teve os mesmo conceitos dos dois tempos anteriores, com recomendações do professor para que os alunos desenvolvam várias inteligências, o que vai facilitar na escolha da profissão. Sempre percebi que o professor Roberto tem uma preocupação com a definição da profissão que os alunos querem seguir. Para Roberto, essa escolha tem que ser feita ainda bem cedo, no ensino fundamental, como mostra o trecho a seguir, quando o professor respondeu a uma aluna que reclamou já ter feito vários testes vocacionais e ter recebido resultados diferentes. Segundo Roberto, “O problema maior do Brasil é que a maioria das pessoas são genéricas, generalistas. Então, a gente é preparado desde pequeno para ser tudo um pouco. Tipo assim: você faz o ensino médio, você tem que aprender química, física, biologia, matemática, todo tipo de área de lingüística. E é equilibrado para todo mundo igual, o que não deveria ser. Vocês deveriam ter vindo desde a 8ª série, já definido pelo menos a área maior, se é área humanas, área biomédica, área de pesquisa, se é a área tecnológica...

Isso já tinha que ter definido desde o ensino fundamental. Quando vocês entrassem no ensino médio, vocês teriam turmas específicas”.

Outro aspecto muito comum nas aulas do professor diz respeito à diversidade de assuntos que são tratados. Roberto alterna de um assunto para o outro sem que haja necessidade de fazer conexões entre as questões abordadas. Nesta aula mesmo, após falar sobre a importância de definir as áreas do conhecimento que cada um quer seguir, o professor disse que na escola não se ensina pesquisa, não se “aprende a aprender”. Em seguida, deu o exemplo das pesquisas pela internet ao dizer aos alunos que ao buscar um assunto na rede, muitas páginas serão apresentadas e eles vão precisar filtrar, ou seja, aprender a pesquisar. Para Roberto, se os alunos não aprenderem a estudar, não vão conseguir compreender o que o professor ensina em sala. Neste ponto da aula, o professor inicia um novo assunto ao dizer que quando a maioria da turma não entende a matéria há um problema com o professor. Nas palavras do professor: “Agora, tem um outro lado, quando a maioria da turma está tendo dificuldades em compreender o que o professor está dizendo, aí já é problema do professor. Aí vocês têm que chegar: ‘Professor, olha, a gente quer conversar com o senhor. A gente está tendo dificuldade em entender o que o senhor está dizendo. Mas não é só eu não, é toda a turma. Um ou outro entende’. Está havendo alguma questão de comunicação, um problema de comunicação.

Roberto continua falando mais um pouco até que um aluno o interrompe e diz: “Professor, mas nem todos os professores dão liberdade para a gente conversar. Tem esse problema. Eles põem um critério e acham eles que estão sempre certos e a gente está sempre errado”.

Roberto: “Tá, aí entra o SOP (*Supervisão e Orientação Pedagógica*) na jogada. Ou seja, quando não há diálogo, estou ensinando para vocês como proceder. Quando não há diálogo entre professor e aluno, o aluno tem que criar um grupo, junto com o líder da turma, ir ao SOP e dizer: ‘Nós estamos tendo problemas com o professor tal’”. “... se o SOP não resolver, você tem que conversar com a direção, marcar com a direção. É séria a questão, isso não pode passar despercebido. Gente, da mesma maneira que o professor tem todo o direito de exigir de vocês o conhecimento que ele passou e ensinou para vocês, vocês tem o direito de buscar no professor o ensino, a explicação devida. Se o problema é de tato, empatia, então tem que haver uma melhora de um lado e do outro.

A aula continuou com conselhos do professor sobre como os alunos deveriam se relacionar com outros professores. No final, houve a oração: “Senhor, nós pedimos neste momento que abençoe estes jovens, esteja com eles, com suas famílias, que eles possam se

desenvolver em todas as áreas as suas vidas, emocionalmente, intelectualmente, espiritualmente, todas as áreas. Que possa estar levando-os, dando oportunidade para que eles cresçam, amadureçam. Obrigado por tudo. (trecho inaudível). Oramos em nome de Jesus. Amém. Agradeço a vocês, até semana que vem”.

Dia: 22/05/2006

Este dia foi dedicado ao preenchimento de uma série de questionários para iniciar o desenvolvimento de um trabalho de orientação vocacional. Somente os alunos do 1º ano do ensino médio participaram, pois fazer cópias de todo o questionário para todas as turmas da manhã ficaria muito caro. O professor Roberto me disse em conversa particular que esta atividade estava dentro do seu plano de permitir que os estudantes conhecessem a si mesmos. Os formulários preenchidos seriam encaminhados ao SOP, que em conjunto com o professor Roberto faria a orientação vocacional de cada aluno. Esta atuação conjunta com o SOP não ocorreu. Os alunos preencheram o questionário, o devolveram ao professor e não mais tiveram contato com a atividade. O questionário era bastante abrangente e envolvia muitos aspectos da vida de um estudante. Os dois primeiros itens tratavam sobre informações gerais do aluno e de seus familiares, como o número de membros de sua família, profissão dos pais, número de irmãos, tipo de residência – se própria ou alugada –, situação econômica da família, qualidade e defeitos dos pais, tipo de relacionamento entre o aluno e os pais, etc. O terceiro item consistia de perguntas sobre o estado de saúde do estudante, abrangendo sua altura, peso, defeitos ou deficiências, doenças crônicas, cirurgias realizadas, força física e energia no cotidiano, etc. O quarto item tratava de problemas e dificuldades dos adolescentes. O questionário buscava investigar principalmente problemas nos estudos, sociais e afetivos e como o aluno resolvia seu problema – com quem conversava e se contava com apoio da família. O quinto item abordava a educação acadêmica do estudante ao procurar levantar as escolas já frequentadas, aproveitamento escolar, repetências, cursos de línguas extracurriculares, disciplinas com maior e menor afinidade e hábitos de estudo. O sexto item procurava compreender os interesses e atividades habituais dos alunos, como associações e clubes de que participam, hobbies, tipo de diversão preferida, livros lidos recentemente, jornais e revistas que lêem habitualmente, etc. O sétimo item tratava sobre aptidões, apresentando uma lista de atividades profissionais que deveriam ser marcadas pelo aluno em caso do mesmo acreditar possuir as aptidões necessárias para desenvolver determinada profissão. O último item abrangia a vocação e ideais de vida do estudante. O aluno era estimulado a pensar na sua profissão e fazer planos para o futuro.

O preenchimento dos questionários tomou a aula toda e eu mesmo ajudei o professor na orientação dos alunos. Como Roberto me disse e, de fato, pude comprovar, muitos estudantes ignoram aspectos básicos de suas vidas, como profissão do pai, renda familiar, situação do imóvel onde vive – alugado ou próprio –, atividade exercida pelo irmão ou irmã mais velho. Para o professor Roberto, o ato de se deparar com essas questões já desperta novos interesses nos alunos.

Não houve oração.

Dia: 30/05/2006

2º Tempo – 7:50 h : Turma 1006 – 1º Ano

O vídeo didático exibido neste dia é sobre o tabagismo entre adolescentes e jovens. O professor pede aos alunos que prestem bastante atenção. No entanto, a turma está agitada e Roberto precisa pedir silêncio durante a exibição da fita. O vídeo é muito explicativo e aborda vários aspectos do cigarro, como sua composição química, efeito de substâncias como a nicotina e o alcatrão no corpo humano, dependência causada, doenças decorrentes como câncer, estatísticas de morte no mundo por causa do fumo, a questão do fumante passivo, etc. Há também depoimentos de jovens que contam porque começaram a fumar, assim como suas tentativas de abandonar o cigarro. Alguns médicos dão depoimentos e explicam tratamentos que ajudam a largar não apenas o cigarro, mas também as drogas como cocaína e crack. O vídeo explica as fases por que passa o corpo humano após deixar de consumir a droga, alertando que é normal uma pessoa ter recaídas e apenas conseguir deixar o cigarro depois de três ou quatro tentativas. A mensagem final é de encorajamento àqueles que hoje fumam e que desejam largar definitivamente o fumo.

A exibição da fita tomou todo o tempo da aula. O professor Roberto apenas conversou rapidamente com a turma: “Eu espero que vocês tenham aprendido alguma coisa, que captaram alguma coisa. O nosso interesse aqui é o crescimento de vocês, é a saúde de vocês. A gente quer ver vocês crescendo, se desenvolvendo. No meu ponto de vista vocês são esperança, eu quero fazer o máximo possível para ajudar vocês, em todos os sentidos. Se você fuma, mais tarde a gente vai assistir sobre a bebida também, as causas e conseqüências da bebida, do alcoolismo. Se tiverem algum problema nessa área podem me procurar, eu trabalho em uma ONG, ajudo outras pessoas também, tenho acesso a outras ONGs que podem ajudar você a vencer esse problema dos vícios. É só nos procurar que a gente ajuda, tanto a nível de bebida, fumo ou mesmo drogas alucinógenas, também tem como encaminhar vocês. Vamos orar nesse momento aqui para a gente pedir a Deus ajuda. Senhor, nós pedimos

nesse momento ajuda para cada um desses jovens, para o crescimento deles, daquilo que eles precisam realizar para o desenvolvimento em suas vidas. Que possa estar dando crescimento em todas as áreas. Que aqueles que ainda fumam possam ter coragem, possam ter força para se desenvolverem, para vencerem esse vício, (inaudível), se tornarem pessoas evoluídas, crescidas, para melhor saúde deles mesmo. Orienta, Senhor, resguarde-os, proteja-os, em nome de Jesus. Amém”.

Dia: 30/05/2006

3º Tempo – 8:40 h : Turma 2003 – 2º Ano

O vídeo sobre tabagismo é exibido e toma quase todo o tempo de aula. O professor Roberto apenas conversa por alguns minutos com a turma, oferece ajuda aos que estiverem envolvidos com algum tipo de droga e recomenda que os alunos não aceitem se tornar fumantes passivos. Para Roberto, a situação do fumo em lugares públicos melhorou muito nos últimos anos. Ele diz que hoje não se vê mais pessoas fumando dentro das linhas de ônibus, o que para ele é um avanço.

A aula termina com a oração: “Senhor, (inaudível), que possa estar abençoando esses jovens, se por um acaso há um deles que depende de algum tipo vício, seja ele fumo, bebida ou outro tipo de drogas, alucinógenos. Que possa estar ajudando-os a vencerem, a serem vencedores, a pararem de usar este tipo de drogas. Que este vício possa estar tomando... (inaudível). Fazendo que eles cresçam na Tua presença. Dê para eles saúde mental, física, psíquica, emocional e espiritual. Oramos em nome de Jesus. Amém”.

Dia: 20/06/2006

A palestra da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – conhecida popularmente por Fundação MUDES – foi a primeira de três palestras que ocorreram em 2006 sob a coordenação do professor Roberto e que tinham relação com o projeto traçado pelo fórum permanente de estudos juvenis. Especializada em recursos humanos, treinamento e qualificação de pessoal, a Fundação MUDES seleciona profissionais jovens de nível médio e universitário com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho, geralmente em uma vaga para estágio remunerado. Interessada nos alunos do colégio, graças à boa reputação da escola e qualificação dos alunos, a Fundação procurou a diretora adjunta do turno da manhã com a proposta de realizar um treinamento chamado de *Projeto Qualificar (Módulo I – Sua Imagem e Seu Sucesso)*. A diretora adjunta logo encaminhou a fundação MUDES para conversar com o professor Roberto, pessoa que assumiu aos poucos a

centralização de trabalhos extracurriculares. Como o primeiro tema do fórum era exatamente a orientação para a profissão, a palestra da Fundação se encaixou perfeitamente nos objetivos daquele momento. A proposta da Fundação MUDES era de ensinar os alunos a preparar um bom currículo e de dar orientações sobre como se comportar em dinâmicas de grupos e entrevistas. A palestrante que foi ao colégio, Sra. Célia, coordenadora da área de qualificação profissional, teve em média 40 minutos por turma para dar todo o treinamento. Devido ao pouco tempo e a grande quantidade de informações, as palestras foram todas muito semelhantes em seu conteúdo, com pouco espaço para participação e perguntas dos estudantes. Eles ouviram, com muita atenção, durante a maior parte do tempo. Creio que este foi o projeto que acompanhei que mais despertou o interesse dos alunos, pois os vi realmente concentrados e anotando as dicas e orientações. Após a palestra, os alunos preencheram um formulário de estágio para concorrerem às inúmeras vagas de meio período, como estágios em redes de fast food, escritório de advocacia, lojas de roupa, bancos e shoppings, realizando funções de caixa, de limpeza, de office-boy, vendedor, etc.

O projeto da Fundação MUDES foi rápido e breve, mas gerou muita mobilização na escola, praticamente todos os alunos preencheram as fichas de estágio. Esta palestra encerrou o tema da profissão proposto pelo fórum permanente de estudos juvenis.

Dia: 01/08/2006

Neste dia não pude ir ao colégio. O professor apenas deu um texto aos alunos para que fizessem a leitura. A discussão foi feita na semana seguinte. Como se trata um texto pequeno, vou reproduzi-lo. Optei por não corrigir os erros de português que encontrei.

O sentimento do outro

De todos os sentimentos, o mais aniquilador, amedrontador e difícil de controlar é o sentimento do outro. Aliás, o outro é ele e és tu.

- Ele é realmente o outro ou parte tua que não queres ser, saber, ver ou aceitar? Tu és o outro para os outros, logo é igual a ele. Todos somos *outros*. E no entanto o outro invade, ameaça, irrita, machuca etc.

O sentimento do outro quantas vezes te faz parar meditar, deixar de fazer o melhor que tens ou podes, só porque o outro é o mistério que te ameaça. E por que o outro te ameaça? Porque ele é tu. Quanto maior teu sentimento do outro, mais sentirás o melhor e o pior que tens, que és.

O sentimento do outro não é sentir por ele. É saber porque ele sente. É avaliar o como e o quanto ele sente

O sentimento do outro vai obrigar-te a ceder, a entender; vai atrapalhar-te a realizar teus planos, teu desejo, tua vontade.

O sentimento do outro é aquilo que é mais prático não ter. Mas que, em o tendo, não podes deixar de exercer controle sobre ele. Senão sofres. Senão adoeces.

O sentimento do outro, calará tua voz, impedirá tua vitória, teu sucesso, tua eficiência. – Cuidade com ele! Quanto maior, mais anulador! Quanto mais anulador, mais cheio de grandeza!

O sentimento do outro fará ser tua a culpa do que não deu certo. E fará ser dele a glória do que acertou. O sentimento do outro te exigirá nervos, músculos e uma paciência de Jó. Quanto mais o outro o perceba em ti, mais ele te invadirá, cobrará, exigirá, até quando, exausto, ainda consigas tirar forças do teu cansaço para, mesmo assim, prosseguir.

O sentimento do outro é tua glória e tua tragédia! Tanto mais o terás quanto encontres em ti os escaminhos escurecidos do que és e, ao mesmo tempo, as luzes do que, ainda puro, brilha em ti.

O sentimento do outro é aceitar que te chamem estúpido, ingênuo, idota, ou coisa mais grave como conciliador, apasiguador ou *santo*, quando sabes não ser nada disso. É deixar sem ódio ou mágua o equívoco a teu respeito, até que o tempo se encarregue de o desfazer.

O sentimento do outro é aceitar por que razão o outro (por mais que o queira), não pode confiar em ti. É porque ele faz de ti o outro e, portanto, ele mesmo; talvez por isso não te (se) sintas, percebas ou reveles.

O sentimento do outro te fará farrapos, humilhações, ataduras e esparadrapos existenciais; retornos solitários para casa; artesão de impossibilidades, moleque esperto e de valor. O sentimento do outro te fará ser chamado de burro, de débil, de complicado, de indeciso, de vazio, talvez até te cusquam no rosto. Ou se virem de costas, com horror da tua lucidez ou medo da limpidez de tue olhar. O que é limpo espelha. O que é espelho amedronta. Lembre-se: O OUTRO É ESPELHO QUE REFLETE QUEM TU ÉS.

O sentimento do outro é o conteúdo do Amor ao Próximo. Portanto: Amarás ao próximo como a ti mesmo. O amor não faz mal ao próximo (Rm 13.10).

Dia: 08/08/2006

Como habitualmente, cheguei cedo ao colégio para acompanhar as aulas de ensino religioso. No entanto, o professor Roberto teve um problema com o seu carro e só pôde chegar para dar aula no quarto tempo, logo após o recreio dos alunos. Assim que chegou Roberto me contou que teve uma semana difícil devido ao falecimento de seu sogro.

4º Tempo – 9:50 h : Turma 2005 – 2º Ano

A aula iniciou e a sala estava praticamente vazia, havia no máximo seis alunos e estavam todos muito próximos do professor e de mim, como em uma conversa informal. Uma aluna diz que tem uma pergunta para fazer ao professor. Chamarei a aluna de Érica. A estudante conta que ocorreu um problema com uma professora na prova que ela fez. Segundo Érica, a professora havia avisado aos alunos que respostas na prova que estivessem a lápis não teriam direito à revisão. Érica faltou no dia que foi dado o aviso e fez sua prova a lápis e somente no final passou à caneta. No entanto, por falta de tempo, a aluna deixou uma questão

a lápis e alega que a professora apagou o que havia escrito e escreveu por cima suas correções, anulando a questão da aluna. Mais tarde, a aluna diz que a professora admitiu perante toda a turma que apagou mesmo a questão. Érica diz ainda que no primeiro bimestre faltou a um trabalho e ganhou zero porque a professora não quis dar segunda chamada. A estudante não havia tentado dialogar com a professora e disse que, se a situação não fosse resolvida, ela e a mãe iriam à secretaria de educação. Érica quer saber do professor Roberto como deve proceder. Roberto diz à aluna que a situação é difícil e que ela deve ir ao SOP conversar com a orientadora responsável, pois é direito do aluno ter segunda chamada em caso de ausência e este não deve aceitar a proposta de repetir a média de um bimestre em outro. Ao tomar conhecimento de que a professora admitiu ter apagado a prova diante de toda a turma, Roberto voltou a reforçar que a questão devia ser mediada pelo SOP e que Érica não deveria nem conversar com a professora. A aluna está claramente irritada com a situação e aparenta ser uma pessoa agressiva e que não procura escolher as suas palavras ao tratar de um assunto controverso. Provavelmente por perceber isto, Roberto recomenda que Érica modere sua forma de falar com as pessoas se quiser ser escutada e atendida. A aluna reconhece que tem uma personalidade explosiva e dificuldade para se controlar. É somente então que Roberto faz a conexão do texto proposto com o rumo que a aula tomou:

“Exatamente o texto fala sobre isso, o outro é você, é o sentimento do outro que você tem pela pessoa. Na realidade o que aconteceu com você e a professora já criou um constrangimento, tanto teu para com ela quanto dela para com você. E cada um argumenta da sua forma as possibilidades de estar correto. Então quando a gente discute os sentimentos das outras pessoas, a gente tem que se colocar no lugar delas também, para saber o que elas estão pensando”.

Érica: “Até mesmo saber se controlar, né? É uma coisa quase impossível”.

Roberto: “Não, não é quase impossível, depende do temperamento de cada pessoa”.

Érica: “Você saber aceitar a diferença dos outros sem falar assim o que você pensa... Eu não consigo”.

Roberto: “No meu ponto de vista, eu tenho meus limites. Eu tento viver de uma forma que ninguém venha me acusar de nada. Eu, particularmente, durante esses quase... 4 de agosto foi meu aniversário, fiz 46 anos. Junto com isso infelizmente, vocês não sabem, mas faleceu meu sogro dia 3 e nós sepultamos meu sogro no dia 4. Presentão... Mas, a gente está aqui neste mundo para servir e lá no sepultamento, fizemos um culto porque ele era uma pessoa que pertencia ao corpo de Cristo, à Igreja. Tivemos mais de dez pastores lá falando...”

Aluna: “Você é de quê Igreja?”.

Roberto: “Batista”.

Aluna: “Qual?”

Roberto: “Do Méier”.

Aluna: “Ah, ela é boa. Ali na....”.

Roberto: “Isso. Aí nos estivemos lá, todo mundo falou, veio gente de fora, de São Paulo. Tivemos que embalsamar o corpo dele do dia 3 para o dia 4, para não ter problema nenhum de cheiro. O sentimento que a gente tem nessa hora, olha, ninguém acreditou. Lá na frente, às vezes, falava devagarzinho, me segurava porque vinha a vontade realmente de prantear, de chorar, mas, a gente segurava, respirava fundo. Então, às vezes a gente tem que viver uma vida tranqüila, a gente precisa ser e procurar ser o melhor, para ninguém vir acusar a gente”. Uma aluna interrompe e diz que de qualquer maneira alguém sempre vai acusar alguém, e que ela sempre pensa primeiramente nela para somente depois pensar no outro. Roberto concordou com a aluna e respondeu: “Para a gente procurar entender o próximo a gente tem que entender a gente mesmo. Pra gente conhecer o próximo a gente tem que conhecer a gente mesmo. Não adianta, é um processo. Por isso a leitura deste texto. O outro é você, gente, diante de uma outra pessoa. Você sempre vai ser também o outro. Então, entenda a questão, é uma situação que esse texto retrata a realidade do dia-a-dia da gente. Então, você procurar ser o que você tem que ser e da melhor maneira possível é muito importante porque se as pessoas vierem te acusar, simplesmente eu diria: ‘Prove’, na tranqüilidade. Como a pessoa vai estar isolada, a não ser que ela declare em falso testemunho. Mas, eu acho que a forma da gente pensar e agir, o nossos pensamentos... Existem três aspectos importantes no ser humano: pensamento, ação e atitude. Vamos tentar destrinchar essas coisas? O que é pensamento? Tem alguém do teu lado, que você está perto dela, você detesta essa pessoa, não se dá bem com ela, mas, você está do lado dela. É um pensamento. A tua ação depende do teu pensamento. Atitude é que nesse processo vai determinar as tuas ações. As tuas atitudes, que têm a ver com teu caráter...”

A porta da sala é aberta e toda a turma entra para assistir a aula. Os alunos preferiram não ir à aula de ensino religioso neste dia, mas a diretora adjunta fez com que todos entrassem em sala. Uma aluna, ao entrar na sala minutos antes da maioria, disse: “A dona V. mandou todo mundo vir pra cá”. “Então vem pra cá, estou esperando vocês” – respondeu Roberto. Ao chegar o restante da turma, o professor brincou: “Mas que turma grande! De repente, apareceram!”. Como sempre fez, Roberto deixou os alunos entrarem depois do horário sem problemas e retomou alguns assuntos já trabalhados, como o falecimento de seu sogro e “a dificuldade do jovem não ficar tranqüilo em relação ao sentimento do outro”.

Roberto diz aos alunos que em primeiro lugar eles devem olhar para si mesmos, pois só é possível amar ao próximo se antes você amar a si mesmo. O professor lê um trecho do texto que diz que “o sentimento do outro não é sentir por ele”, exemplificando essa passagem da seguinte maneira: “Eu lá no sepultamento dirigi, eu sou pastor também, tivemos mais de dez pastores lá...”.

Aluna: “Professor, eu nunca fui num enterro, assim, evangélico”.

Roberto: “Agora, nós dirigimos lá, participamos, eu tive meu sentimento em relação ao meu sogro. Eu tenho ainda. Mas eu nunca vou poder me colocar ou sentir o sentimento da minha esposa pela perda do pai. Eu vou ter que estar do lado dela apoiando-a, pelo sentimento que ela teve. Simplesmente o ficar calado muitas vezes é a melhor coisa que existe. A maioria aqui talvez não conheça, mas existe uma história que conta de um indivíduo que teve um sonho, e nesse sonho ele estava passando momentos tranquilos na vida dele. E no caminhar no sonho dele tinha essa sensação, ao caminhar na praia”.

Aluna: “Pegadas na areia”.

Roberto: “Isso. Aí ele sentia Jesus caminhando com ele ao lado dele nos momentos de alegria. Mas, quando ele estava caminhando, ele começou a sentir como se ele tivesse triste, sozinho. Aí ele olhou para o lado, Jesus não estava. Aí olhou na areia, olhou para trás, só viu umas únicas pegadas de uma única pessoa na areia. Aí ele reclamou: ‘Deus, no momento que eu estava feliz, você estava do meu lado, no momento que eu estava triste, Tu não estavas do meu lado’. Aí Deus respondeu para ele: ‘Bem, no momento que você estava feliz eu estava do teu lado, no momento que você estava triste, precisando, eu estava te carregando no colo’. Então, no momento em que você está precisando, ter um ombro amigo, um ombro de uma pessoa amada é importante. Ao mesmo tempo acontece com você como outro, quando você for o outro, na necessidade, quando você estiver precisando. Ter alguém que você possa se apoiar é importante. Então, é importante nós olharmos para o outro também nos colocando no lugar dessa pessoa, não que eu sinta no lugar dela, não é isso. É o que diz aqui: ‘o sentimento do outro não é sentir pela pessoa’, eu não posso me colocar no lugar da minha esposa, eu tenho meus próprios sentimentos, mas eu vou estar do lado dela apoiando-a naquilo que ela precisar. E ela vai sentir em mim o apoio que ela estava precisando. Quando nós trabalhamos dessa maneira, a gente começa a amar o próximo como a nós mesmos”.

A aula seguiu por mais alguns minutos com o professor conversando com os alunos sobre o texto, até que uma aluna o interrompeu e perguntou: “Professor, e se uma pessoa te xingasse, qual seria a tua reação? Você respeita aquela pessoa, aquela pessoa do nada, poxa professor, eu nunca xinguei aquela pessoa, aí a pessoa vem e te xinga!?”.

Roberto respondeu: “Em primeiro lugar, meu primeiro pensamento em relação a uma pessoa que age dessa maneira comigo: ela está doente. Segundo: ela precisa de ajuda. Por quê? Porque quando uma pessoa reage desta maneira ela está dizendo assim: ‘Socorro, me ajude’”. O sinal bate e a aula acaba com a oração: “Senhor, toma a vida desses jovens e suas famílias. Porque, Senhor, eles ... (inaudível) ... na Tua Presença. Oramos em nome de Jesus. Amém”.

Aluna 1: “Só? Oração rápida”.

Aluna 2: “Rápida e espontânea”.

5º Tempo – 10:40 h : Turma 1003 – 1º Ano

As aulas do professor Roberto são muito difíceis de acompanhar, pois, como já comentei, ele muda de assunto e conecta diferentes temas de maneira inesperada. Cada turma que assiste a uma mesma aula ouve diferentes histórias e até mesmo explicações. Há, sem dúvida, idéias semelhantes que norteiam o pensamento do professor, mas a impressão que passa é que ele está criando seu discurso no momento em que a aula acontece. E pode falar de qualquer outro assunto se a interação com os alunos e a participação dos mesmos permitir, como no caso da aluna que teve problemas com a professora por causa da questão na prova que foi apagada.

Roberto comenta nesta turma o exemplo do xingamento que foi debatido no final do tempo anterior, sobre o qual diz o seguinte: “Essa pessoa está com algum problema, está doente. Segundo, ela está gritando por socorro. ‘Me ajude, eu preciso de ajuda’. A minha reação vai ser tentar ajudá-la. Qual é o problema, qual é o teu sentimento? O que está acontecendo na sua cabeça que você agiu daquela maneira? Porque, gente, a ação de uma pessoa, a vergonha fica na cara de quem fez. Quem age de uma maneira errada para com outro, a vergonha vai ficar na cara da pessoa. Então se você reagir contra ela e ela estando em uma situação de problema que ela esteja vivenciando, quem no final das contas vai sair como vítima não vai ser você, vai ser ela. É interessante o que a lei diz. A lei fala assim: a reação diante de uma situação tem que ser no nível daquela pessoa, não mais. Por exemplo, vamos imaginar, eu, fraquinho que jeito que eu sou, chego para um cara, uma montanha, um cara meio caminhoneiro, meio grandão, (*inaudível, mas seria dito algum tipo de ofensa*). Aí o cara olha pra mim e diz: ‘Coitado dele, coitadinho dele’. Agora se ele for um cara estourado, ele vai me quebrar ou me matar, se eu não sair correndo antes... . Agora a lei diz que a reação dele tem que ser no mesmo nível que eu fiz, ou seja, para ele a minha ação foi uma mosquinha pousando nele. A mesma coisa, chega um cara diante de mim, um bêbado, aí se

esbarra em mim, vai querer brigar comigo. Aí, vamos dizer que eu fosse um cara estourado, eu ia lá dou um tapa daquele. Aí vira, bate a cabeça no chão e morre. Homicídio culposo, não doloso porque eu não planejei. Mas culposo. Matei o cara, ‘Ah, mas ele me agrediu’. Não importa, você vai pagar, não foi legítima defesa. Porque o cara estava bêbado, estava fora de si. (...) Então gente, o sentimento do outro é uma coisa muito delicada, é você saber lidar com o outro, se colocar no lugar do outro. É você estar apoiando naquilo que precisar. (...) Se você vê uma pessoa que está triste com a perda de alguém, a gente não tem muito o que falar. Nós, ocidentais, criamos a expressão “meus sentimentos”, “meus pêsames”. É uma expressão muitas vezes superficial, não diz muita coisa. Porque uma pessoa que faleceu, “meus sentimentos, meus pêsames”. Ela não está sentindo o que o outro está sentindo. Não chega nem aos pés do que o outro está sentindo. Às vezes um aperto de mão, não falar nada, um abraço, diz muito mais do que simples palavras. Então quando uma pessoa vir a você, seja com alegria ou tristeza, procure saber o porquê. Ou com agressividade, dê uma parada. Claro que você vai se defender, ninguém é (inaudível) suficiente de levar um tapa e... Só Jesus Cristo porque ele é o Senhor, é o Salvador. Ele teve que levar as nossas cargas, os nossos pecados. Ele deu a outra face. Eu acho que a questão de dar a outra face é uma questão de maturidade muito grande, desenvolvimento espiritual muito grande. Eu mesmo, sendo pastor, tendo muitos anos de vida cristã, se alguém me der um tapa na cara, eu não reajo, mas também não vou dar o outro lado”. A aula é interrompida por uma aluna que entra na sala, mas logo o professor retoma a fala: “Então, a gente logo coloca, a gente fica na nossa, tranqüilo, qual o problema, mas, você dar a outra face é complicado. Vamos tentar ser o melhor possível com as outras pessoas. Eu sei que hoje o mundo está complicado, a gente ora ou outra a gente vê pessoas sendo agredidas, mortas. Se a gente vive uma vida com tranqüilidade, tenho certeza, essa vida vai ser muito melhor. Alguém quer dar uma palavra? Senhor, nós colocamos a vida desses jovens na Tua presença. Que eles possam crescer, se desenvolverem na Tua presença, se tornarem jovens amadurecidos, tanto físico, psíquico e espiritualmente. Oramos em nome de Jesus. Amém”.

Dia: 15/08/2006

A segunda palestra organizada pelo professor Roberto para o “fórum” ocorreu no auditório do colégio, onde é possível abrigar um número grande de alunos. Roberto conseguiu junto à direção suspender as aulas depois do recreio e mobilizar todas as turmas para assistir a esta palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e métodos contraceptivos. As turmas de 1º ano foram todas reunidas e foram as primeiras a assistir ao

palestrante, seguidas pelas turmas de 2º e 3º anos. O Dr. Rogério Ciminelli Fortes foi o médico ginecologista responsável pela palestra, juntamente com uma enfermeira e dois representantes do laboratório de medicamentos Eurofarma. Conversando com os representantes, apurei que o projeto é uma iniciativa do laboratório Eurofarma, que estabelece parcerias com médicos e hospitais para que se realizem palestras de orientação e conscientização com respeito aos cuidados sexuais. O projeto não é voltado apenas para o público adolescente e jovem, pois este tipo de ação ocorre também com funcionários de empresas de ônibus e indústrias. Naturalmente, todos os produtos que são apresentados e divulgados à platéia são do laboratório Eurofarma. Assim, é um projeto que congrega divulgação de produtos e orientação de pessoas ao mesmo tempo. No caso do colégio, a responsável pelo programa me disse que fez uma visita a um hospital próximo à escola e decidiu entrar no colégio para oferecer a palestra. Ao ser recebida pela diretora geral, professora Marta, a representante da Eurofarma foi encaminhada ao professor Roberto, que conciliou a palestra à temática da saúde que naquele momento era iniciada no cronograma do “fórum”.

O Dr. Rogério é um médico que se expressa muito bem e utiliza a linguagem do jovem, o que provavelmente facilitou o envolvimento dos alunos que, de fato, prestaram bastante atenção. O médico disse aos alunos que não iria dar aula, preferia conversar como se fosse um bate-papo. Utilizando cartazes, banners, panfletos e modelos em plástico de órgãos humanos, o Dr. Rogério conduziu a palestra com duração de uma hora de maneira calma, firme e alternando momentos de seriedade com outros de descontração, sempre transmitindo muita informação. Ele disse aos alunos que o que preocupa mais hoje na saúde pública é o alto índice de meninas de 12 e 13 anos que engravidam e apresentam doenças sexualmente transmissíveis, como aids e hpv. Antes de comentar as doenças, o Dr. Rogério dá um recado aos alunos: “Vocês iniciarem a vida sexual aos doze anos, apesar de eu achar que ainda são muito novinhos, mas não é o problema hoje. Iniciar aos treze anos, relação sexual é uma coisa boa, todo mundo gosta, eu gosto, vocês gostam. Eu acho que só quem não gosta são os pais de vocês, mas isso por serem pais. Relação é uma coisa natural. Agora, tem que ter segurança”. O ginecologista explica as características de cada doença e suas fases no homem e na mulher, como a sífilis, cranco mole, condiloma, herpes genital, candidíase, gonorréia, hpv, aids, etc. Dr. Rogério recomendou às alunas a procura de um ginecologista sempre que tivesse alguma dúvida, orientando para jamais se “consultar” com uma amiga. No decorrer da palestra o médico dava suas opiniões e é interessante perceber que mesmo um profissional desta área tem idéias que estão enraizadas no senso comum. Por exemplo, enquanto falava da

doença condiloma, ele disse: “E isso tudo, gente, 80% a gente sabe que... O homem é que passa isso, nós homens somos muito mais promíscuos do que as meninas. A gente sabe que homem tá aqui, tá ali, tá com a namorada, tá com a amante, tá com a vizinha, tá com isso, tá com aquilo. Mas não quer dizer que a primeira infecção pode ter surgido de uma promiscuidade da mulher. Hoje, com esse advento muito cedo, a menininha muito cedo, aos doze anos, eu já fiz um parto de uma menina de doze anos, ela não tinha nem seios, ainda brincava com a bonequinha dela, já estava lá tendo o neném. Isso é uma coisa muito dolorosa para nós médicos. Ao invés de estar aqui, estudando, aproveitando sua juventude, está lá, com um filhinho para criar, tendo que ter uma responsabilidade muito maior do que ela deveria ter lá aos seus vinte anos. Mas isso nós vamos falar dos métodos contraceptivos”.

Sem dúvida, a maior preocupação do médico foi tentar fazer os alunos entenderem que eles precisam usar preservativos e métodos contraceptivos nas suas relações. Para isto, amostras foram exibidas: camisinha masculina, camisinha feminina, molde de útero, molde de um pênis, espermicida, pílula anticoncepcional, pílula do dia seguinte, lubrificante íntimo, anticoncepcional injetável, dispositivo intra-uterino (diu), etc. A palestra prosseguiu com enfermeira apresentando cada método e o médico explicando-os. No momento em que explicou como funciona a pílula, o médico foi enfático: “Todo mundo acha que pílula é igual. ‘Ah, você toma qual?’. (...) Por isso que não é a amiga que passa pílula, médico é que passa pílula”.

No final de cada palestra o Dr. Rogério ofereceu auxílio gratuito a todos os adolescentes no hospital em que trabalha. A palestra teve efeito imediato, principalmente entre as alunas. Vi várias estudantes conversando com o ginecologista, duas inclusive choraram, pois estavam com alguma doença. Entre os alunos, havia uma clara timidez. Foram poucos os que chegaram perto do médico ou das amostras que eram exibidas em uma mesa. A maioria foi embora e os que chegavam, em grupos de dois ou três, faziam piadas.

Dia: 22/08/2006

O professor Roberto decidiu realizar uma dinâmica com os alunos. Nos dois primeiros tempos ele mesmo comandou o processo. Depois, pediu para que eu fizesse a dinâmica com as turmas, pois ele precisava resolver alguns assuntos junto à direção. O trabalho foi simples: cada aluno recebeu uma folha de papel e escreveu de um lado uma qualidade e do outro um defeito – não físico, mas de personalidade. As folhas, que não tinham identificação, foram embaralhadas e trocadas entre os alunos, que deveriam dar um conselho ao outro a partir da

qualidade e defeito que estava no papel que receberam. Não esperava que os alunos se entusiasmassem com esta dinâmica, mas eles de fato participaram e foi fácil conduzir a aula.

Dia: 31/08/2006

A palestra sobre drogas e violência foi dada pelo Grupo Biologia e Saúde, que faz palestras para jovens para conscientizá-los sobre a necessidade de exercer o que se chama de medicina preventiva. Desta vez, dois palestrantes se dividiram e duas palestras aconteceram ao mesmo tempo por segmento. Pela primeira vez ouvi uma crítica sobre alguma atividade promovida sob a organização do “fórum”. Uma aluna, duas semanas depois, veio conversar comigo e disse que não gostou da palestra e do palestrante, reclamando do tom agressivo que ele utilizou. De fato, o palestrante falava alto e agressivamente, não dando nem tempo para os alunos pensarem no que era dito. Não classifico a palestra como de medicina preventiva, pois pouco se falou sobre o tema. O palestrante estava mais preocupado em orientar os alunos para um tipo de comportamento que ele considera correto, mostrando-lhes como funciona a vida e como eles podem fazer para superar as dificuldades – um discurso em alguns momentos próximo ao do professor Roberto, mas com um grau de agressividade e imposição muito diferentes. Apenas alguns dados sobre álcool e maconha foram expostos. Os alunos, depois de serem ameaçados de expulsão do auditório, fizeram silêncio e ouviram o que o palestrante tinha a dizer. Não creio que a palestra que presenciei do Grupo Biologia e Saúde seja uma referência do trabalho que esta organização realiza, pois me pareceu que houve uma atitude individual e isolada do palestrante que abordou o tema e conversou com os alunos. Também não acho que a palestra seja representativa para o tipo de trabalho que o “fórum” busca consolidar.

Dia: 10/10/2006

A Universidade Veiga de Almeida (UVA) organiza um programa de visitação de estudantes ao campus universitário e anualmente convida estudantes de diversas escolas para participar do *Projeto Vivenciando*. A idéia central é levar os alunos do 3º ano no período da manhã ou da tarde para visitar cada departamento e ouvir palestras dadas por professores da UVA. Trata-se, por um lado, de aproximar o estudante da universidade e colaborar na escolha do curso de graduação. Por outro lado, é uma clara estratégia de marketing para atrair potenciais estudantes para dentro do campus e conseguir seus dados cadastrais para posterior contato e envio de mala direta. Acompanhei um grupo de alunos que estava sob a responsabilidade da professora Márcia, no período da tarde. Ao chegarmos, fomos recebidos

por um estudante de graduação que pertencia ao projeto e que nos guiou pelo campus e organizou a visita e as palestras com professores de cada área. Visitamos o centro de saúde e pesquisa, onde fica a graduação em fisioterapia e odontologia, a biblioteca central, laboratórios de química e nutrição, curso de graduação em moda, comunicação social, clínica de fonaudiologia, laboratórios de informática, graduação em ciências aeronáuticas, etc. As palestras que ocorreram no final da visita foram divididas por área e os alunos tiveram que optar pelo que queriam assistir. Apenas a última palestra, com a coordenadora do projeto, reuniu todos os alunos em um auditório para preenchimento de ficha cadastral e uma conversa informal sobre a importância da continuidade do estudo na vida dos alunos. Percebi que os estudantes, em geral, gostaram da visita. Este projeto fez parte da temática profissão do fórum permanente de estudos juvenis e foi o único que mobilizou efetivamente o 3º ano do ensino médio.

Aulas da professora Márcia Alves Mendes

Dia: 23/08/2006

6º Tempo – 17:20 h – Turma 1006 – 1º Ano

A Professora Márcia, como de hábito, sempre leva dois cartazes de papel 40 quilos com a matéria que será ensinada e copiada pelos alunos. Este papel é uma folha branca bem grande na qual a professora escreve de próprio punho com o auxílio de pilotes coloridos. É bem prático colar os cartazes no quadro negro, evitando o desperdício de tempo que ocorreria caso a professora escrevesse a matéria no quadro. Optei por transcrever a matéria colocada no quadro. Nesta aula, Márcia ensina aos alunos um pouco sobre a vida de Jesus.

Quadro negro:

Jesus = Salvador

Cristo = unguendo, banho no qual o mal não consegue segurar.

Veio para ensinar a todos a viver o amor: Jesus veio ao mundo para nos salvar, veio para nos ensinar a viver como gente.

Pessoas que ajudaram o mundo a ser melhor

- Ghandi: morreu pela libertação da Índia.

- Papa João Paulo II: maior cristão do mundo foi Ghandi.

- Mandela: passou 27 anos na prisão como punição por sua luta pela igualdade entre brancos e negros (África do Sul).
- Martin Luther King: morreu assassinado porque lutava contra o racismo (Estados Unidos)
- Madre Teresa de Calcutá – dedicou sua vida, sua capacidade de doação e de amor para ajudar os carentes excluídos.
- Irmã Dulce: durante grande parte de sua vida dedicou todo o seu trabalho, sua saúde e talento aos carentes abandonados (Bahia).

Essas pessoas entenderam a grande mensagem que Jesus nos deixou: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei”.

ATIVIDADES:

- 1) Pesquise outras pessoas que viveram ou vivem como Jesus.
- 2) Todos nós temos uma tarefa. Qual é a sua tarefa neste mundo?

A professora Márcia inicia a aula e diz aos alunos que vai ensinar um pouco de cada uma das religiões, como cristianismo, budismo, hinduísmo e islamismo. Como o cristianismo será a primeira religião ensinada, a professora decidiu iniciar pela história de Jesus para que os alunos o conheçam um pouco melhor. Márcia explica que Jesus é conhecido como Jesus de Nazaré por ter vivido em Nazaré, apesar de ter nascido em Belém. A professora conta a história do recenseamento ordenado pelo imperador romano que fez com que Maria e José, pais de Jesus, voltassem para sua cidade de origem, que era Belém. Em seguida, Márcia explica a origem da palavra Jesus: “A palavra Jesus quer dizer Salvador. Nasceu este menino que o nome teria que ser Jesus. Teria que ser Jesus por quê? Não foi opção da mãe dele e do pai terreno, José, darem o nome de Jesus, não. O arcanjo Gabriel, quando anunciou a Maria que ela daria a luz a um menino fecundado pelo espírito de Deus, aquele anjo que aparece para anunciar o messias prometido, teria que ter o nome de Jesus. Esse arcanjo Gabriel, ele fala: ‘Darás a luz ao filho de Deus e esse menino terá o nome de Jesus’. Então, Jesus, o nome salvador, foi dado pelo arcanjo Gabriel. Foi uma imposição do anjo. Jesus Cristo, que depois passou a se chamar Cristo. Por que Cristo? Já expliquei para vocês, não é? Porque Cristo quer dizer ungido, aquele que recebeu a unção, recebeu aquele banho de óleo que não deixa o mal segurar. Porque quando os reis eram coroados, recebiam aquele banho de óleo, a unção, porque o mal não conseguia segurar. Simbolicamente, a crisma é isto”.

Márcia explica aos alunos que Jesus veio à Terra nos ensinar o amor e “como construir um mundo melhor”. A professora pergunta o que significa dizer que Jesus veio ao mundo para nos salvar. Ela mesma responde: “Isso significa que ele veio nos ensinar a viver como gente. Ele veio nos ensinar a viver com pessoas de bem. Ele veio nos ensinar a respeitar a nós mesmos e aos outros. Jesus veio nos ensinar a viver com dignidade”. A professora fala então de pessoas que viveram a vida da forma como Jesus pregou e ensinou, transformando o mundo em um lugar melhor para se viver. São cinco exemplos trazidos: Ghandi, Mandela, Martin Luther King, Madre Teresa de Calcutá e Irmã Dulce. É interessante perceber que a aula transcorre como se a professora estivesse contando uma história para os alunos, que estão organizados em dois grandes grupos, geralmente sentados em duplas e mais próximos do fundo da sala do que do quadro negro – a maioria está no centro da sala. Há muita dispersão, os alunos conversam entre si e prestam pouca atenção ao que a professora fala. Há alguns momentos de atenção, mas não são muitos. De uma maneira geral, isso ocorreu em todas as aulas que acompanhei. Para demonstrar como Márcia ensina, vou transcrever o que ela diz sobre Ghandi: “... ele era chamado de Mahatma Gandhi. Mahatma quer dizer grande alma, ele era o grande alma Ghandi, ou seja, aquele ser muito bom, uma pessoa muito iluminada, que morreu pela libertação da Índia. A Índia estava sob o domínio da Inglaterra, e todo o país que domina o outro quer se dar bem, ele quer receber. Então, cobrava impostos caríssimos dos indianos, fazia mil coisas, assim, para oprimir o povo. E o Ghandi, que nasceu em uma família de posses, foi estudar na Inglaterra, em Londres, fez direito, quando ele volta para a Índia ele não se conforma de ver o povo dele explorado. Então ele começa a fazer um movimento pacífico de resistência. O que ele faz? Por exemplo, ele conclama o povo e fica parado, sentado, na maior calma na frente das pessoas com arma, em frente dos tanques.... e ele vai minando a resistência do dominador inglês. Outra coisa que ele inventou que foi muito legal..., eles tinham que pagar um imposto caríssimo sobre o sal. E aí o Ghandi lidera uma marcha de pessoas até o mar para extrair o sal do mar. Então, ensina a eles a tirar o sal do mar, aí eles não têm que pagar aquele imposto sobre o sal. Outra coisa também, a Índia tinha matéria prima, o algodão, e eles tinham que pagar um imposto caríssimo sobre o tecido, ou seja, a Inglaterra pegava a matéria prima, o algodão, levava para a Inglaterra, processava, virava o tecido. E aquele tecido, feito do próprio algodão da Índia, os indianos tinham que pagar um absurdo. Aí o que o Ghandi faz? ‘Vamos tecer o nosso próprio tecido’. Ele lidera... ele tem uma maquinazinha de tear, aí várias pessoas começam a tecer a sua própria roupa. Isso, gente, e outras coisas que ele fez, elimina a resistência dos ingleses e ele consegue finalmente a libertação da Índia junto com outras pessoas. Mas ele foi

um grande líder. E ele morreu assassinado por um fanático. (...) O Ghandi era hindu, seguia o hinduísmo. O Papa João Paulo II, ele teve uma frase que ficou muito famosa: ele disse que o melhor e maior cristão do século XX tinha sido Ghandi. E o cara era hindu. Para vocês verem que seguir Cristo não necessariamente precisa ser cristão. Porque seguir cristo é viver o amor”. A professora Márcia segue a aula e conta rapidamente a história de Nelson Mandela, mencionando os 27 anos de prisão do líder, o regime do apartheid que vigorava na África do Sul e as reformas promovidas por Mandela. Para Márcia, Nelson Mandela é “um grande exemplo de quem fez aquilo que Jesus falou: amai-vos uns aos outros”. A professora conta também a história de Martin Luther King, que foi um pastor batista que lutou contra o racismo nos Estados Unidos e teve sua casa queimada por radicais do Ku Klux Klan. Márcia destaca uma frase de Luther King: “... ele tem uma frase belíssima que ficou conhecida no mundo inteiro. Ele não revida com violência, ele revida com amor. Ele fala assim: “Vamos amá-los tanto que um dia terão vergonha de terem feito isso conosco”. E foi o que aconteceu. Quem fez aquilo teve muita vergonha. Um gesto tão cristão, tão amoroso, tão maravilhoso deste, o perdão a ponto de desejar amor a quem fez um mal tão grande como incendiar a própria casa. Então, gente, o Luther King também ganhou um prêmio Nobel da paz e também foi assassinado por um fanático”. A professora comenta rapidamente a história de Madre Teresa de Calcutá, na Índia, e Irmã Dulce, no Brasil. Ao concluir a aula, Márcia diz o seguinte: “Então, gente, são pessoas do século XX e XXI. Pessoas de agora. Mandela do século XXI. Ou seja, é possível sim fazer isso que Jesus falou. Existem exemplos de pessoas da nossa época, atuais, com todas as dificuldades que a gente enfrenta, que fazem esse mandamento, que fazem alguma coisa para melhorar esse mundo. (...) E aí eu pergunto para vocês: pesquise outras pessoas que viveram ou vivem como Jesus. (...) Então a gente vai pensar nessas pessoas que fazem um mundo melhor, pelo menos a sua pequena parte. A gente não precisa ficar querendo fazer grandes coisas não, se fizer um pouquinho que seja já está bom. Porque com pouquinho que essas pessoas chegaram a fazer muito. E outras pessoas vêm e seguem, as pessoas estão loucas para seguir alguém, loucas para seguir alguém que faça o bem. É impressionante, mas é verdade. Se alguém dá o primeiro passo, outros vão fazer...”.

A atividade proposta no quadro foi entregue por alguns alunos da turma. A professora utiliza atividades como esta para dar a sua nota. Tive acesso às respostas dos alunos e abaixo transcrevo algumas delas. Não corriji os erros de português.

Aluno: V. P. S.

1) A minha vizinha chamada de Dona Luzia, é uma pessoa humilde que ajuda o seu próximo. Além de aplicar tudo o que ela aprendeu sobre Jesus. Sempre ajuda as pessoas mais necessitada apesar de morar em uma casa simples e não ter muito dinheiro

2) Fazer o bem e ensinar as outras pessoas como se fazer o bem. Eu acho que a minha tarefa é ajudar as pessoas que necessitam de ajuda. E também pregar a palavra do Senhor. As vezes eu fico imaginando como seria o mundo sem violência, as pessoas ajudando uma as outras. Neste caso minha tarefa é lutar para fazer o bem.

Aluno: P. S.

1) Josimar: me indicou o caminho de Deus.

João: me auxiliou ao caminho de Deus.

Sandra: me deu vários conselhos.

Pe. Jorge: me (*ilegível*) muito a como ser padre.

Pe. Geovane: me indicou o caminho do seminário São José.

Pe. Róbson: me indicou várias passagens bíblicas.

2) Eu, P. S., na vida sempre pensei em ser padre, já hoje, eu já penso em ser me formar Deácono permanente, para quem sabe meses depois eu possa me formar em professor de informática.

“E Se Deus é por nós, que será contra nós”.

“Deus provê, Deus proverá, sua misericórdia não faltará”.

Aluna: K. C. S.

1) Meus familiares, pois mesmo com tantos problemas arranja tempo para ajudar ao próximo.

2) Amar o próximo, ajudar os mais necessitados e passar os ensinamentos de Deus.

Aluna: V. N. B.

2) Eu acredito que todos nós temos uma tarefa neste mundo mesmo que esta tarefa só seja descoberta depois de muito tempo. Não tenho certeza da minha tarefa ainda pois sou muito nova e ainda tenho dúvidas mais também sempre fui muito amiga e prestativa com as pessoas, seria muito bom se eu pudesse resolver alguns problemas da população. Acho que se todos se preocupassem em descobrir sua tarefa, o mundo estaria muito melhor.

Aluno: G. S. S.

- 1) Minha mãe minhas irmãs, pastores entre outros. Que com todas as dificuldades ainda conseguem amar o próximo.
- 2) Amar o próximo e viver pregando a obra de Deus.

Aluna: R. N. A.

- 2) Todos nós temos um dever neste mundo, e este dever é para todos, é que nós devemos ser feliz e fazer as pessoas felizes e deixar uma marca boa nesta vida, que nossos filhos conte aos nossos netos o que nós fôssemos e assim sucessivamente.

Aluna: J.

- 2) Todos nós temos uma tarefa, temos a tarefa de pregar a palavra de Deus para as pessoas que ainda não conhecem e isso é uma coisa muito importante que todos nós devemos fazer.

Aluno: J. S. S.

- 1) Alguns amigos, Padres, seminaristas, etc. Mas todos eles que eu citei acima. Vivem semeando o amor de Jesus.
- 2) Procurar ajudar o próximo, mostrar com obras o amor de Jesus, evangelizar em qualquer parte do mundo etc.

Leia abaixo e reflita sobre a palavra do Senhor:

“Glorificado seja o senhor, que quiz a salvação de teu servo” (Salmo 34,27).

“Se Deus e por nós, quem será contra vós” (Romanos) (Citação) (Romanos 8,31)

“Alegrai-vos sempre no Senhor, repito: Alegrai-vos”. (Filipenses: 4,4)

“A FÉ SEM OBRAS É MORTA” (Tiago 2.14.17)

“Nós atenderemos sem cessar a oração e ao Ministério da palavra”. (Atos 6,4).

Dia 06/09/2006

6º tempo: 1010

Quadro Negro:

Celulas Tronco

São encontradas: na medula óssea, na placenta, no cordão umbilical

Reestabelecem lesões cerebrais, restauram medula espinhal, lesões de tecidos cardíacos, diabetes, etc

A pesquisa não apresenta objeções éticas. Deve ser aprimorada e dá grande esperança para cura de doenças até então incuráveis.

O que a ética cristã não aprova? Quando as células tronco são retiradas de células embrionárias. Embriões já são um ser vivo para o cristianismo. A vida intra-uterina já é sagrada. A igreja é contra o aborto – mesmo princípio.

A professora diz aos alunos que decidiu dar uma aula sobre células tronco para desfazer alguns desentendimentos, uma vez que alguns alunos a procuraram para perguntar o motivo da igreja não permitir o uso e a pesquisa dessas células pela ciência. A aula durou apenas dez minutos. Márcia explica que as células tronco são encontradas na medula, cordão umbilical e placenta, além dos embriões. A professora explica como funciona o processo de transplante de medula, o cadastramento das informações pessoais e a questão da compatibilidade com pessoas que necessitam do transplante. Márcia explica ainda a funcionalidade e utilidade prática das células tronco. A questão mais importante, que inclusive motivou a aula, é a idéia de proibição por parte da Igreja Católica. Sobre isto, a professora diz o seguinte: “A pesquisa de células tronco, ela não apresenta objeções éticas. Ela deve ser aprimorada. (...) O que a ética cristã condena? É o seguinte: é quando além de tirar daqui, vai se tirar de embriões. Isso a ética cristã não aprova. Por que? Porque o embrião já é um ser vivo, já tem a vida. A gente como cristão acredita que a vida começa a partir da fecundação do óvulo. Então, gente, é assim: tem o espermatozóide, tem o óvulo. Na hora que eles se juntam, nesse momento vai dar a célula ovo, nesse momento aqui já tem a vida. Aqui já é um ser humano em potencial, vai começar a se dividir... ali já tem a vida. Então a partir do momento que você vai usar células tronco de embriões, você está matando para dar a vida para alguém. Então, a gente não vai aceitar... outras religiões aceitam. Tem uma religião que considera a pessoa como ser vivo a partir do momento só que nasce, enquanto na barriga da mãe não é considerado ainda... olha só, existem várias maneiras de ver o mesmo assunto. (...) Ou seja, nós somos contra o aborto”. A professora encerrou a aula mais cedo neste dia.

Dia: 04/10/2006

5º Tempo – 16:30 h – Turma 1010 – 2º Ano

A aula mais uma vez foi muito rápida e não chegou a durar 15 minutos. A professora Márcia distribuiu para os alunos três folhas xerografadas com informações para auxiliar e estimular a leitura da Bíblia. A primeira folha distribuída continha informações sobre como ler as citações bíblicas e a listagem de abreviaturas da bíblia. A segunda folha continha uma

oração para ser lida antes da leitura da bíblia e uma lista de passagens bíblicas que podem ser lidas em caso de determinadas necessidades pessoais. Por exemplo: há referências de passagens para o aluno procurar na bíblia quando ele “sente medo”, “precisa de libertação”, “Deus lhe parece distante”, “sente ódio”, “foi assaltado”, “tem dificuldade para perdoar”, “está arrependido”, etc. A terceira folha é uma compilação de versículos bíblicos selecionados pela professora que podem dar conforto aos alunos quando eles estiverem com necessidade. Há versículos tanto do Antigo como do Novo Testamento. Com relação a terceira folha distribuída, a professora disse o seguinte: “Eu trouxe pedacinhos já selecionados do Antigo Testamento e do Novo Testamento como se fosse cartas de Deus para nós. E isso eu fiz em formato de cartas, não sei se vocês perceberam. A carta de Deus para nós. Então, pinceladas, tanto do Antigo Testamento quanto do novo Testamento nos falando destas mensagens que Deus nos manda, como se fossem e-mails de Deus para nós. Então, um exemplo, do Antigo Testamento: ‘O Senhor te abençoe e te guarde. O Senhor te mostre a sua face e conceda-te sua graça. O Senhor volte seu rosto para ti e te dê a paz’⁷. (...) Esta é uma bênção que traz um consolo para gente. Pedacinhos que a gente às vezes..., é até bom a gente memorizar porque às vezes em uma hora que a gente precisa aquilo vem a nossa memória e nos traz um acalanto, um aconchegozinho no coração. (...) Então o que eu quero que vocês façam? Eu quero que vocês como trabalho de casa, todo mundo aqui tem a bíblia, não tem? Quem não tem não vai poder fazer, mas quem tem, pega consulta lá na sua bíblia se está certo o que eu escrevi. (...) ... a gente hoje, a gente tem tantas leis. A gente cumpre as leis, as leis humanas? Então eu queria que vocês pensassem que da mesma maneira que têm leis humanas que a gente não cumpre, por exemplo, usar cinto de segurança, alguém usa? Não fumar em lugar fechado? (...) Da mesma maneira que têm leis humanas que a gente não cumpre, a gente também tem leis de Deus que a gente também não cumpre. Então as leis de Deus quando elas não são cumpridas, elas criam uma consequência na nossa vida. Porque Deus não (*inaudível*)... no sentido de nos punir, nos limitar. Ele dá um manual de funcionamento para gente. É interessante a sabedoria de Deus. Olha só: a gente tem como se fosse um manual de funcionamento. Você compra uma geladeira, um aparelho, você não vai olhar o manual? Eu olho! Compra um celular, você olha para saber, a menos que você seja muito esperto. As leis de Deus são um manual para a gente funcionar, para a gente funcionar melhor. Não é que a gente não vai funcionar, mas às vezes a gente esquece que certas recomendações são só para o nosso bem. Quando a gente por exemplo lê, aqui, olha só: ‘Para tudo há um tempo, para

⁷ (Nm 6,24-26)

cada coisa há um momento debaixo dos céus’⁸, não é uma lei, mas é um ensinamento, para a gente saber que tem tempo para tudo, para a gente esperar esse tempo de Deus. (...) Então, gente, vamos pensar sobre isso”. A professora encerrou a aula mais cedo.

A descrição e acompanhamento das aulas no decorrer de 2006 foram essenciais para consolidar alguns argumentos e objetivos da pesquisa. Conforme percebemos, Roberto, apesar de tratar de temas de conteúdo não religioso, frequentemente recorre a exemplos e explicações religiosas para abordar o assunto em discussão com os alunos. São explicações e opiniões que, geralmente, podem ser relacionadas à religião evangélica do professor. Isso fica mais claro quando Roberto conversa com os alunos sobre a importância das escolhas no futuro de cada um, do mérito pessoal para vencer na vida e da condenação à preguiça. Há momentos também em que a religião surge em forma de “histórias” ou em comentários de alunos, como ocorreu no dia em que Roberto contou a história “pegadas na areia” e falou sobre a atitude de Jesus de “dar a outra face”. São ocasiões em que a religião se mostra presente dentro de um projeto que carrega a imagem de não religioso. Na realidade, as aulas de Roberto nos ajudam a perceber que a religião não só está presente na sala de aula como na finalidade de todo o “fórum”, extrapolando o horário da disciplina ensino religioso e se espalhando em várias áreas do cotidiano escolar do CECA.

O trabalho de Márcia no CECA foi provisório, pois em 2006 a professora apenas reproduziu o que já fazia no colégio que trabalhava. Foi interessante acompanhar uma outra concepção para a disciplina, especialmente por se tratar de uma aula cheia de referências religiosas e que buscava transmitir aos alunos uma “religiosidade” sem credo específico. Apesar da diferença entre os dois professores, semelhanças na vontade de orientar a juventude, servir como referência e chamar a atenção para as escolhas e as suas consequências são perceptíveis. Talvez seja por isso que Márcia gostou do trabalho de Roberto e resolveu, a partir de 2007, integrar-se ao “fórum” e mudar seu tipo de trabalho. Ela também não vai mais ensinar religião em suas aulas, mas, certamente, seu novo trabalho continuará a ter motivações amparadas na religião.

⁸ (Ecl. 3,1)

Considerações Finais:

No início deste trabalho procurei traçar um panorama geral para várias questões que envolvem a relação entre religião e modernidade, com seus naturais desdobramentos no espaço público. A partir da pesquisa sobre o ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro, foi possível compreender melhor muitas dessas questões que hoje estão presentes nas escolas públicas do estado. É com este mesmo olhar abrangente que procurarei finalizar este trabalho. De forma objetiva, os pontos-chave serão retomados para apontar caminhos e colocar algumas impressões a respeito desta pesquisa.

Mencionei que, ao iniciar a pesquisa, percebi certa aversão por parte de amigos e colegas à idéia de incluir o ensino religioso na grade curricular obrigatória. Parece ser plausível pensar que existe, de fato, como Peter Berger (2001) demonstrou, uma pequena parcela de pessoas de formação secular cujo grande poder é capaz de influenciar os rumos de toda a sociedade. No caso do ensino religioso, exatamente por se manifestar dentro do ambiente escolar, cada situação apresentada é muito delicada, pois tem influência direta nos jovens de hoje – os adultos de amanhã. Mexer na educação pública significa alterar o futuro de qualquer nação em longo prazo. É natural que muitas vozes contrárias à integração de aulas de religião à grade curricular surjam à tona. A polêmica provocada nos mostra uma gama de grandes temas que relaciona a religião ao espaço público, lugar que muitos acreditam nada ter de religioso. A oposição deste pequeno grupo à presença e atuação religiosa no espaço e nas questões da esfera pública certamente contribui para a noção difundida de que a religião não deve atuar no público e que existe uma total separação entre Estado laico e Igreja. Vimos que mesmo pessoas religiosas são contrárias às aulas de ensino religioso nos colégios. Esta idéia difundida de olhar o fenômeno religioso na esfera pública como algo de caráter anormal tem certamente inúmeras origens. Entre elas, a sub-tese da teoria da secularização, que prevê a privatização da religião, a separação política entre Igreja e Estado e o imaginário ainda hoje real de que a religião vinculada ao público provoca guerras e conflitos.

Em parte, é graças a essas forças que se opõem à atuação da religião no público que algumas divergências ocorrem. O argumento de separação entre Igreja e Estado laico pode ser contestado. Tanto a partir de uma revisão teórica como no próprio trabalho etnográfico, percebemos que a separação total entre essas duas instituições não ocorreu e ainda não acontece plenamente. Na verdade, o espaço público está repleto de presença religiosa, cuja manifestação pode ser percebida nas aulas de religião, na capela dentro da escola, nos discursos e projetos dos deputados da ALERJ, dentro dos prédios do poder judiciário, etc. A

parte da teoria da secularização que demonstra uma mudança de posição da religião na modernidade, com perda de poder e influência na administração pública e na construção de argumentos aos quais se atribui hoje plausibilidade, permanece válida. No entanto, como argumenta José Casanova (1994), não podemos mais acreditar que há declínio, privatização ou até desaparecimento da religião – em contrapartida haveria, concomitantemente, progresso científico. Ao contrário, a religião continua presente sob outras formas, há um reposicionamento de seu lugar na modernidade. Lugar este que continua a ter grande importância e capacidade de influenciar a direção histórica do mundo em que todos nós vivemos. A ciência e a educação científica a que somos todos submetidos não acarretará o desaparecimento da religião. Mesmo com o deslocamento que sofreu, a religião permanece presente no espaço público. Reconhecer e compreender sua presença é uma necessidade fundamental que deve ser articulada com uma ampla discussão política sobre o assunto. No entanto, este reconhecimento não impede de forma alguma a possibilidade de rejeição de diversas formas de atuação do religioso no público, como ocorre no caso do ensino religioso.

O trabalho etnográfico desenvolvido ao longo do ano escolar de 2006 ajuda, por um lado, a fortalecer as teorias acadêmicas que norteiam as pesquisas na área de religião. Por outro lado, a imersão na escola e o acompanhamento da aula de ensino religioso proporcionam o entendimento de uma situação específica. Somente o estudo de caso pode realmente revelar o que acontece. A presença semanal no colégio e a relação de proximidade e informalidade desenvolvida com Roberto, Márcia e alguns alunos permitiram alcançar os objetivos de pensar em uma teoria geral e aprofundar a compreensão de uma situação particular. Só a convivência no colégio permitiu enxergar e entender as adaptações que a disciplina ensino religioso sofreu em relação ao que estava previsto na lei. A pluralidade de credos, a situação infra-estrutural das escolas públicas e a comunidade afetam diretamente o tipo de trabalho que pode ser desenvolvido, impossibilitando muitas vezes o caráter confessional da legislação e provocando uma incontável variedade de práticas e maneiras de conceber e vislumbrar o ensino religioso. Apesar da orientação da coordenação de educação religiosa e da sensibilidade do núcleo dirigente para diminuir as dificuldades dos professores, os obstáculos ainda são inúmeros. Em parte, por causa disso, há uma diversidade na condução da disciplina.

No Colégio Estadual Carlos Alberto o ensino religioso se apresentou de uma maneira peculiar: ao invés de uma aula de religião doutrinária, o professor Roberto concebeu o “fórum permanente de estudos juvenis”, um projeto, em um primeiro olhar, não religioso e que procura transmitir valores morais e éticos através de uma orientação para a vida do jovem. É

uma idéia que busca ajudar os adolescentes e dar a eles uma referência em temas complicados como profissão, estudo, sexualidade e drogas, construindo assim um futuro melhor para cada um. Apesar da aparência não religiosa, procurei demonstrar que o “fórum” tem motivações e finalidades religiosas, ligadas, inclusive, à fé e à religião do professor. Na verdade, a apresentação não religiosa do “fórum” nos permite pensar exatamente na discussão teórica da mudança de posição do religioso e a perda de influência no mundo moderno. Um projeto religioso provavelmente sofreria oposições na escola e teria dificuldades de justificar os temas que propõe discutir. Contudo, sem a religião em primeiro plano, o “fórum” se expandiu e hoje se tornou o principal projeto do colégio, com boa influência no corpo diretor. Dessa forma, a religião está lá, dentro das aulas, nos passeios, na reunião de professores e na tomada de decisões da direção. Sua presença vai muito além do tempo semanal por turma destinado à disciplina. As aulas de Roberto mostraram muitas referências ao religioso: a oração foi um exemplo constante disso. Entretanto, houve outras referências episódicas, como a história “pegadas na areia”, as conversas sobre sua vida particular nas quais ele fala de sua igreja, o exemplo de Jesus ao dar a outra face, referências à Bíblia, etc. Além disso, a sua argumentação em sala de aula ao falar da importância das escolhas, do mérito individual, ao condenar a preguiça, ao culpar a mídia pelos desajustes sociais, ao ensinar a pensar no futuro e construir um “projeto de vida”, tudo isso, certamente, pode ser relacionado ao protestantismo, religião do professor.

Na mesma escola foi possível acompanhar um outro tipo de trabalho, de outro credo e, em uma primeira abordagem, com outros objetivos. A professora Márcia trouxe para o CECA o trabalho que realizava no colégio em Duque de Caxias. Repleto de referências religiosas, a aula de ensino religioso de Márcia parecia propor algo completamente diferente da de Roberto. Sem dúvida, nas aulas de Márcia a religião aparece em primeiro plano quando a professora conta a história de Jesus, dos líderes mundiais que seguiram seus ensinamentos, da polêmica com as células tronco e o aborto, das passagens bíblicas que ensina a consultar, etc. No entanto, numa análise mais cuidadosa, procurei demonstrar que havia muita semelhança de idéias entre os dois professores: ambos procuravam servir de referência para seus alunos, falavam sobre as escolhas, conseqüências das escolhas, dos valores morais e éticos, das virtudes e da situação no mundo de hoje de todos quererem “usurpar” ou “se dar bem” diante do próximo. É importante destacar as idéias comuns, pois, às vezes, damos valor demais às diferenças e esquecemos de olhar para as semelhanças, aquilo que une Roberto e Márcia em uma mesma causa.

Não me restrinjo apenas aos dois professores do CECA. Seria fundamental olhar para os outros quase quinhentos concursados. Muitos deles falam nos valores morais e éticos, na violência e nas virtudes. O olhar sensível que Roberto tem em relação às questões da juventude e sua vontade de ajudá-los estão presentes também nos discursos de Márcia e de vários outros professores com os quais conversei. Sempre notei muita vontade de ajudar por parte dos professores de ensino religioso. Apesar das críticas que sofrem, muitos deles, realmente, querem colaborar para tentar melhorar a vida dos alunos e a situação de abandono da escola pública. São pessoas religiosas que, como qualquer outra pessoa, são sensíveis e solidárias às dificuldades dos jovens de escola pública e desejam ajudar de alguma maneira. No entendimento deles, o ensino da religião colabora para resolver problemas e mudar a realidade que hoje está em vigor. Há razões para concordar ou não com a religião na escola e, de forma geral, na esfera pública. Há diferenças na forma de pensar sobre os mais variados assuntos. Mas, se fizermos o esforço de esquecer as diferenças, mesmo por um momento apenas, e nos concentrarmos naquilo que temos em comum, perceberemos que a semelhança muitas vezes é bem maior do que aquilo que nos difere. Religiosos ou não, favoráveis ou não ao ensino religioso, guardamos em comum muito mais do que normalmente percebemos: a maioria quer ajudar os alunos, orientá-los, resolver os sérios problemas estruturais da educação pública. O “fórum” do professor Roberto e o trabalho de Márcia são dois exemplos que buscam atuar dentro da escola, comprometidos com os alunos e com o espaço, diferentemente de muitos professores de matérias tradicionais que dão a sua aula e saem sem se preocupar com os estudantes e com o lugar. É claro que, como professores de ensino religioso, eles irão propor projetos e formas de colaborar de acordo com a sua formação religiosa, vivência, entendimento de mundo e percepção de realidade. Isso é o que todos nós fazemos. Para ajudar jovens que muitas vezes não contam com a família, não sabem que profissão escolher ou estão incertos com alguma questão típica da juventude, Roberto elaborou o “fórum permanente de estudos juvenis”, que tem motivações, referências e fins religiosos, pois é assim que ele enxerga o mundo em que vive. Um outro profissional, de outra área, provavelmente realizaria outro trabalho diante das mesmas questões. Mas, as questões, os jovens e os problemas da escola estão lá. E há um grande número de pessoas sensíveis a estas situações e que gostariam de cooperar, atuar. Não se trata então de discutir se a religião pode ou não ocupar o espaço público, se deve ou não estar na escola – ela já está, sempre esteve. Trata-se, antes de tudo, de perceber a presença religiosa e a maneira pela qual se estabelece, atua, constrói argumentos e influencia no comportamento e visão de mundo das

pessoas. É claro que a discussão normativa e política sobre a presença religiosa no público é importante, desde que não nos atrapalhe a perceber a realidade ao nosso redor.

Além disso, como já comentei, é importante procurarmos dar destaque também às semelhanças, aos nossos objetivos comuns, pois, somente assim, podemos diminuir a importância que damos às nossas divergências e começar a valorizar o que compartilhamos. No caso aqui em questão, os projetos de Roberto e Márcia, mesmo de teor religioso, tocam em um ponto – orientação à juventude – que uma grande quantidade de pessoas julga ser necessário. Não proponho que se esqueça que é um projeto religioso, em última análise, que se esqueça a diferença entre aqueles que querem abordar uma mesma questão de outra maneira. As diferenças de idéias existem, às vezes são inconciliáveis. Entretanto, não podemos permitir que as divergências nos impeçam de enxergar os objetivos que muitas vezes temos em comum. O ensino religioso nos colégios públicos pode adquirir várias formas e objetivos. Parece-me que a vontade de ajudar os alunos, tão bem expressada no “fórum”, é uma idéia compartilhada por muitos professores. No Colégio Estadual Carlos Alberto, a chegada de Roberto e a implantação do “fórum” alteraram muita coisa: há alguém se envolvendo com os alunos, preocupado com questões sérias como drogas, sexualidade, trabalho, entrada na universidade e violência. É alguém que está agindo, procurando mudar a situação da maneira que considera melhor para os alunos. E, apesar de ter grande influência da religião, o fato deste trabalho ser religioso não necessariamente determina a forma e a condução do projeto.

Gostaria, finalmente, de encerrar esta pesquisa com um breve comentário sobre os alunos. Ao acompanhar a primeira aula de 2006, senti que muitos estudantes de primeiro ano do ensino médio estavam avessos à aula de ensino religioso e ao Roberto. Passado o primeiro momento, a proposta de Roberto os conquistou e, até mesmo a aula de Márcia, cheia de referências religiosas, mantinha os alunos em sala – neste último caso, com muita bagunça. No caso de Roberto, vencida a dificuldade do primeiro contato, os alunos nunca pareceram se incomodar com a disciplina ensino religioso. Nem mesmo na aula de Márcia isso ocorreu. Não procurei entrevistar alunos para saber o que eles pensam sobre o ensino religioso e o “fórum”, mas, além do bom comparecimento às aulas no decorrer do ano, percebi vários sinais espontâneos de religiosidade dos alunos. O que mais chamou a atenção foi o dever que Márcia passou para casa. Muitos alunos falam “em fazer o bem” e “pregar a obra do Senhor”. Conheci dois alunos que me disseram freqüentar uma igreja evangélica, um deles chegou a visitar a Igreja Batista do Méier por ter ouvido Roberto comentar em uma aula. Vale a pena aprofundar uma pesquisa que tenha como foco a religiosidade dos alunos. Provavelmente

perceberemos que a religião é muito mais presente em suas vidas do que imaginamos, e o ensino religioso na escola pública é apenas mais um aspecto desta presença.

BIBLIOGRAFIA

- AUDI, Robert. "The State, the Church, and the citizen". In: P. Weithman (org.). *Religion and contemporary liberalism*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1997, p.38-75.
- BADER, Veit. "Religious pluralism. Secularism or priority for democracy?". *Political Theory*, 27 (5), 1999: 597-633.
- BELLAH, Robert N. Civil Religion in America. *Daedalus* 67(Winter). 1967.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus 1985.
- BERGER, Peter L. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. *Religião e Sociedade*, 21 (1), 2001: 9-23
- BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. *Religião nas escolas: comparação entre Brasil e EUA*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Publicação eletrônica. 2006
- CARTER, Stephen L.. *The culture of disbelief: how American law and politics trivialize religious devotion*. New York: Anchor Books, 1994.
- CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- DURKHEIM, Èmile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.
- GIUMBELLI, Emerson. *Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. In: *Estudos Avançados* 18 (52). 2004.
- GIUMBELLI, Emerson. (Org.) ; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.) . *Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro - registros e controvérsias*. Rio de Janeiro: ISER, 2004. v. 1. 156 p.
- GALEOTTI, Anna Elisabetta. "Citizenship and equality: the place for toleration". *Political Theory*, 21 (4), 1993, p. 585-605.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos* [1991]. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre a Tolerância*; in Col. Pensadores. Abril Cultural, 1973.

- MACEDO Stephen. "Transformative constitutionalism and the case of religion. Defending the moderate hegemony of liberalism". *Political Theory*, 26 (1), 1998: 56-80.
- MORUZZI, Norma. "A problem with headscarves. Contemporary complexities of political and social identity". *Political Theory*, 22 (4), 1994, p. 653-672.
- RAWLS, John. *O Liberalismo político*. São Paulo: Ática Editora, 2000 [1993].
- TAYLOR, Charles. "Modes of secularism". In: R. Bhargava (org.). *Secularism and its Critics*. Nova Deli: Oxford University Press, 1998, p. 31-53.
- WOLTERSTORFF, Nicholas. "Why we should reject what liberalism tell us about speaking and acting in public for religious reasons". in: p. Weithman (org.). *Religion and contemporary liberalism*. Notre Dame: University of Notre Dame press, 1997, p.162-181.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)